UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÍCARO CARDOSO MAIA

CONTRACARTOGRAFIAS DO FUNDO DE PASTO DE AREIA GRANDE (CASA NOVA, BAHIA): entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais

RECIFE
2020

ÍCARO CARDOSO MAIA

CONTRACARTOGRAFIAS DO FUNDO DE PASTO DE AREIA GRANDE (CASA NOVA, BAHIA): entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração:

Regionalização e análise regional

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá

RECIFE
2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M217c Maia, Ícaro Cardoso.
Contracartografias do Fundo de Pasto de Areia Grande (Casa Nova, Bahia) : entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais / Ícaro Cardoso Maia. – 2020.
123 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Territorialidade humana. 3. Cartografia. 4. Casa Nova (BA). 5. Identidade social. I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.) (BCFCH2020-178)

ÍCARO CARDOSO MAIA

CONTRACARTOGRAFIAS DO FUNDO DE PASTO DE AREIA GRANDE (CASA NOVA, BAHIA): entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em: 20/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcindo José de Sá (Orientador / Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Juracy Marques dos Santos (Examinador Externo)
Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto (Examinador Externo)
Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Antônio Carlos de Barros Corrêa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A meu eternamente amado tio Toinho, meu amigão de toda essa vida, pelas brincadeiras que fazia comigo, os apelidos que colocava em mim e por ter me feito tão feliz durante todo o ano de 2019, antes de partir, me deixando com uma enorme saudade. A ele, *in memoriam*, eu dedico este trabalho.

A meus pais, Jucineide Cardoso e Ademar Maia, por terem me apoiado durante todos esses anos em que a distância física nos separava, por terem sempre confiado na minha capacidade e expressarem tanta alegria sempre que alcanço alguma conquista profissional. Ter obtido licença do trabalho durante esse ano foi muito importante também para nossa reaproximação.

A meu orientador, Prof. Dr. Alcindo Sá, por todo acolhimento ao me orientar, por sempre ter me recebido com tanta simpatia e por todos os diálogos com uma atmosfera sempre aberta e agradável.

Aos caríssimos professores examinadores da minha banca de defesa, pelas valiosas contribuições concedidas para a melhoria do meu trabalho.

A toda a turma do LEPEC e do NEPPAG (professores e estudantes), com quem construí preciosos laços durante meu período de doutoramento.

Aos agentes da CPT Juazeiro, em especial a Marina Rocha, que tanto me ajudou ao longo da pesquisa, me apresentando ao fundo de pasto de Areia Grande e estando disponível para conversas que valeram muito para mim. Também sou muito grato aos demais agentes, Marcos e Domingos, grandes companheiros, e a Juliana, que sempre foi muito acolhedora.

Aos pesquisadores Tony Jarbas, Silver Jonas e Franklin Carvalho, pelo apoio à minha pesquisa, principalmente com a disponibilização de materiais riquíssimos, que muito me auxiliaram.

Aos estudantes de agronomia Diego e Lucas, por toda a ajuda que me deram em vários momentos, incluindo as primeiras idas a campo para Areia Grande, a ajuda com tarefas de geoprocessamento, além das partilhas no âmbito da vida pessoal, as quais, reconheço que tiveram grande importância para meu amadurecimento.

Por fim, a todos os habitantes de Areia Grande, os verdadeiros motivadores deste trabalho, mas em especial, ao inesquecível Seu Quinquim (*in memoriam*), além de Rosângela, Zacarias e Valério, por toda ajuda e receptividade, nos diversos trabalhos de campo e também nas reuniões da associação.

RESUMO

Este trabalho aborda as diversas tradicionalidades e resistências de um conjunto de cinco comunidades articuladas entre si, integrantes do Fundo de Pasto de Areia Grande, um território localizado ao norte do Lago de Sobradinho, no município de Casa Nova, Bahia. Povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil atravessam dinâmicas e conflitos semelhantes aos de Areia Grande. Assim, as contracartografias são aqui apresentadas como possibilidade metodológica a estudos nessa linha, ao mesmo tempo que contribuem com o fortalecimento dos sujeitos em questão. Como questão norteadora, trazemos a seguinte indagação: como se configuram as territorialidades de Areia Grande, considerando as dimensões da cultura, da ecologia e da política e as suas correlações espaciais? Diante dessa questão, apresentamos como objetivos dessa pesquisa: realizar um levantamento da trajetória histórica de Areia Grande, centrado na perspectiva dos conflitos socioterritoriais; mapear geossímbolos das comunidades estudadas, estabelecendo correlações com a ideia de patrimônio cultural; elaborar uma caracterização geoambiental do território, estabelecendo correlações com as atividades agropastoris; e entender as estratégias atuais de ação de megaempreendimentos agrários sobre Areia Grande e suas cercanias. Visando estes fins, nos utilizamos de mapeamentos de diversos tipos, desde os físicos até os socioterritoriais. Com o recurso da linguagem cartográfica, discorremos também sobre temáticas adjuvantes como geossímbolos, análises geoambientais, atividades agropastoris e demarcação de terras tradicionalmente ocupadas. Como principais resultados, destaca-se a nova intensificação da grilagem nessas terras, ocorrida em 2019 e movida por interesses megaempreendedorísticos nos ramos de imóveis, eólicas, mineração e agronegócio. Em contrapartida, outros resultados da pesquisa apontam que as comunidades de Areia Grande têm avançado na obtenção de suas certificações, que são reflexos do fortalecimento histórico de suas resistências.

Palavras-chave: Território. Paisagem. Identidade. Resistência. Fundo de pasto.

ABSTRACT

This work discusses about the traditionalities and the resistances of a group of five communities articulated among themselves, members of the Fundo de Pasto de Areia Grande, a territory located north of Sobradinho Lake, in the municipality of Casa Nova, Bahia. Traditional peoples and communities across Brazil are experiencing similar dynamics and conflicts and these countercartographies are presented as a methodological possibility for studies along these lines. As a guiding question, we ask the following: how are the territorialities of Areia Grande configured, considering the dimensions of culture, ecology and politics and their correlations? In view of this question, we present as objectives of this research: to carry out a survey of the historical trajectory of Areia Grande, emphasizing socio-territorial conflicts; map the geosymbols of the studied communities, establishing correlations with the idea of cultural heritage; elaborate a geoenvironmental characterization of the territory, establishing correlations with agricultural activities; and to understand the current strategies of action of mega agrarian enterprises in Areia Grande and surroundings. Aiming at these purposes, we use mappings of various types, from physical to socio-territorial. With the use of cartographic language, we carried out cultural and ecological characterizations that involved concepts and themes such as geosymbols, geoenvironmental analyzes, agricultural activities and the demarcation of traditionally occupied lands. As a result, the new intensification of land grabbing in these lands, which took place in 2019, was driven by mega-entrepreneurial interests in the real estate sector, wind sector and mining and agribusiness sectors. On the other hand, other results of the research show that the communities of Areia Grande have advanced in obtaining their certifications, which is a reflex of the historical strengthening of their social resistance.

Keywords: Territory. Landscape. Identity. Resistance. Fundo de pasto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do fundo de pasto de Areia Grande	17
Figura 2	Diagrama da articulação interperspectivística das contracartografias	27
Figura 3	Representação artística das espacialidades de um fundo de pasto arquetípico	32
Figura 4	Comparação entre os limites territoriais do atual Sertão do São Francisco e do domínio da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila	36
Figura 5	Julgados da Região Nordeste instituídos entre 1699 e 1807	39
Figura 6	As ditas "glebas imobiliárias" reivindicadas pelo grupo grileiro	49
Figura 7	Seu Quinquim durante uma fala na sede da UNASFP	54
Figura 8	Habitantes do povoado Umburana (no Riacho Grande) reunidos sob uma latada, no intervalo de uma atividade de mutirão	60
Figura 9	Cercado de troncos de caatinga na comunidade Salina da Brinca ...	61
Figura 10	Casa de construção vernacular em Salina da Brinca	63
Figura 11	Casa de farinha de Salina da Brinca	64
Figura 12	Igreja da Salina da Brinca e imagens dos santos devotados	66
Figura 13	Festa da Mandioca de 2017, na Melancia	69
Figura 14	Praia das Dunas do Velho Chico, próxima à foz do Riacho Grande	71
Figura 15	Gravuras de quase meio século em barramento na Salina da Brinca	73
Figura 16	Antigos vestígios de argamassa vernacular, em Salina da Brinca	74
Figura 17	Pastores/vaqueiros de Areia Grande encourados e montados	75
Figura 18	Mapa do "Índice de Vegetação" (*NDVI*) de Areia Grande	79
Figura 19	Mapa de classificação das caatingas de Areia Grande	81
Figura 20	Mapa das (macro)classes de solo de Areia Grande	83

Figura 21 Agricultura de vazante da comunidade Riacho Grande, na localidade de Umburana 86

Figura 22 Mapa de isoípsas e linhas de drenagem da Jurema 87

Figura 23 Imagem de satélite do estado do desmatamento já em 2017, após 35 anos 89

Figura 24 Cercado de paus em área de aguadas: símbolo cultural e estratégia de manejo 92

Figura 25 Diagrama sobre a nova estruturação das políticas para povos do campo 95

Figura 26 Mapa da correlação “Imóveis *versus* Mineração” no contexto de 2017 99

Figura 27 Incidência da parcela reivindicada pela “S.C.A.” na comunidade de Ladeira Grande 100

Figura 28 Mapa das situações dos processos minerários em Areia Grande em 2017 101

Figura 29 Informações contidas em resultados de busca para a empresa “B.T.N.” 102

Figura 30 Diagrama da “mediação conciliatória de demandas possessórias” da “T.N.” 103

Figura 31 Mapa da grilagem de terras na porção oeste de Casa Nova em 2019 104

Figura 32 Contraste entre a situação da grilagem em 2017 e em 2019 105

Figura 33 Cenário da impactação da nova grilagem sobre Areia Grande 106

Figura 34 Relação de proximidade entre o parque eólico e o território de Areia Grande 107

LISTA DE SIGLAS

AATR	ASSOCIAÇÃO DE ADV. DE TRAB. RURAIS NO ESTADO DA BAHIA
ADI	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
AEFFP	ARTICULAÇÃO ESTADUAL DE FUNDOS E FECHOS DE PASTO
AGEITEC	AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA
ANM	AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
ANT	ACTOR-NETWORK THEORY (TEORIA DO ATOR-REDE)
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL
CDA	COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
CDRU	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
CHESF	COMPANIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
CNAE	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
CNPCT	CONSELHO NAC. DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
DJE	DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO
DOEBA	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INSA	INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO
INTERBA	INSTITUTO DE TERRAS DA BAHIA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ARTÍSTICO NACIONAL
IRPAA	INSTITUTO REGIONAL DA PEQ. AGROPECUÁRIA APROPRIADA
MAB	MOVIMENTO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM
MAPA	MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDH	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
MP	MEDIDA PROVISÓRIA
NDVI	ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA
PVA	ARGISSOLOS VERMELHO-AMARELOS
RQ	NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS

SASOP	SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORG. POPULARES RURAIS
SDR	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SEPPIR	SECRETARIA NAC. DE POLÍT. DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL
SEPROMI	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (BAHIA)
SIGEF	SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA (DO INCRA)
SIGMINE	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE MINERAÇÃO
SRC	SISTEMA DE REFERÊNCIA DE COORDENADAS
SRTM	SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHY MISSION
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
TAR	TEORIA DO ATOR-REDE (ACTOR-NETWORK THEORY)
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNASFP	UNIÃO DAS ASS. DE FUNDO DE PASTO DO MUN. DE CASA NOVA
USGS	UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 AS ABORDAGENS CARTOGRÁFICAS DELINEADAS NA PESQUISA: ENSAIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 20

2.1. PARTINDO DOS ANSEIOS E EXPECTATIVAS DOS PESQUISADOS, OU "PARA QUE SERVE ESSA CARTOGRAFIA?" 20

2.2. TECENDO CONEXÕES ENTRE CULTURA, ECOLOGIA E POLÍTICA COM AS CONTRACARTOGRAFIAS 23

2.3. ENTRE O PLANO DAS FORMAS E O PLANO DAS FORÇAS: A CARTOGRAFIA VALORIZADA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO 28

2.4. UMA "GEO-GRAFIA" INERENTE À DENOMINAÇÃO "FUNDO DE PASTO" 30

3 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA ESTUDADA: ESBOÇANDO TRAJETÓRIAS DE CONFLITO 34

3.1 CENÁRIOS PRECEDENTES: A CASA DA TORRE E OS PRIMÓRDIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO 35

3.2 DA ORIGEM DE SEUS ANTIGOS HABITANTES À TENSA CHEGADA DOS MEGAPROJETOS DE MODERNIZAÇÃO REGIONAL 42

3.3 A PROBLEMÁTICA DA PRIMEIRA GRANDE GRILAGEM EM AREIA GRANDE E UM HISTÓRICO DOS ATAQUES SOFRIDOS POR SEUS HABITANTES 47

3.4 A REARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES: ASSUMINDO A IDENTIDADE TRADICIONAL COMO UMA INDISPENSÁVEL FERRAMENTA DE LUTA 53

4 FATORES CULTURAIS NO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO: OS GEOSSÍMBOLOS EM SUA CORRELAÇÃO COM A IDEIA DE PATRIMÔNIO 57

4.1 VIZINHANÇAS E QUINTAIS COMO GEOSSÍMBOLOS DA MORADIA 59

4.2 RELIGIOSIDADES E CRENÇAS EM GEOSSÍMBOLOS DO SAGRADO 65

4.3 FESTAS E DIVERTIMENTOS POPULARES EM GEOSSÍMBOLOS DA RECREAÇÃO 68

4.4 MARCAS ANTIGAS E RUÍNAS COMO GEOSSÍMBOLOS DA MEMÓRIA 71

5 FATORES ECOLÓGICOS NO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO: A PAISAGEM FÍSICA EM SUA CORRELAÇÃO COM AS PRÁTICAS AGROPASTORIS 75

5.1 O MAPEAMENTO DAS CAATINGAS PERANTE A PECUÁRIA EXTENSIVA 77

5.2 O MAPEAMENTO DE SOLOS E DRENAGEM PERANTE A AGRICULTURA FAMILIAR 83

5.3 A FRAGILIDADE DA COBERTURA VEGETAL SOBRE O SOLO ARENOSO 87

5.4 PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DOS MAPEAMENTOS ECOLÓGICOS (E CULTURAIS) DIANTE DA URGÊNCIA PELA DEMARCAÇÃO DE TERRAS EM AREIA GRANDE 90

6 DA RECORRÊNCIA DOS DESAFIOS AO AVANÇO DA RESISTÊNCIA: CONJUNTURAS ATUAIS E HORIZONTES DE AREIA GRANDE 94

6.1 NA TRILHA DAS INTRIGANTES CONEXÕES CARTOGRÁFICAS ENTRE O AGRONEGÓCIO, A MINERAÇÃO E A ENERGIA EÓLICA EM AREIA GRANDE E SEU ENTORNO 96

6.2 A CONTÍNUA CONSTRUÇÃO JURÍDICA SOBRE OS FUNDOS DE PASTO E O DESENROLAR DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO EM AREIA GRANDE 108

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 114

REFERÊNCIAS 117

1 INTRODUÇÃO

Em produções intelectuais de cunho sociopolítico, é fundamental se iniciar a discussão a partir da explanação da visão de mundo que serve de base para todas as argumentações subsequentes, pois é tal perspectiva que alicerça as escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa.

Neste sentido, destacamos que o alicerce fundamental deste trabalho é a compreensão de que os "sujeitos socais anti-hegemônicos do campo"[1] representam, por suas formas próprias de relacionar-se em comunidade e com a terra, apontamentos de saídas à crise civilizatória histórica. Esta crise é situada no avanço incessante dos ideais moderno-coloniais sobre toda a superfície terrestre em função do dito desenvolvimento, conceito que aqui é entendido como um processo global movido pela e para a aceleração do giro do capital. Já este, por sua vez, acaba por ser apropriado em sua maior parte por oligarquias que detém poderes e privilégios. Em contraposição a tal paradigma desenvolvimentista, neste trabalho, o debate dos povos e comunidades tradicionais entra no rol dos horizontes emancipatórios.

Tal assertiva – de que os povos e as comunidades tradicionais trazem indicativos de saída à crise civilizatória – baseia-se no argumento de que os mesmos não compartilham em essência dos ideais desenvolvimentistas da modernidade, uma vez que seus sonhos e valores estão associados ao "bem viver", ou seja, a capacidade de viver em liberdade e plenitude no seio da terra que tradicionalmente habitam, com respeito às suas raízes culturais.

A territorialidade é um dos elementos de maior importância na vida dos povos e comunidades tradicionais, pois expressa suas relações com a terra e com o território

[1] Esta expressão aqui usada, surge do reconhecimento da importância de duas perspectivas teórico-argumentativas distintas: 1) a compreensão sobre o campesinato, como perspectiva capaz de reunir os diversos grupos sociais do campo subalternizados perante a questão agrária, em uma concepção de unidade de classe que luta tanto pela redistribuição de terras, como pelo reconhecimento de territórios; e 2) a compreensão sobre os povos e comunidades tradicionais, como perspectiva capaz de abranger os mais variados grupos sociais que possuem raízes territoriais e lutam pelo seu reconhecimento, também considerando-os como subalternizados perante a questão agrária brasileira e tomando o cuidado de entender as singularidades da questão indígena. Assim, acreditamos que cada uma das perspectivas acima tem sua própria coerência e que, a depender do contexto, devem ser evocadas como discurso, sem que a roboração de uma necessite incorrer em detrimento da outra. Dessa forma, alguns contextos de argumentação demandam um olhar de classe, enquanto outros demandam a reiteração das singularidades.

(que traduzem, respectivamente, a dimensão fundiária e política do espaço habitado), de maneira que tais relações englobam a identidade e a pertença, as ações cotidianas, os saberes tradicionais, as articulações populares de resistência, assim como outros fatores que definem sua permanência na terra e a organização da vida comunitária. No entanto, tal permanência na terra é constantemente ameaçada por conflitos socioterritoriais.

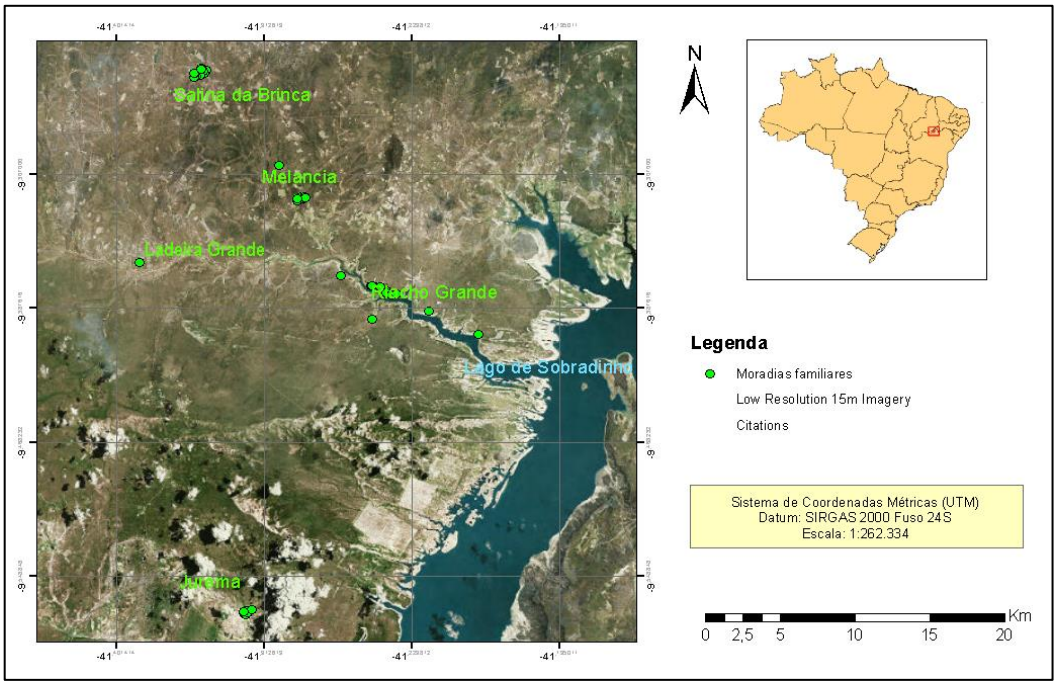
Em Areia Grande e seu contexto regional mais próximo, a escassez hídrica transforma em área de disputa de interesses o entorno do Lago de Sobradinho, que permeia nossa área de estudo. Isso ilustra como a discussão sobre conflitos pode derivar uma gama variada de temas e como seu traçado cartográfico se mostra um recurso metodológico essencial à sua compreensão.

A representação das territorialidades “do campo, da floresta e das águas” em mapas deve consistir em um tabuleiro-base para a análise da teia de relações espaciais possíveis entre os dois grandes horizontes civilizatórios – como expressa Ceceña (2012) – quais sejam, o horizonte moderno-colonial e o horizonte dos povos e comunidades tradicionais.

Assim, o estudo das territorialidades das comunidades tradicionais sempre demanda, independentemente do nível de aprofundamento, algum tipo de olhar cartográfico, uma vez que os mapas são capazes de sistematizar espacialmente os traçados da ocupação da terra, das feições da natureza e da dinâmica cotidiana, de modo a possibilitar análises cruzadas entre os subtemas relacionados.

É no sentido desses olhares cartográficos, que o presente trabalho estuda as territorialidades de um conjunto de cinco comunidades de fundo de pasto situadas em uma área chamada de Areia Grande (figura 1), localizada ao norte do já mencionado Lago de Sobradinho, no município de Casa Nova, Bahia, sendo as mesmas: Salina da Brinca, Melancia, Riacho Grande, Jurema e Ladeira Grande (ver Apêndice A para um roteiro por seus núcleos de povoamento).

Figura 1 – Localização do fundo de pasto de Areia Grande



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do LandSat8.

Deste modo, a hipótese inicial desta pesquisa foi a de que as dinâmicas tradicionais – tanto no âmbito afetivo/simbólico como no âmbito ecológico/ambiental – do fundo de pasto de Areia Grande exercem fortes influências sobre suas territorialidades e resistências, estabelecidas perante conflitos com o desenvolvimentismo e com o Estado tecnocrático. Diante disso, a questão norteadora da pesquisa pode ser definida com a seguinte pergunta: Como se configuram as territorialidades do Fundo de Pasto de Areia Grande, considerando as dimensões da cultura, da ecologia e da política e as suas correlações?

No caso do território estudado, as comunidades de fundo de pasto remontam a uma ocupação de meados do século XIX, quando de uma grande seca no sertão e do refúgio de camponeses para as terras hoje conhecidas como Areia Grande. Um século depois, os habitantes sofreram desapropriações em massa, abordagens policiais excessivas e o assassinato de uma liderança comunitária – discussões que serão posteriormente aprofundadas – o que revela a gravidade das questões trazidas neste estudo.

Para proceder às coletas de dados e informações em um trabalho metodologicamente tão diverso – com um leque tão abrangente de discussões dentro

uma narrativa unificada – buscamos estabelecer um diálogo entre procedimentos etnográficos e geoinformacionais, de modo a compor uma pesquisa capaz de contemplar os diversos processos e variáveis associados à relação entre as práticas cotidianas de reprodução da vida da comunidade, sua terra e seu território.

Mas para comunicar de forma mais eficaz a proposta teórico-metodológica deste trabalho, é fundamental caracterizarmos o mesmo e até categorizá-lo. Deste modo, consideramos que a abordagem desta pesquisa é, simultaneamente, crítica e relacional, por dar centralidade à reflexão sobre as resistências territoriais perante o avanço do poder moderno-colonial sobre o campo, mas por também situar os aspectos simbólicos e culturais como parte da discussão. Assim, nossa abordagem não percorre pelas perspectivas clássicas da teoria social-crítica. Além disso, busca entender as relações entre atores sociais e atores naturais[2] nas tramas territoriais apresentadas. É justamente neste ponto que se desenvolve nosso interesse pelo conceito de escalas fractais, sugerido por Little (2006, p.96):

> Na tentativa de tratar essa complexidade de relações transníveis entre atores sociais, atores naturais e entre si, lanço mão do conceito de escalas fractais, no qual esses relacionamentos mostram conexões auto-semelhantes, porém irregulares, como acontece em objetos geométricos (Briggs, 1992). O uso da analogia fractal ajuda o etnógrafo a se afastar de abordagens sistêmicas, nas quais cada nível é hierárquica e funcionalmente encaixado em outro, e de sair de abordagens neomarxistas, nas quais os níveis superiores controlam e determinam o que sucede nos níveis inferiores, para dar conta da maneira sui generis com que fatores contingentes se combinam com fatores estruturantes. O etnógrafo de conflitos socioambientais tem a responsabilidade de identificar e mapear essas múltiplas conexões fractais.

Nessa linha, faz-se importante destacar as bases de nosso entendimento sobre disputas sociopolíticas. Isso, porque, ao mesmo tempo em que reconhecemos que as dinâmicas sociais são determinadas por uma diversidade de forças interatuantes, reconhecemos que para estabelecer condições de interpretação teórica é preciso organizá-las e classificá-las, caso contrário nos restaria a observação inabstraível de um todo caótico.

Deste modo, entendemos que o ato de classificar pode ser realizado com o estabelecimento de duas ou mais classes de distinção, a partir de critérios que precisam ser explicitados em cada estudo, havendo possibilidades interpretativas

[2] Perspectiva baseada na Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour, que será apresentada na discussão do tópico 2.3.

inerentes a cada número de classes que for adotado. Isto, porque a quantidade de classes que se estabelece para uma análise determina uma configuração intrínseca de interrelações entre conjuntos. Contudo, percebemos que a forma de distinção mais basal é aquela que se fundamenta em apenas duas classes, ou seja, em uma perspectiva de polaridade.

Assim, embora a perspectiva de dois conjuntos não seja a única lente de classificação plausível para o entendimento das interações entre forças sociais através de seus atores, traz consigo como característica essencial, o destaque às relações fundamentais de antagonismo, polarizadas e contraditórias, das dimensões de uma totalidade. Na teoria social crítica clássica, vemos esta relação antagônica sendo chamada de luta de classes, termo do qual também compartilhamos neste trabalho, muito embora entendamos que os critérios de distinção destas duas classes sociais necessitem aqui de um detalhamento explicativo.

Neste trabalho, temos preferência pelas expressões “poderes moderno-coloniais” e “contrapoderes decoloniais” – inspiradas em Quijano (2005) e Raffestin (1993) – para denominar estas duas macroclasses de atores e de forças sociais, uma vez que tais termos nos têm demonstrado diversas compatibilidades teóricas com os debates sobre povos e comunidades tradicionais, sujeitos sociais desta pesquisa.

Em suma, delimitamos, neste preâmbulo, que para dar conta de temas como a dimensão afetiva das comunidades ou para se aprofundar na análise das relações de convivência com o semiárido (que envolvem dinâmicas biofísicas da terra) – temas estes que são muito diversos em se tratando de suas bases epistemológicas – precisaremos dialogar com métodos interpretativos que permitam abordá-los paralelamente, mas sem deixar escapar o fio condutor principal da pesquisa, sempre centrado nas territorialidades.

2 AS ABORDAGENS CARTOGRÁFICAS DELINEADAS NA PESQUISA: ENSAIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Quando nos propomos a discorrer sobre as abordagens cartográficas deste trabalho, assumimos a intenção de transmitir as inspirações metodológicas que ocorreram durante o contato com a realidade pesquisada e de expressar as ideias que guiaram as escolhas de nossos subtemas. Começamos, para isto, destacando que a cartografia tem se consolidado como ferramenta e procedimento de investigação em diversos ramos disciplinares que tratam da relação entre comunidades e seu território, como a geografia agrária, a ecologia humana, a antropologia cultural e a psicologia social.

Por terem penetrado nestas distintas áreas de conhecimento, os procedimentos cartográficos comuns na geografia passaram a se correlacionar com elementos metodológicos próprios destas outras disciplinas, tais quais, os provenientes da observação e descrição etnográfica, como os percursos guiados, além das contribuições das abordagens representacionais, como os desenhos.

Este processo múltiplo de interações teórico-metodológicas veio enriquecendo e diversificando a cartografia, que passou a desenvolver atributos de método científico, sendo estes, ainda hoje, mais reconhecidos em ramos da psicologia do que na própria geografia. É neste sentido que optamos neste capítulo por não realizar uma fala restrita a procedimentos práticos, mas demonstrar como o pensamento cartográfico tem nos possibilitado interconectar os principais temas atinentes à territorialidade das comunidades tradicionais.

2.1 PARTINDO DOS ANSEIOS E EXPECTATIVAS DOS PESQUISADOS, OU "PARA QUE SERVE ESSA CARTOGRAFIA?"

Há um aspecto crucial a ser considerado nas cartografias de cunho social crítico, que se trata das formas de participação dos sujeitos sociais pesquisados nas etapas de planejamento e execução da pesquisa.

Por consideramos este trabalho como contracartografias das comunidades, é válido desdobrar o referido pronome “das” em três preposições, como extensões de seu significado: “sobre” (assunto), “com” (coautoria) e “para” (finalidade/pertencimento). Nesse sentido, as narrativas aqui apresentadas tratam sobre as comunidades, são coproduzidas pelas comunidades e devem servir para as comunidades em seu benefício.

A decisão por trabalhar as comunidades tradicionais de fundos de pasto como assunto tem uma grande relevância política, pois está associada à sua visibilização, de modo a tornar vulnerabilidades sociais que são invisíveis a diversos setores da sociedade em emergências sociais[3]. Além disso, a visibilização da sua cultura é uma forma de valorizar os modos de vida tradicionais. Assim, considerar as problemáticas que envolvem esses sujeitos como temas a serem debatidos no meio acadêmico é também um modo de estar atento à função social da pesquisa.

Já no que tange à coautoria dos sujeitos sociais pesquisados no contexto da própria pesquisa que os aborda, faz-se importante discutir os processos de protagonismo e de participação nas etapas da pesquisa. A ideia de protagonismo, por dizer respeito a uma posição de decisão da comunidade sobre os rumos que ela própria deseja que a pesquisa tome, aponta os temas prioritários. Enquanto isso, a participação acaba sendo um termo mais geral em que muitas vezes o pesquisador insere a comunidade em etapas práticas da pesquisa, após chegar com um roteiro já previamente elaborado exclusivamente pelos acadêmicos sobre os rumos e temas da investigação. Como afirmou Zacarias, do Riacho Grande, na ocasião de nossa primeira oficina:

> Então e assim a partir né, do do que tá por vir né e do que há de vim a gente tem que sempre que tá construindo argumentos. Pra se fazer a defesa do território. Então cada dia muda-se a lei, muda-se o código florestal, muda-se o código da mineração então as mudanças de lei elas tão a todo momento aí acontecendo e a gente precisa também enquanto lutadores né, os nossos argumentos pra gente fazer a defesa do nosso território. Se e a gente não estuda não cria eu acho que a gente fica pra trás né? Então, eu acho que é oportuno quando chega um projeto desses, a gente abraçar e construir junto né, fazer junto.

[3] Boaventura de Sousa Santos aborda as emergências sociais como situações de grande importância para a vida dos sujeitos, a princípio desconhecidas pela sociedade em geral, mas que passam a ganhar sua atenção e preocupação na medida em que são visibilizadas.

Na busca pelo protagonismo comunitário, em nossos trabalhos de campo, os primeiros encontros ocorreram a partir de reuniões conjuntas com membros de todas as comunidades envolvidas e ocorreram mediante uma apresentação que fizemos sobre a ideia de pesquisa cartográfica de cunho social-crítico e uma breve exposição sobre em que os mapas vem auxiliando outras comunidades a partir de pesquisas deste tipo. A partir deste ponto, ao longo das oficinas, os sujeitos sociais foram apresentando as temáticas que mais se aproximavam de suas diversas demandas e expectativas. Algumas ideias-chave auxiliaram a dinamização dessas atividades, como as de “sonhos[4]” e “necessidades”.

Em outros momentos, houveram sugestões de atividades previamente pensadas e formatadas por nós pesquisadores (que buscamos nos inserir durante as oficinas enquanto facilitadores), como a realização de percursos com uso de navegador de posicionamento global, quando já possuíamos relações de vínculo e confiança estabelecidos com os sujeitos pesquisados. Nesses percursos, membros de cada comunidade se inseriram como protagonistas do processo, nos guiando pelos lugares de maior relevância para os mesmos, ressaltando assim, o perspectivismo comunitário nessas etapas da pesquisa.

Ainda nas oficinas iniciais, as discussões se se centraram em torno das funções sociais das contracartografias que colocaríamos em prática. Ou seja, como os mapas da pesquisa teriam condições de contribuir com as comunidades e suas associações de modo a permitirem sua operacionalização objetiva frente às demandas e urgências em que se perpassam as dinâmicas do território onde vivem.

Assim, já em nosso segundo encontro, após uma roda de diálogo constituída de membros de todas as comunidades na sede da “associação geral”, na busca de um estudo que servisse tanto para usufruto das mesmas quanto para a pesquisa acadêmica, chegamos em conjunto à definição de quatro finalidades centrais almejadas para nossos mapas: 1) denunciar os ataques e as ações dos diversos atores sociais forasteiros ao fundo de pasto em questão; 2) contribuir com a auto-organização de seus habitantes a partir de estudos que contemplem a agropecuária, sua principal atividade; 3) dar visibilidade às manifestações culturais das comunidades

[4] A abordagem sobre os sonhos e expectativas das comunidades nas oficinas foi inspirada no Projeto “Futureo”, do Instituo Nacional do Semiárido - INSA.

perante instituições potencialmente apoiadoras, como o terceiro setor e as universidades; 4) reunir elementos que auxiliem a proteção territorial do fundo de pasto em contextos judiciais.

Além disso, essas quatro finalidades específicas possibilitam contribuições entre si. Um exemplo disso é que com uma maior a visibilização das manifestações culturais das comunidades, as denúncias de ataques sofridos pelas mesmas adquirem maior repercussão. Além disso, a possibilidade de uma maior atração de colaboradores da área da assistência técnica tem repercussão na melhoria de suas atividades produtivas. Outro exemplo, que é central neste trabalho, é que nos iminentes procedimentos de demarcação das terras a serem realizados no âmbito dos processos judiciais para Concessão de Direito Real de Uso, os elementos concernentes às simbologias culturais e às configurações da agropecuária, juntos, contribuem para fortalecer argumentações sobre a amplitude dos limites oficiais reconhecidos às comunidades.

Assim, após esta definição de objetivos realizada no âmbito do engajamento sociopolítico, iniciaram-se no âmbito acadêmico as reflexões sobre como colocá-los em prática a partir de um trabalho situado na disciplina geográfica. Foi assim que chegamos à ideia de correlacionar as finalidades citadas a conceitos geográficos capazes de possibilitar sua discussão, chegando, assim: ao lugar e à paisagem na perspectiva da Nova Geografia Cultural; à paisagem “natural” na ótica da Geografia Física; e ao território, na abordagem das relações de poder, como conceito central deste trabalho, baseado principalmente na construção teórica de Raffestin (1993).

2.2 TECENDO CONEXÕES ENTRE CULTURA, ECOLOGIA E POLÍTICA COM AS CONTRACARTOGRAFIAS

Na perspectiva de um estudo sobre territorialidades de comunidades tradicionais, ou mais precisamente, um estudo que se propõe a narrar sobre essas territorialidades por meio de mapas construídos em diálogo com as comunidades, as cartografias se apresentam como um caminho para correlacionar, seja por contraste direto ou por interação sistêmica, a localização de processos ditos de naturezas

distintas, ou melhor, processos que vieram tradicionalmente sendo estudados de maneira isolada, uns pelas disciplinas consideradas como ciências humanas e outros pelas disciplinas consideradas como ciências naturais. Sobre a complexidade dos sentidos da territorialidade, concordamos com Raffestin (1993, p.161), para quem

> A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse.

A territorialidade, portanto, se apresenta como um conceito-chave para a presente pesquisa, uma vez que traduz as diversas relações estabelecidas entre a comunidade e o território habitado, sejam essas relações de cunho ecológico, na interação cotidiana entre as pessoas e seu ambiente biofísico, sejam as relações de cunho sociopolítico, na defesa e manutenção da posse da terra, por exemplo. Um conceito que, no contexto de uma comunidade, só pode ser compreendido ao se observar os processos territoriais em uma escala de detalhe, ou seja, uma escala onde se consiga distinguir os indivíduos e grupos sociais, seus movimentos cotidianos, suas interações com o ambiente e os próprios objetos-chave que constituem tal ambiente. É com esta significação que nos referimos à tecelagem de conexões entre ecologia e política na escala da comunidade: entrelaçamentos cartográficos entre distintos processos de territorialização. O modo de vida, o ecossistema e as lutas sociais estão juntos em um mesmo bojo de relações entre comunidades e territórios.

A discussão da relação entre questões ecológicas e processos de cunho político vem sendo construída teoricamente na área da Ecologia Política, principalmente por antropólogos que vem dando destaque aos debates da territorialidade. Uma referência muito importante nesta área é o antropólogo Paul Elliott Little, norte-americano residente no Brasil desde 1992 e professor do departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Em sua obra “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico” (LITTLE, 2006), o autor defende que

> Algumas das mais importantes transformações recentes no paradigma ecológico são a elaboração de sínteses transdisciplinares entre as ciências sociais e naturais, a proposta heurística da simetria epistemológica e o diálogo metodológico com os estudos da complexidade. Essas transformações servem como base para discutir os aportes da antropologia ao novo campo de pesquisa da ecologia política. Após a delimitação do subcampo da “etnografia dos conflitos socioambientais”, as práticas

> específicas da etnografia multiator, que identifica e diferencia os agentes sociais e os "agentes naturais", e do uso de múltiplos níveis espaciais e temporais de análise são delineadas. (Op. cit., p.1).

Outro diálogo que consideramos basilar, além deste que nos propomos a observar entre os agentes sociais e os "agentes naturais", é o diálogo entre cultura e política, sendo ambas vistas como dimensões agregadas e sincrônicas do território. A articulação de alguns pares conceituais citados por Carneiro (2013), como "dominação e apropriação", "poder e identidade", "função e símbolo", dentre outros, se constitui como mecanismo analítico eficaz para a evidenciação das conexões entre aspectos culturais e políticos nos estudos sobre territorialidades.

O território é o lócus da reprodução cultural das comunidades tradicionais, pois a cultura está inscrita nos modos de vida diversos. Por isso, a importância de pensarmos cultura e poder de forma articulada:

> O estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, as vezes, é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 2002, p. 104 e 105)

Assim, pensar os processos de territorialização de comunidades tradicionais é um modo de "pensar politicamente a cultura" (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 168). Neste sentido, a resistência territorial se apresenta como o motor desse processo, uma vez que traduz a maneira própria das comunidades se organizarem, incluindo suas formas próprias de comunicação e agregação. Este aspecto será mais explorado em um capítulo específico deste trabalho.

Com base nestas compreensões, o estudo das territorialidades das comunidades tradicionais vem se tornar mais claro, independentemente da escala de aprofundamento, com o auxílio de mapas, uma vez que estes são capazes de sistematizar espacialmente os traçados da ocupação da terra, das feições da natureza e da dinâmica cotidiana, de modo a possibilitar análises cruzadas entre os subtemas relacionados.

No entanto, o próprio ato de cartografar também precisa ser situado politicamente. Isto porque os mapas têm sido historicamente utilizados pelas forças

hegemônicas como instrumento de conquista de fronteiras exploratórias, com a dominação de povos e a pilhagem de recursos naturais, como foi o caso das grandes navegações e como ainda é o caso dos mapeamentos de recursos naturais via satélite. Portanto, o que se propõe aqui é a realização das “contracartografias”, sendo entendidas como cartografias dos contrapoderes, ou cartografias anti-hegemônicas, que incluem as diversas formas de mapeamento que vêm apoiar os sujeitos sociais que constituem resistência às dominações hegemônicas. Não é no procedimento técnico executado, mas no caráter de apoio aos sujeitos em questão, que uma prática cartográfica se caracteriza como contracartografia.

A palavra “contracartografias”, nessa conceituação a que nos referimos acima, foi trazida à literatura acadêmica de modo bem recente, onde cabe destaque uma obra internacional, de 2018, e outra obra, brasileira, de 2019. Essa primeira obra, de 2018, é o livro “This is not an atlas” (KOLLEKTIV ORANGOTANGO+, 2018), que reúne diversas perspectivas contracartográficas do mundo inteiro, incluindo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e com uma introdução coescrita pelo pesquisador André Mesquita Filho. A segunda obra a que nos referimos, de 2019, é um livro escrito pelo próprio André Mesquita Filho e se chama “Mapas dissidentes: contracartografia, poder e resistência” (MESQUTA FILHO, 2019). As duas são inspirações para o presente trabalho.

Aqui, nossa elaboração metodológica das contracartografias abrange um largo espectro de abordagens, como: as oficinas de cartografias sociais, os etnomapeamentos, o acesso a bancos de dados sobre conflitos no campo, a pesquisa junto a dados de cartórios de registros de imóveis rurais, o uso de drones com participação comunitária, dentre outras. Independente do caminho, faz-se crucial viabilizar que as ferramentas metodológicas sejam apropriadas pelos sujeitos e, se possível, adaptadas para os mesmos, de modo que o traçado dos objetivos de tais cartografias seja feito pelas e para as comunidades.

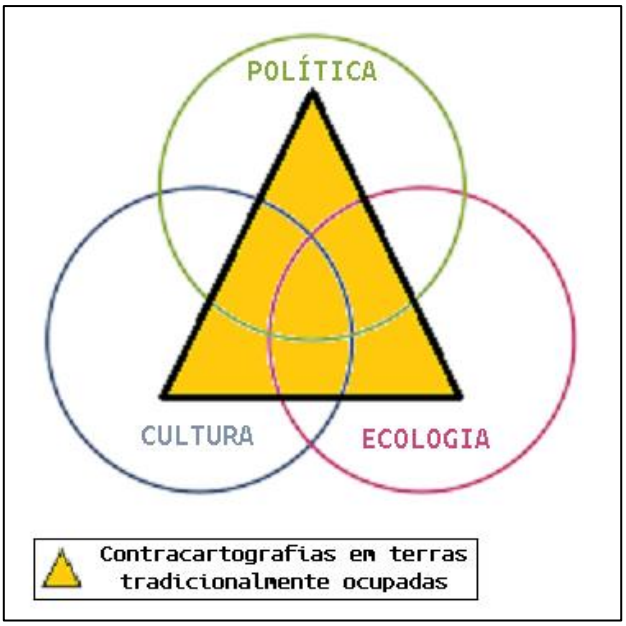
Na geografia, é possível observar mapas que retratam diferentes temas e conceitos espaciais, como exemplos a citar: os mapas regionais, capazes de expressar panoramas dos processos espaciais que ocorrem com considerável homogeneidade em escala de grande abrangência (nível de pequeno detalhamento); as cartofotografias (paisagens georreferenciadas) sobre temas culturais; mapas

físicos; mapas de conflitos, que expressam disputas territoriais, dentre outros tantos tipos.

Considerando que as dinâmicas territoriais das comunidades de fundo de pasto se apresentam como temática central deste estudo, e que a essência política do território aqui estabelece forte conexão com sua dimensão cultural e sua dimensão ecológica, propomos uma articulação entre tais perspectivas, constituindo um leque de alcance temático às contracartografias, tal qual o diagrama na figura 2.

Assim, além do mapeamento dos conflitos, que aponta diretamente para a dimensão política das dinâmicas territoriais, os mapas culturais e os mapas ecológicos são direcionados, respectivamente, para a espacialização das expressões simbólicas e dos agroecossistemas que as comunidades desenvolvem tradicionalmente, servindo como etapas que facilitam a posterior identificação e localização de possíveis ataques e ameaças a tais expressões. Para isso, utilizamo-nos de procedimentos que permearam etapas como: o levantamento documental de dados cartoriais e processos judiciais das comunidades, a realização de percursos afetivos guiados pelos próprios habitantes, o geoprocessamento de imagens/matrizes sobre vegetação e drenagem e o mapeamento de geodados fundiários e minerários. Assim, foi dado um destaque a metodologias cartográficas diversas, como uma forma de reunir e justapor, no traçado dos mapas, processos de distintas naturezas temáticas.

Figura 2 – Diagrama da articulação interperspectivística das contracartografias



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020).

A abordagem do conceito de paisagem pela perspectiva cultural considerada nesta pesquisa, em Bonnemaison (2002), principalmente por sua abordagem sobre os geossímbolos, possibilita uma discussão sobre os afetos, memórias e outros aspectos identitários, pois está relacionada às vivências dos grupos sociais. Por sua vez, as diversas formas de vivência cotidiana apontam para a territorialidade, uma vez que reforçam a presença da comunidade na terra, sua posse e sua relação histórica.

Já nosso estudo da paisagem pela perspectiva física, na concepção de Sotchava (1977), aponta para possibilidades de entendimento das relações entre os processos geoambientais e a ação humana. Ainda considerando o enfoque físico, o conceito desenvolvido por Sotchava vem a calhar como chave teórica para a identificação de unidades constituídas a partir de um complexo formado por vegetação, relevo, microclima, reservatórios de água e outros componentes.

2.3 ENTRE O PLANO DAS FORMAS E O PLANO DAS FORÇAS: A CARTOGRAFIA VALORIZADA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O termo cartografia envolve uma multiplicidade de sentidos. Tal multiplicidade é muitas vezes desconhecida devido ao reducionismo comumente praticado, que a toma como simplesmente um conjunto de técnicas de obtenção de dados espaciais e sua disposição em mapas, ou seja, a cartografia convencional, muito conhecida no contexto do fazer geográfico. Enquanto isso, em outras áreas das ciências humanas, já vem sendo tratada como método, com abordagens próprias, baseadas no estabelecimento de conexões entre atores, processos e cenários.

Dentro desta perspectiva de cartografia como método de pesquisa, sustenta-se a percepção de que cartografar é acompanhar processos. Esta discussão traz ricas contribuições para o presente trabalho, principalmente ao construir uma visão crítica sobre a prática limitada à representação de objetos, apontando esta última como uma "paixão da ciência moderna" (BARROS e KASTRUP, 2009):

> A concepção de uma pesquisa como representação de um objeto remonta ao surgimento da ciência moderna. (...) No contexto da ciência moderna, a distinção entre sujeito e objeto existe para garantir que o saber produzido possa ser validado de modo coletivo, pela comunidade científica. (p.53-54)

Neste sentido, a proposição do método cartográfico se aproxima da pesquisa etnográfica por lançar mão da observação participante, onde “o pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial” (Op. Cit., p.56). Essa compreensão reforça a conexão entre o ato de cartografar e o de etnografar.

Mesmo próximo da etnografia, o método cartográfico tem suas peculiaridades em relação à produção de descrições, uma vez que traz consigo uma representação diagramática dos processos, um desenho, uma disposição de traçados. Assim,

> a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse plano coletivo de forças. (Op. Cit., p.57)

Tais proposições foram pensadas como método de investigação, modo de proceder perante uma pesquisa, sendo que a discussão sobre como expressar o plano[5] coletivo de forças para o leitor fica centrada nas narrativas, evidenciando que os diagramas podem ser traçados na própria linguagem textual. Assim, as autoras não fazem considerações específicas sobre os desenhos imagéticos, sendo isto, uma proposta construída na presente pesquisa – recorrer ao traçado da imagem – uma vez que temos um apreço pelas sínteses visuais, possivelmente pelo fato de a geografia já trabalhar tradicionalmente com tal linguagem através dos mapas.

Sendo assim, a contribuição desta discussão é demonstrar que o ato de cartografar envolve a prática da construção de um plano coletivo de forças. Como destacam Escóssia e Tedesco (2009, p.92), “ao lado dos contornos estáveis que denominamos de formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem”. As autoras complementam:

> na rede conceitual indicada, é possível apreender o coletivo longe dessa visão dicotômica sobre coletivo e indivíduo. A oposição é substituída pelo entendimento do coletivo a partir de relações estabelecidas entre dois planos - o plano das formas e o plano das forças - que produzem a realidade. Embora distintos, os dois planos não se opõem, e sim constroem entre si relações de reciprocidade que asseguram cruzamentos múltiplos (Op. Cit., p.94).

[5] Ao optar pelo uso do termo “plano de forças” e não “campo de forças”, busca-se o afastamento da tradição iniciada no século XIX (surgida na física de Maxwell e reafirmada pela psicologia da Gestalt) e que inspira as ciências naturais e as ciências humanas a pensar os fenômenos como resultantes do equilíbrio da dinâmica de forças.

O desafio que se coloca para o método cartográfico é proceder à investigação das formas sem dissociá-las de sua dimensão processual, que consiste no plano coletivo. Esta perspectiva contribui com o estudo dos conflitos territoriais, uma vez que permite dar atenção aos diagramas de força que existem entre os atores sociais que fazem parte de determinados conflitos, de modo a considerar também neste cenário os objetos espaciais envolvidos, citando como um exemplo do contexto agrário, as reservas de minério de um dado território. Tais jogos de força é que resultam na identificação destes objetos ou formas, correspondendo ao que as autoras chamam de “coagulações”, “conglomerados de vetores”.

Entendemos que esta compreensão se correlaciona com a discussão de Latour (2012, p.108-109) na Teoria Ator-Rede (*ANT – Actor Network Theory*), quando o mesmo afirma:

> Além de "determinar" e servir de "pano de fundo" para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir. influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc. A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas no lugar dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de que e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, a falta de termo melhor, chamaríamos de não humanos.

Assim, o método cartográfico contribui para o mapeamento das diversas conexões existentes na relação comunidade-meio, inserindo em uma mesma rede as pessoas, os recursos hídricos, recursos minerais, além de tantos outros componentes da trama territorial.

2.4 UMA "GEO-GRAFIA” INERENTE À DENOMINAÇÃO “FUNDO DE PASTO”

Ao adentrarmos à discussão sobre povos e comunidades tradicionais, é importante destacar que as diversas denominações (os nomes específicos dos grupos) existentes no Brasil, podem ser melhor compreendidas se iniciarmos observando suas tipologias de relação com o meio onde vivem.

À parte os grupos indígenas e quilombolas, por remeterem a debates próprios mais aprofundados por estarem associados a debates originários e diaspóricos, respectivamente, mas observando os demais, baseando-se em estudos de Little (2006), percebe-se que existem os: 1) os nomes de grupos agroextrativistas que

variam de acordo com a vegetação de cada região biogeográfica (castanheiros, seringueiros, quebradeiras de babaçu...); 2) os nomes de grupos vinculados aos rios ou ao mar que variam de acordo com as características regionais da pesca (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros...); 3) os grupos associados a ecossistemas específicos que já apresentam alusão ao ambiente em seus nomes (pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros...); e finalmente, 4) os nomes dos grupos que são associados à forma de distribuição das terras para a atividade agropecuária ou à própria atividade em si (vaqueiros, sertanejos, sitiantes, campeiros, faxinalenses, fechos e fundos de pasto...). É justamente na relação direta com o meio que se encontram os diversos traços essenciais do modo de vida de cada povo supracitado.

Neste momento da discussão, é importante estar atento que o último agrupamento de denominações tradicionais citado, o “grupo 4”, tem foco no tipo de atividade agropecuária praticada, além de associar esta atividade diretamente à questão da terra, principalmente nos casos das comunidades faxinalenses, comunidades de fechos de pasto[6] e comunidades de fundos de pasto, sendo estas últimas o foco central da presente pesquisa. Almeida (2006), fala sobre uma definição sobre as comunidades de fundo de pasto, com a qual, concordamos:

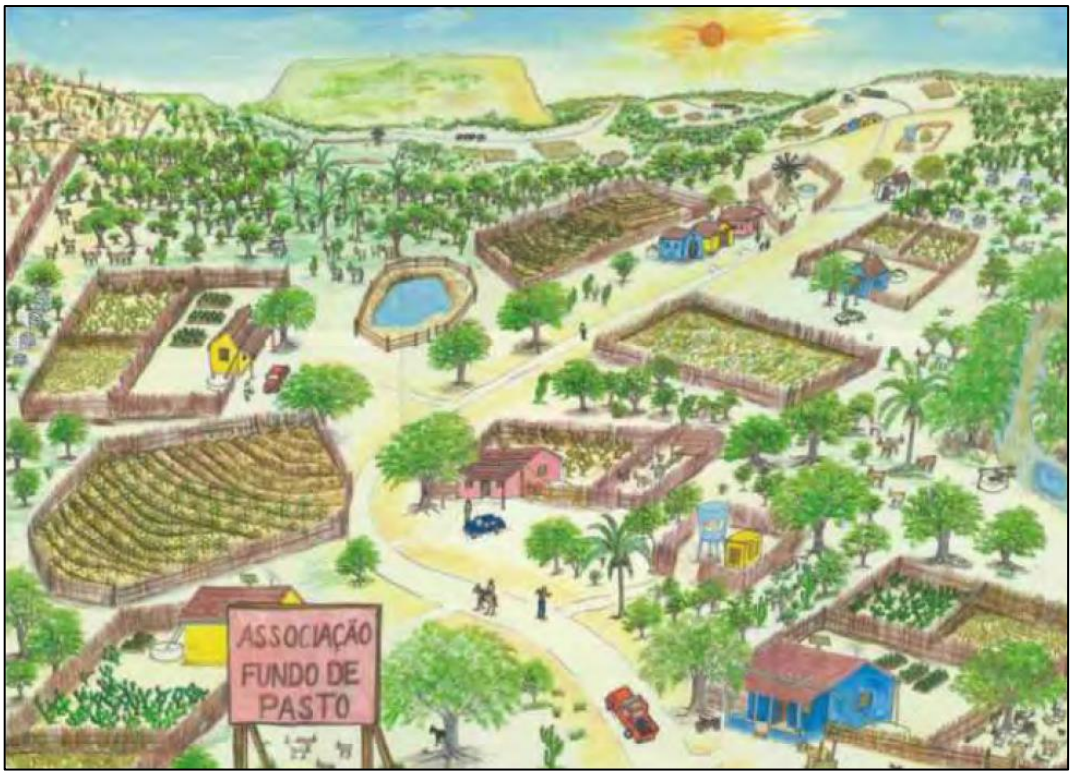
> Na literatura pode ser encontrada uma definição muito próxima a esta, que define as Comunidades de Fundo de Pasto como parte do conjunto do campesinato brasileiro que se reproduz socialmente, mediante o trabalho familiar e uso comum da terra. Elas podem ser, assim, descritas como comunidades para as quais "o controle dos recursos básicos se dá através de normas específicas, acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. A atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes" (Almeida 2006, p.101).

Assim, ao se tomar o próprio termo “fundos de pasto”, analisando a etimologia da palavra “fundo”, verifica-se que vem do latim “*fundus*”, que por sua vez, significa “área de terra”. Logo, o fundo de pasto, ao traduzir-se literalmente como “terra para o pastejo de rebanhos”, trata-se de uma denominação que se anuncia a partir de um aspecto geográfico intrínseco, por inscrever-se enquanto traçado na superfície (geo +

[6] Denominação de comunidade tradicional com características fundiárias muito semelhantes ao fundo de pasto, mas com distinção no que tange ao tipo climático predominante, onde o fecho é geralmente um pouco mais úmido do que o fundo de pasto e, associado a isto, há uma distinção no tipo de gado predominantemente criado, de modo que, se temos o caprino prevalecendo no fundo de pasto, no fecho prevalece o bovino.

grafia). É nesse sentido que a figura 3 traz uma representação arquetípica de um fundo de pasto, expressando os aspectos gerais de sua espacialidade, indicados pela presença de pequenas áreas cercadas com madeiras para proteger aguadas e plantações da alimentação dos caprinos, esta, que se faz de forma solta pelas áreas de caatinga aberta e onde não se encontram cercas de arame nas matas.

Figura 3 – Representação artística das espacialidades de um fundo de pasto arquetípico



Fonte: IRPAA (2001, p.25)

Ademais, os sujeitos que habitam essa “área de terra” em questão tem sua origem marcada por conflitos socioterritoriais e vem lutando há décadas por conquistas de direitos, dentre os quais, apresenta-se como de grande importância a regularização fundiária (fundos + área), que faz da demarcação das terras uma etapa estratégica na defesa territorial.

No fundo de pasto, os rebanhos das diversas famílias se movimentam misturados uns aos outros e soltos em meio a mata. Isto se dá pelo fato desses grupos se caracterizarem pela posse e uso comunitário da terra e dos seus “recursos”, ou

melhor, seu bem comum[7]. Nessas terras os forasteiros frequentemente adentram sem pedir licença e reivindicam áreas sem legitimidade para tal. Desse modo, a questão fundiária demanda estudos na ótica do conceito geográfico de território, uma vez que trata de políticas de controle e domínio. Neste contexto de disputas, os mapeamentos críticos se fazem imprescindíveis e estão no escopo da presente pesquisa.

Tangenciando as questões socioterritoriais estão as discussões históricas, culturais, ecológicas e político-econômicas, que, nesta sequência, serão evidenciadas nos capítulos seguintes. Estas discussões, embora evoquem outros conceitos para seu entendimento, terminam sempre por convergir ao debate das territorialidades.

[7] Esta expressão se refere a vários conceitos da filosofia e da sociologia, recentemente muito valorizados na linha teórica do pensamento decolonial. Em termos gerais, trata do conjunto de elementos de pertencimento coletivo, compartilhados pelos membros de uma dada comunidade.

3 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA ESTUDADA: ESBOÇANDO TRAJETÓRIAS DE CONFLITO

Este capítulo tem o intuito de abrir as narrativas centradas em nossa área de estudo, a partir de sua história marcada por conflitos, desde suas origens como fundo de pasto e até bem antes disso. Esta contextualização está imbuída de sentidos críticos, tendo em vista que a questão agrária vem à tona na discussão. Precisamos, portanto, começar enxergando para além dos limites territoriais de Areia Grande, de modo a entender toda uma região que possui uma estrutura agrária comum, marcada por intensos embates territoriais e originada de um mesmo conjunto de latifúndios.

Assim, para apresentarmos o território fundo de pasto de Areia Grande é importante começarmos pelo contexto regional em que o mesmo está situado. O reconhecimento de processos que atuam em comum na região ajuda o pesquisador a evitar tomar o recorte espacial de forma isolada e desconectada dos processos atuantes em escalas mais abrangentes e originados antes mesmo da existência do próprio território estudado.

Areia Grande situa-se em Casa Nova, no sertão baiano do Rio São Francisco. Determinadas linhas discursivas vinculadas à gestão pública têm adotado o termo "Território da Cidadania Sertão do São Francisco" para denominar o conjunto formado por dez municípios baianos, sendo eles, de oeste a leste, assim listados: Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Sento Sé, Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro, Curaçá, Uauá e Canudos.

No entanto, entendemos que a denominação "Território da Cidadania", utilizada por tais instâncias do poder público, não condiz com a abordagem do conceito de território que embasa nosso trabalho, tratando-se de um uso normativo do conceito, que captura o termo com fins institucionais. Para Raffestin (1993, p.182),

> É inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região é dita, não vivida. E, no entanto, podemos nos enganar com isso, e de fato nos enganarmos, uma vez que baterias de decretos e leis parecem dar uma consistência à ideia de região. (RAFFESTIN, 1993, p.182).

Assim, esta crítica de Raffestin também se aplica ao uso normativo do termo "território". Isto indica que o próprio debate conceitual de território vem sendo objeto de disputa por correntes político-epistemológicas distintas.

Na disciplina acadêmica da geografia, essa disputa resume-se no fato de que a linha da geografia tradicional tem se utilizado desse termo para traduzir as relações entre espaço e poder desenvolvidas pelos Estados, enquanto estudos de linhas críticas da geografia abordam o conceito de território na perspectiva das relações de posse, controle e disputas do espaço pelos diversos grupos sociais. As concepções oriundas das linhas críticas, juntamente com as perspectivas da nova geografia cultural, que discutem as relações de apropriação simbólica, fazem-se mais apropriadas a uma abordagem social sobre comunidades tradicionais. A presente pesquisa transita pelas duas (crítica e cultural), em uma perspectiva relacional.

Pelos motivos acima elencados, preferimos chamar o espaço em questão de "Região do Sertão do Rio São Francisco". Isto porque a região é um conceito geográfico que atua no sentido do reconhecimento e da distinção de grandes delimitações espaciais com características comuns, podendo ser tais distinções realizadas a partir de uma priorização das características físicas ou das características sociais. Neste caso, a distinção que fazemos desta região dá destaque principalmente aos aspectos fundiários, que sintetizam diversas características político-econômicas comuns às suas terras, e por isto, auxiliam a contextualização de Areia Grande. Deste modo, a região se torna, aqui, um eixo discursivo contextualizador para o debate territorial.

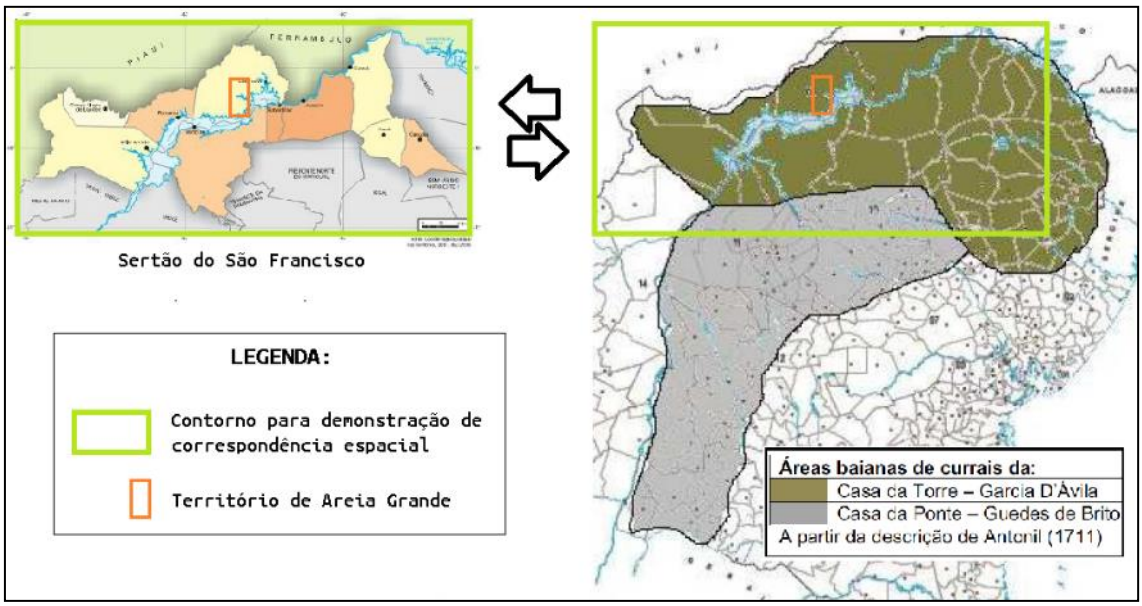
3.1 CENÁRIOS PRECEDENTES: A CASA DA TORRE E OS PRIMÓRDIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

A área compreendida pelo atual sertão baiano do Rio São Francisco correspondeu, entre meados do século XVI e meados do século XIX, ao maior latifúndio já existente no Brasil: a sesmaria da Casa da Torre, do Morgadio[8] de Garcia d'Ávila, conforme está ilustrado na Figura 4. Assim, essa contextualização histórica é feita no sentido de apresentar o processo de formação territorial que precedeu a atual configuração das terras de uso comum habitadas pelas comunidades fundo de pasto

[8] O morgadio era, em suma, um ato de regulamentação de um tipo específico de patrimônio hereditário, previsto nas leis do império português, no qual se transmitiam regras de conduta social em relação à respectiva linhagem familiar, contando com um código para designar os seus sucessores e estatutos.

do sertão baiano, terras estas em sua maioria consideradas devolutas[9] e geralmente apropriadas por meio da posse ou da compra informal. Cabe ainda, destacar que a síntese aqui realizada se baseia, além de outras referências, em apanhados feitos das obras de Santos (2010), Arraes (2013) e Ferraro Júnior (2008), que discutiram as referidas trajetórias históricas de forma bastante detalhada.

Figura 4 – Comparação entre os limites territoriais do atual Sertão do São Francisco e do domínio da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila (montagem do autor).



Fontes: Adaptado de IDESAB JUAZEIRO (2011) e FERRARO JÚNIOR (2008, p.33).

O recorte histórico desta contextualização é bastante abrangente, pois as narrativas aqui apresentadas remontam ao início do período colonial brasileiro, com a chegada de Garcia d'Ávila à Colônia, juntamente com o Primeiro Governador Geral Tomé de Souza. Deste modo, a primeira sesmaria brasileira foi doada ao explorador pioneiro Garcia d'Ávila e a ele foi confiada a tarefa de "resolver conflitos" com o povo indígena Tupinambá, que habitava desde a margem direita do Rio São Francisco até o Recôncavo Baiano (SANTOS, 2010). A partir daí, ao longo de aproximadamente trezentos anos, perdurou o domínio da Casa da Torre sobre essas terras.

O período em que a sesmaria foi regida pelo segundo representante da Torre – o neto Francisco Dias d'Ávila – foi marcado principalmente pela expansão dos

[9] Terras da União que não têm registro no setor imobiliário como terras públicas determinadas, sendo assim, consideradas como terras públicas indeterminadas.

currais de gado, uma vez que crescia intensamente a procura de gado bovino, equino e muar pela indústria do açúcar, que os utilizava para transportes e tração nos engenhos.

Bem mais na frente, já em 1663, o Sargento-mor Antônio Guedes de Brito também recebeu uma grande sesmaria, que deu origem ao morgadio que posteriormente seria conhecido como Casa da Ponte, chegando a serem, estas duas Casas, rivais na disputa por terras às margens do Rio São Francisco, até que, segundo Calmon (1958, apud SANTOS, 2010, p.45), chegaram a um acordo em 1668:

> a Casa da Torre ficou com as terras situadas ao norte de uma linha que ia do rio Real até às nascentes do Itapicuru e do São Francisco, enquanto os Guedes de Brito se mantiveram nas terras situadas ao sul desta linha.

No século seguinte, quando da liderança do já sexto representante da Casa, Francisco Dias d'Ávila III, que assumiu o Morgadio em 1734, "a Colônia estava em outra etapa do seu desenvolvimento, no período do ouro, do diamante e do deslocamento do mercado do gado gordo para o sul" (SANTOS, 2010, p.50). A criação extensiva de gado estava em franca decadência, tanto devido às prolongadas secas, como devido estas novas dinâmicas econômicas, como aponta Bandeira:

> a criação de gado no Nordeste começou a decair até o ponto de converter-se em economia de subsistência, já ao fim do século XVIII. Por outro lado, a alta dos preços dos alimentos e dos animais de transporte, devido ao extraordinário crescimento da demanda provocado pela exploração do ouro, beneficiou a pecuária no Rio Grande de São Pedro, ao sul da Colônia. (BANDEIRA, 2007, p. 240 apud SANTOS, 2010, p.50).

Os rebanhos dos antigos currais, sendo criados no sistema extensivo, desde o início precisaram da presença de vaqueiros para manejar os pastoreios. Foram estes vaqueiros que, juntos às suas famílias, também desbravaram e povoaram as terras devolutas de entorno, realizando práticas de agricultura familiar para o consumo próprio e também comercializando alimentos (como milho, mandioca e batata-doce) nos núcleos urbanos que emergiam.

Alguns embriões de povoamento já se situavam ao longo das margens do Rio São Francisco no século XVIII. Esses povoamentos eram oficializados a partir de duas diferentes instâncias de poder, formando assim, tanto uma rede urbana de domínio

eclesiástico – composta por freguesias (paróquias) – como uma rede urbana de domínio civil – composta por arraiais que podiam ter o status de julgado[10] ou de vila.

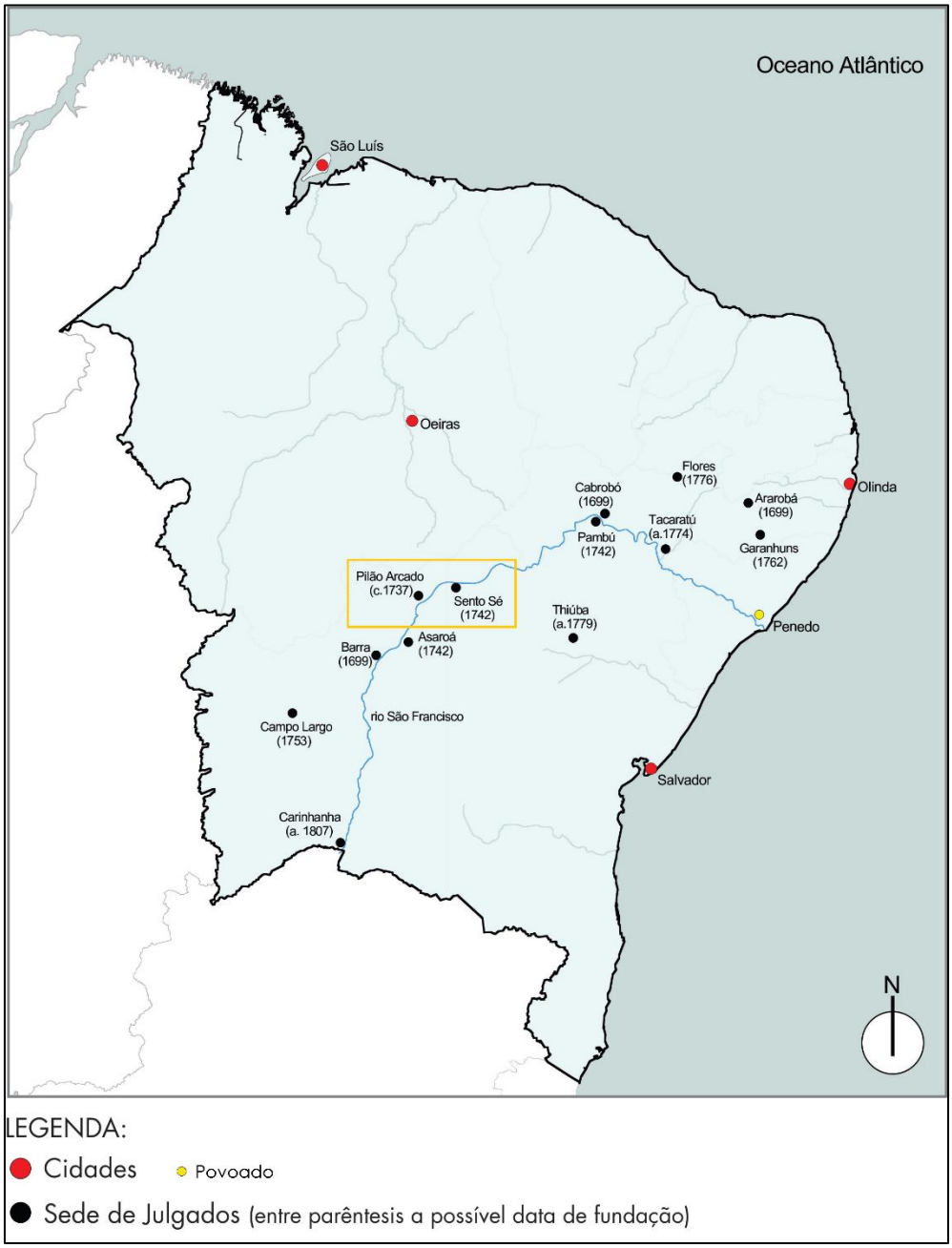
De acordo com o mapa trazido por Arraes (2013), dois séculos antes da construção do Lago de Sobradinho, na área que hoje se encontra submersa, haviam dois julgados: Santo Antônio do Pilão Arcado (instituído em 1737) e São José da Barra do Sento Sé (instituído em 1742), conforme está apresentado na Figura 3. Estes julgados, em 1755, viriam a tornar-se freguesias, até que no Século XIX se tornariam as vilas de Pilão Arcado e Sento Sé.

O referido mapa (figura 5) traz a localização desses dois julgados, bem como, ilustra o leito do Rio São Francisco anterior a seu represamento pela barragem de Sobradinho. Eram tais julgados, portanto, as referências urbanas e jurídicas mais próximas das caatingas de Areia Grande já no Século XVIII, para tratar de questões fundiárias. Para este autor,

> A precisa localização dos seis julgados no vale sanfranciscano (Barra do Rio Grande do Sul, Pilão Arcado, Sento Sé, Asaroá, Pambú e Cabrobó) seria, aos olhos do Estado português, outro efetivo método para prevenir as prevaricações legais no que dizia respeito ao uso indevido do ouro (tanto extraído nas minas das Jacobinas como na capitania das Minas Gerais), ao não pagamento do obrigatório Quinto e às questões fundiárias envolvendo a Casa da Torre e outros grandes fazendeiros (ARRAES, 2013, p.68).

[10] Para Arraes (2013, p.67), "os 'julgados', no momento de sua constituição, exigiam a nomeação de um "homem bom" da terra para ocupar o cargo de juiz ordinário, junto de um escrivão e um tesoureiro. Detinham uma circunscrição territorial precisa, reunindo um determinado número de moradores. Nos casos inventariados até agora, essa área, em geral, coincidiu com o território da paróquia no qual foi implantado. Para [a pesquisadora] Cláudia Damasceno Fonseca, o julgado era uma circunscrição com autonomia judiciária parcial, por isso, sem jurisdição completa e autonomia administrativa, o que tornava dependente de uma vila vizinha. Seria a principal resolução adotada pelas autoridades régias para instalar estruturas judiciárias onde não se desejava [ainda] implantar uma vila" (grifo nosso).

Figura 5 – Julgados da Região Nordeste instituídos entre 1699 e 1807, baseado em manuscritos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. (Pilão Arcado e Sento Sé no grifo)



Fonte: Adaptado de ARRAES (2013, p.69).

Além disso, com o crescimento populacional, veio a necessidade de um ordenamento jurídico que melhor atendesse às demandas sociais das vilas e destes novos núcleos urbanos. Ao passo que a população aumentava nas cidades e sedes dos julgados, o controle da Casa da Torre sobre suas terras ia se perdendo para posseiros e rendeiros. Em meio a este cenário, os procuradores desta Casa cometiam

violências e abusos sobre os moradores das fazendas e sítios, sem a necessidade de qualquer ordem dos senhores da Torre.

Segundo Santos (2010), no início da década de 1830, diversas transformações políticas de caráter liberalista, decorrentes do início do período imperial, foram responsáveis pelo fim dos Morgadios das Casas da Torre e da Ponte:

> aos 7 de abril de 1831, determinaram ainda, várias reformas, que atingiram o direito de propriedade, a Lei n. 57, de 6 de outubro de 1835, proibiu o estabelecimento de Morgadios, bem como capelas e outros vínculos, e extinguiu os existentes (BANDEIRA, 2007, p. 643 apud SANTOS, 2010, p.41).

Intensifica-se, portanto, um processo desmembramento dos domínios dos d'Ávila e dos Guedes de Brito e a alienação de parcelas de suas imensas glebas, marcada pela imprecisão de limites. Os herdeiros das terras dos extintos Morgadios foram, com o passar dos anos, fragmentando o controle sobre as propriedades, vendendo fazendas e perdendo grande parte das terras em conflitos com posseiros, de modo a desfazer-se pouco a pouco os domínios das duas oligarquias familiares sobre os sertões. No entanto, as comunidades pastoris baianas persistem mesmo com o fim dos grandes currais e dos amplos investimentos pecuaristas que outrora marcaram o sertão.

De acordo com o IBGE Cidades (2017), por volta de 1840, iniciou-se o povoamento da área que sediou a antiga cidade de Casa Nova (hoje inundada), impulsionado pela exploração de minas de sal. Essa área correspondia à desembocadura do Riacho da Casa Nova no antigo leito do Rio São Francisco (bem definido no mapa acima), mais exatamente, às terras da fazenda Riacho da Casa Nova, que em 1873, tornou-se a freguesia de São José do Riacho da Casa Nova, importante fornecedor de sal para outras localidades do sertão.

Sobre sua localização exata, a única informação precisa é de que se situava a 37 quilômetros da atual cidade (IBGE CIDADES, 2017). Contudo, muitos afirmam, ainda sem uma fonte oficial de comprovação, que o Riacho da Casa Nova era o nome do próprio Riacho Grande e a antiga cidade encontra-se submersa nas proximidades de sua foz, ou seja, não muito distante da área do fundo de pasto estudado. Assim, é possível que alguns dos antigos salineiros estejam entre os primeiros ocupantes de Areia Grande e suas caatingas, o que se correlaciona com vestígios de sua presença encontrados na comunidade de Salina da Brinca. Contudo, este povoamento ainda é

um tema em investigação, que, inclusive, recebe ricas contribuições do trabalho de Silva e Farfán (2008), detalhado no próximo subcapítulo.

O pesquisador Luiz Antônio Ferraro Júnior, em sua tese de doutorado (FERRARO JÚNIOR, 2008, p.53), discute uma lista de sete interpretações das possíveis razões da configuração e persistência dessas comunidades, apontando como possibilidades explicativas: 1) uma razão ambiental, que explica a necessidade das práticas extensivas a partir das questões climáticas; 2) uma razão ibérica, como herança cultural da forma comunal da ocupação das terras nos “baldios” portugueses; 3) uma razão anti-européia, “idealizando o caráter indígena e negro como solidários em oposição ao europeu”; 4) uma razão indígena, relacionando a configuração das comunidades pastoris aos “territórios de caça” das aldeias; 5) uma razão socioeconômica, na qual “as terras esquecidas por sua baixa valorização econômica teriam sido apossados de forma comunitária pelos habitantes remanescentes”; 6) uma razão fundiária, segundo a qual, “a impossibilidade de reconhecimento e titulação da propriedade familiar induziu à não-discriminação individualizada das mesmas”; e 7) uma razão sociocultural, em que “o relativo isolamento das famílias de vaqueiros induziu uma ocupação pelo simples crescimento vegetativo”. Para o autor (Op. Cit., p.55):

> Dentre essas razões explicativas, a explicação sociocultural parece dominante frente às observações de campo. As outras estão, em geral, subordinadas a ela. A manutenção das terras indivisas só aconteceu porque os conflitos internos eram (e continuam sendo) passíveis de solução no âmbito comunitário-familiar, as comunidades são predominantemente formadas por herdeiros e seus descendentes, parentes em diferentes graus. As razões ambientais, econômicas e fundiárias também são factíveis, podendo, em diferentes graus, ter se somado para fortalecer o modo Fundo de Pasto de uso e ocupação. (...) De qualquer modo, pode se agregar à explicação a ascendência ser de camponeses pobres, sejam portugueses, indígenas ou negros. Estes, independente de uma influência cultural direta, nunca tiveram propriedade privada de terras e não conseguiram mudar isso.

Concordamos com o autor, que embora haja contribuições provenientes de diversas destas razões, o fator sociocultural é preponderante, principalmente no que tange às relações de parentesco, que tornaram desnecessária qualquer divisão das terras por unidades familiares, como se verifica em Areia Grande, sendo essa ausência de divisão uma estratégia de sobrevivência do grupo e um fator de incentivo à continuidade dos modos de produzir que se realizavam nos currais.

Contudo, também destacamos outros fatores relacionados à persistência camponesa que remetem à razão fundiária, uma vez que as terras de uso comum já

se constituíam historicamente por meio das faixas de intervalo de terras com uma légua (pouco menos de cinco quilômetros) de largura exigidos para separação entre as sesmarias, de acordo com a Carta Régia de 28 de setembro de 1700. Tais faixas de uma légua de intervalo – chamadas à época de “indivisos” ou de “pastos comuns” (SILVA, 1997, apud SANTOS, 2010) – em muitos casos remetem às áreas hoje chamadas pela Lei Estadual da Bahia nº 3.442/1975 de “Terras Públicas Devolutas”, por não possuírem quaisquer documentações antigas ou registros em cartórios de imóveis.

Teixeira da Silva (1997, apud SANTOS, 2010) defende ainda a perspectiva de que estas terras de uso comum já vinham sendo habitadas por camponeses desde o início do período colonial paralelamente à instituição das sesmarias, porém com uma “invisibilidade” por não participarem dos grandes processos econômicos. Para o autor, essa forma de ocupação do território permaneceu inclusive após 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que praticamente não alterou em nada o regime de posse e uso da terra nos sertões. Para o autor, “os efeitos da legislação parecem ter se limitado à área cafeeira, no eixo Centro-Sul do país, sem qualquer mudança de fundo nos demais regimes” (Op. Cit., 2010, p.32).

Por estes diversos fatores históricos, a estrutura agrária da região do sertão baiano do Rio São Francisco é marcada por comunidades pastoris de terras comunais. Este é o cenário que vem abrir nossa discussão sobre as origens das comunidades fundo de pasto de Areia Grande e seu percurso perante os conflitos com projetos modernos de desenvolvimento regional.

3.2 DA ORIGEM DE SEUS ANTIGOS HABITANTES À TENSA CHEGADA DOS MEGAPROJETOS DE MODERNIZAÇÃO REGIONAL

O território de fundo de pasto de Areia Grande é localizado ao norte do Lago de Sobradinho, aproximadamente a 40 quilômetros a oeste da sede municipal de Casa Nova, Bahia, pela rodovia BR-235, na zona rural do referido município. Consta em documentos oficiais que este território possui uma área de pouco mais de 76 mil hectares (CDA, 2008), embora demonstremos mais adiante que ele é efetivamente

bem maior que isto. Este território está inserido no contexto regional do Sertão Baiano do Rio São Francisco, cuja síntese histórica foi apresentada no tópico anterior.

O nome do território – Areia Grande – foi atribuído pelos habitantes das comunidades que o compõem e atualmente se constituem formalmente em cinco: Jurema, Melancia, Riacho Grande, Salina da Brinca e a comunidade de Ladeira Grande, tendo esta última sido recentemente registrada como integrante do território e partícipe da União das Associações – sobre a qual, discutiremos melhor no último tópico deste capítulo – , embora desde o princípio já estivesse envolvida com as lutas de Areia Grande e tivesse uma íntima interação com as demais comunidades, principalmente a de Riacho Grande, sua imediata adjacente.

Embora falemos em cinco comunidades distintas, existem descendências e histórias em comum que as permeiam e que são evidenciadas através dos enredos familiares, estes, que remontam à chegada dos antepassados dos atuais habitantes a essas terras. Antigos sertanejos como o senhor Manoel Pracatão, retirante vindo do Cariri cearense, que foi um dos primeiros posseiros das terras que hoje constituem o território de Areia Grande (SILVA e FARFÁN, 2008), mais exatamente das terras do Riacho Grande, em meados do Século XIX:

> os primeiros moradores dessa região vieram em 1860, quando chegou o Sr. Manoel Pereira da Silva, que ficou conhecido como Manoel Pracatão, que veio de Poço do Negro, Juazeiro do Crato – CE [Juazeiro do Norte], quando houve uma grande seca, posteriormente casou com a Sra. Cipriana da Silva (SILVA e FARFÁN, 2008 – grifo nosso).

Este contexto histórico que cerca a década de 1860, como já vimos em tópico anterior, foi caracterizado pelo fim dos morgadios e pela fragmentação de seus domínios territoriais, considerando que a morte do Visconde da Torre – último administrador do já extinto morgadio da Casa da Torre – ocorreu em 1852 e que uma parte significativa das terras já vinham sendo ocupadas por posseiros, enquanto as menores partes que ficaram com os herdeiros foram sendo vendidas, arrendadas e sendo lançadas ao absenteísmo pelos mesmos, onerados por dívidas (SANTOS, 2010, p. 53).

Segundo a pesquisa genealógica feita por Silva e Farfán (2008), que entrevistou tataranetos do senhor Manoel Pracatão, houveram casamentos entre primos ao longo de sua descendência, tal qual a união dos próprios bisavós dos

entrevistados (Bernadete e Joaquim Pereira da Silva), netos de Pracatão. Esses dados contribuem para demonstrar como as comunidades tradicionais são constituídas de relações de parentesco em diversos graus, condição esta que influenciou seu caráter comunal, com ausência de divisão de terras por núcleos familiares.

Uma outra neta de Pracatão, a senhora Honorina Ferreira da Rocha, casou-se com Francisco Roque da Rocha, conhecido como Chico do Roque, com quem teve onze filhos (SILVA e FARFÁN, 2008), dos quais, dois foram participantes de nossa pesquisa: o senhor Joaquim Ferreira da Rocha (conhecido como Seu Quinquim, falecido em 2018, durante o período de realização da presente pesquisa) e o senhor Jorge da Rocha, seu irmão. Estes deram importantes contribuições para o entendimento dos principais momentos históricos de Areia Grande. Em entrevista para nossa pesquisa, em 2017, Seu Quinquim detalha:

> Meu avô materno, minha mãe contava que eu não conheci mais, minha mãe contava que chegou, veio pra qui no ano de 1860 chegaro numa grande seca que teve lá no Ceará ele era do município do Juazeiro do Crato, e o Ceará morava num lugar que chamava Poço do Meio e com a seca ele migrou pra qui ai veio pra aí quando chegou se instalou no lugar por nome Poços que é lá pertinho onde eu moro. Ai quando ele chegou o que é que ele fazia? Ele cuava a terra de sal pra fazer sal, que era o sal da terra como a gente chamava, e curtia boi. Ai ele era viúvo tinha seis filhos a mulher, a, a mulher que ele casou era viúva também tinha outo seis filhos. Eles casaro. Aí criaro esses filhos e aí é este povo que inda hoje existe aqui, neto, tataraneto, é esse povo. Os do, os do da Salina, o bisavô deles o meu avô, o bisavô era Joaquim Sabino, eu nem conheci mais, meu pai falava do Joaquim Sabino, nasceu e se criou ai na beira do rio São Francisco hoje tá submerso nas aguas do lago. E o, o Nevei da Jurema que é o avô desses aí invadidos do vale tudo é veio dali do Santarém um lugarzinho que tinha em Minas, ai chegou na, veio solteiro chegou na Jurema tinha lá um olho d'agua uma coisa fez serviço se instalou lá pronto quando Barragem tudo já era morador do lugar. E aí eu, eu tô com setenta e vou completar setenta e sete anos este ano se Deus me de vida. Nasci me criei nunca sai nem a trabalho minha vida foi aqui.

Cabe destacar que, neste período, não só a comunidade da Jurema (que dista apenas 5 quilômetros da borda do Lago), mas todas que hoje compõem Areia Grande, habitavam as proximidades do Rio São Francisco, uma vez que o Lago de Sobradinho ainda não existia. Mas além do rio principal, ocupavam também as margens de um importante afluente seu, o Riacho Grande, que nasce no Piauí e corta o noroeste baiano, passando por Areia Grande. Deste modo, nas terras compreendidas entre o Riacho Grande e o Rio São Francisco, próximo à desembocadura do primeiro sobre o segundo, estes sertanejos também já viviam como ribeirinhos e vazanteiros, além

de serem criadores de gados (caprinos, ovinos e bovinos), nas caatingas verdes destes interflúvios. Como já vimos em tópico anterior, a pecuária extensiva foi a primeira atividade econômica realizada no semiárido nordestino, especialmente disseminada pela via do Rio São Francisco. Portanto, em Areia Grande, fica evidente que as comunidades atuais herdaram esse gênero de vida[11]. Essa diversidade de atividades familiares era, bem como é até hoje, condição de garantia de suprimentos no meio semiárido.

Neste contexto histórico de final do Século XIX, o município de Casa Nova ainda tinha o nome de São José do Riacho de Casa Nova – como já vimos – alcunha esta que demonstra como o Riacho Grande tem sido historicamente uma importante referência local. Sobre isso, Seu Quinquim também nos explanou em entrevista: "surgiu o primeiro nome da antiga cidade de Casa Nova que era Riacho de Casa Nova, por causa desse Riacho. Ele desembocava bem onde era a feira da antiga cidade de Casa Nova, no rio São Francisco e aí ficou".

A inexpressiva ou inexistente especulação fundiária era a realidade das terras de Areia Grande enquanto não se ouvia falar da construção da Barragem de Sobradinho. Essa foi a condição primordial para a consolidação das comunidades pastoris em tais terras na primeira metade do Século XX, onde prevalecia o direito costumeiro, no qual a posse das terras é igual ao domínio das mesmas, ou seja, havia uma relação direta entre direito e trabalho, sendo predominante nesta região o trabalho com criação de animais. Neste sentido, os poucos imóveis registrados que haviam eram rodeados de terras habitadas pelas famílias sertanejas que viviam de atividades agropastoris (SILVA e FARFÁN, 2008).

A valoração das terras de Areia Grande no final dos anos 1960 e início dos 1970 começou a se manifestar na medida em que foi sendo divulgado o projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que teve suas obras realizadas ao longo da década de 1970, com o represamento das águas do Rio São Francisco, com destaque ao ano de 1974, quando concluiu-se o enchimento do Lago, com inundação

[11] Encontramos em meio às formulações de Paul Vidal de La Blache sobre o gênero de vida – como um conceito que exprime os costumes que permitem ao homem utilizar os recursos naturais disponíveis em seu meio – diversos apontamentos teóricos muito pertinentes ao estudo das comunidades tradicionais, mas que, no entanto, demandam uma atenta e cuidadosa leitura crítica que seja capaz de relativizar o contexto histórico-político de suas formulações e, a partir disso, explorar a possibilidade de submetê-las a uma certa "peneira epistemológica".

de uma área de mais de 4 mil quilômetros quadrados durante a formação da represa. Na comunidade do Riacho Grande, este “braço” do lago – que foi aumentando gradualmente de nível com a inundação – levou seus habitantes a um processo de deslocamento de suas moradias que se estendeu até 1978.

Assim, a especulação das terras de entorno deste lago de represamento foi motivada pela promessa de disponibilidade de água e energia elétrica em abundância, o que possibilitaria a implantação de empreendimentos agroindustriais.

Neste contexto, destaca-se como ponto de grande relevância os impactos causados com a inundação parcial de sete municípios: Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado e Remanso – que tiveram suas sedes inundadas e transferidas para áreas mais afastadas do corpo hídrico – além de Juazeiro, Xique-Xique e Barra, que sofreram impactos menos intensos, tendo a inundação alcançado apenas suas áreas rurais. Vale destacar que até 1989, Sobradinho ainda era distrito do município de Juazeiro.

De acordo com o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB, 2004), foram removidos das áreas inundadas em torno de 70 mil habitantes, sendo a grande maioria composta de agricultores familiares. Muitos dos camponeses que ocupavam as planícies ao longo das margens do antigo leito fluvial do Rio São Francisco, após a remoção compulsória, foram reassentados em áreas da caatinga com maior dificuldade de acesso à água e com solos menos férteis, configurando condições bem menos favoráveis para a realização da agricultura familiar. Para Ferdinando de Sousa (SOUZA, 2019),

> Além de todo o drama de abandonar suas terras ancestrais e ter de recomeçar a vida em outras localidades, muitos sertanejos ainda foram enganados por espertalhões com “bons contatos no Governo e na CHESF”. Com acesso a informações privilegiadas, especialmente as áreas que seriam alagadas e quais os valores que seriam pagos em indenizações, esses verdadeiros vigaristas se travestiam de “corretores de imóveis” e aplicavam “golpes” nos sertanejos. Com muita conversa fiada, eles informavam que esses sertanejos seriam desapropriados sem receber nenhuma indenização pelas suas terras e os convenciam a vendê-las por valores irrisórios. De posse da documentação das terras, esses corretores de imóveis” procuravam a CHESF e conseguiam receber o valor integral das indenizações. Muita gente ficou milionária aplicando esse tipo de golpe nos sertões.

Os reassentamentos compulsórios foram em geral direcionados a áreas distantes do Lago, como o município de Serra do Ramalho, situado a mais de 900

quilômetros por estrada de Casa Nova. Sobre isso, Seu Ivo, da comunidade Salina da Brinca, nos situou em entrevista:

> Teve gente que saiu daqui pra lá que se ritirou da barrage pra lá pra Agrovila pra lá, tem que tinha condição tinha muita criação de bode, ovelha, levou pra lá acabou, acabou esses bicho lá morreram de fome. Os animais morrero lá de fome. Um que aqui que era um tal de cercado do governo, outros botava lá o povo ia roubava que era mei mundo de gente, o cara voltar de lá pra cá levou 200 cabeça de criação voltou com cinco seis de volta e ai foi começar a vida de novo. (...) e outros morreram lá e não teve condição de vim e nem dos parente e ir lá buscar e morrero lá na pior.

Todavia, muitos relutaram em permanecer no ambiente próximo e foram habitar o entorno do Lago de Sobradinho até uma distância não superior a 20 quilômetros, que é a medida do afastamento da comunidade de Salina da Brinca em relação ao Lago.

3.3 A PROBLEMÁTICA DA PRIMEIRA GRANDE GRILAGEM EM AREIA GRANDE E UM HISTÓRICO DOS ATAQUES SOFRIDOS POR SEUS HABITANTES

A forte especulação nas terras do entorno do Lago de Sobradinho durante os anos 1970 – já contextualizada – deu-se com certa intensidade na Comunidade de Riacho Grande, destacando-se a expectativa que havia em determinados investidores e empresários sobre a modernização local a partir da implantação de infraestruturas viárias, hídricas e energéticas, ante as propagandas do Governo Federal com teor de incentivo a implantação de agroindústrias em áreas pouco exploradas. É neste cenário que se apresenta o interesse da empresa Agroindustrial Camaragibe S/A, do Rio de Janeiro, em se instalar nas terras de entorno do referido Lago, no final dos anos 1970, visando a plantação de mandioca como matéria-prima para a produção de agrocombustíveis, financiada pelo Programa Nacional do Álcool – Proálcool.

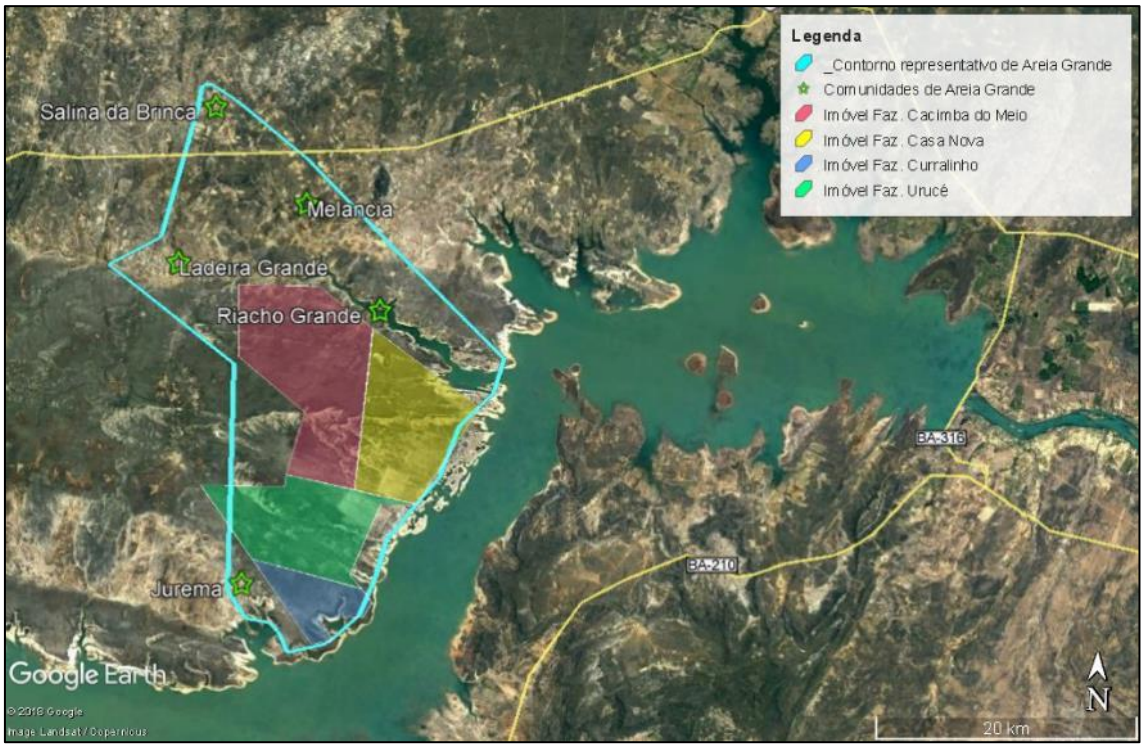
Neste contexto, alguns proprietários de sítios – principalmente pessoas que não dependiam de tais propriedades para sua renda primária – fizeram transações com a Agroindustrial Camaragibe, envolvendo procedimentos ilícitos de registro cartorial, para a venda dessas terras em 1979, visando a instalação da empresa (SILVA e FARFÁN, 2008).

A grilagem promovida pela empresa Agroindustrial Camaragibe S/A se refere ao registro superdimensionado de quatro imóveis (Figura 6), a priori pequenos sítios, localizados nas terras de Riacho Grande: “Fazenda Casa Nova” (com cerca de 7.401 hectares), “Fazenda Curralinho” (com cerca de 2.073 hectares), “Fazenda Urucé” (com cerca de 6.710 hectares) e “Fazenda Cacimba do Meio” (com cerca de 11.752 hectares), sendo esta última, desmembrada nas fazendas “Lajes” e “Baixa do Umbuzeiro”, referidos em diversos documentos cartoriais. No total, a área supostamente comprada pela empresa Camaragibe era de aproximadamente 27.936 hectares, de acordo com nossas consultas aos dados cartoriais em posse da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo Silva e Farfán (2008), estes imóveis teriam sido registrados nos cartórios de Santana do Sobrado e de Pau-a-Pique, distritos do município de Casa Nova, visivelmente sem respeito aos critérios legais, uma vez que tais posses de pequena extensão foram registradas em medidas de hectares. Para esses pesquisadores (Op. Cit., 2008, p.6):

> Algumas das pessoas que venderam, por exemplo, o Sr. Rui Castro, funcionário público federal, e sua mãe Sra. Coleta Castro, mantinham através da criação animal com o serviço de vaqueiros, duas posses de pequena extensão no local conhecido por Lajes e Cacimba do Meio, posses que foram transformadas, sem o acordo dos outros usuários, em 11.400 hectares para serem vendidas à empresa Camaragibe. Outras pessoas agiram de forma semelhante, como: Sr. Silvio Ferreira, Sra. Agenilda, Sra. Maria da Luz Viana, Sra. Laura Viana Sodré e a Sra. Laura Viana, de modo que a soma dessas terras de posse foram transformadas em medida de hectares, sem observância dos procedimentos legais, sem o consentimento dos outros agricultores que de fato residem e fazem uso da área. Essas alterações não consentidas do direito sobre a terra teriam sido registradas nos cartórios de Pau-a-pique e de Santana do Sobrado, distritos de Casa Nova – BA, aparentemente sem observância dos critérios e procedimentos legais.

Figura 6 – As ditas “glebas imobiliárias” reivindicadas pelo grupo grileiro



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do Google Earth, 2019.

Como demonstra o mapa acima, vastas extensões de terra situadas a sul do Riacho Grande, quase 28 mil hectares (áreas coloridas representando as ditas glebas imobiliárias) foram registradas ilegalmente como propriedades particulares. Toda essa área se tratava de terras de uso comum, habitadas por inúmeras famílias que há mais de um século já viviam de modo tradicional, principalmente praticando a pecuária extensiva de caprinos e a agricultura familiar. Se respeitada a Lei Estadual da Bahia, nº 3.442, de 1975, todas essas terras deveriam ser consideradas como públicas devolutas.

Assim, em 1979, a comunidade do Riacho Grande enfrentou a grilagem promovida pela Camaragibe e obteve êxito na disputa jurídica neste estágio inicial do conflito, conseguindo posteriormente os títulos de propriedade de suas terras. No entanto, não conseguiu impedir a instalação da empresa em uma área adjacente, ao sul da comunidade, próxima às margens do lago de Sobradinho. Segundo Rocha e Oliveira (2018),

> A empresa acionou a Justiça para retirada dos posseiros, mas não foi atendida pelo então Juiz da Comarca. O Instituto de Terras da Bahia - INTERBA mediu e titulou parte das terras do Riacho Grande, reconhecendo que aquelas terras foram griladas. O órgão sucessor, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, não concluiu os trabalhos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA também foi acionado diversas vezes, sem resposta. Apesar da relativa vitória da comunidade de Riacho Grande, a Camaragibe instalou equipamentos, o que não impediu os posseiros de soltar seus animais e produzir nas áreas. (p.5)

Diante deste cenário, em 1983, a Agroindustrial Camaragibe declarou falência, largando mão do cultivo de mandioca para produção de agrocombustível. Seus dirigentes, do Rio de Janeiro, se apropriaram do financiamento público (crédito agrícola), deixando uma grande dívida com o Banco do Brasil, credor deste financiamento. Tal falência deve-se, dentre outros motivos, ao fato de o tipo de solo do local ser bastante impróprio em relação ao método de cultivo implementado: gotejamento em solo arenoso.

O processo desta dívida arrastou-se na justiça por quase duas décadas[12], até que em 2004, o Banco do Brasil adquiriu, como ressarcimento hipotecário da dívida da Camaragibe, o direito sobre os imóveis registrados pela empresa, sem levar em consideração o relatório do extinto INTERBA (Instituto de Terras da Bahia) e outras comprovações de que tais títulos de propriedade eram fraudados. Logo em seguida, transferiu-os para dois empresários[13] em novas transações financeiras.

Dois anos mais tarde, em 2006, tais empresários ingressaram com uma ação judicial[14] inicialmente restrita a uma quantidade de 11 moradores da comunidade Salina da Brinca (mas com efeito prático a toda Areia Grande), acusando-os de invasão de terras e requerendo a imissão de posse, que foi aprovada pelo Juiz de Direito da Comarca de Casa Nova, que não consultou o Ministério Público do Estado da Bahia (representado pela Promotoria de Justiça de Casa Nova) sobre o caso. Aos 12 de julho de 2007, em Audiência de Conciliação, os réus de Salina da Brinca alertaram para a existência de 38 famílias na comunidade, usuárias das terras objetos do litígio. Até este momento, o processo transcorria sem o conhecimento das outras comunidades de Areia Grande.

---

[12] Durante todo este período, a sede da empresa com seus equipamentos foi mantida sob vigilância por guardas remunerados com a verba do referido financiamento.
[13] Estes empresários são aqui semi-identificados por suas iniciais: A.M.P.P e C.N.L.S.
[14] Ação Judicial n°1353785-3/2006, Requerimento de Imissão de Posse.

Esta ação judicial culminou, em 2008, em um mandato de reintegração de posse em benefício dos referidos empresários, com consequências desastrosas para as então 366 famílias que habitavam Areia Grande como um todo. Março de 2008 ficou marcado nas memórias de luta das comunidades de Areia Grande como o mês mais turbulento de sua história.

Isto, porque na manhã do dia 06 de março de 2008 ocorreu um dos mais violentos ataques sofridos pelos habitantes de Areia Grande, em um bélico episódio de despejo. Neste episódio, chegou a Areia Grande um Major da Polícia Militar[15] acompanhado de centenas de policiais, anunciando que os moradores/produtores deveriam se retirar do local. Um membro da comunidade do Riacho Grande, R.N.C.B, 53 anos, que testemunhou toda a ação de despejo, declarou:

> Que nesse mandado estava autorizada a destruição das casas, cercas e caixas de abelha que estavam no local; Que não houve acordo; Que todos os bens dos moradores foram destruídos; (...) Que após a derrubada das casas as mulheres ficaram em baixo de árvores com as crianças; Que não tinham nada para comer; Que os policiais não autorizaram a retirada dos pertences que haviam nas casas; Que os moradores tinham alimentos nas casas; Que não puderam retirar os alimentos; Que por conta disso passaram o dia sem alimentação; Que foram destruídos mais de 9km de cercas de arame farpado; Que destruíram os currais onde ficavam os bichos(...) (TERMO DE OITIVA, 2009).

Mesmo diante de tamanha agressão, detalhada no relato acima, os ataques não cessaram. De acordo com outros relatos oficiais, dois dias depois, no dia 08 de março de 2008 os policiais retornaram em uma segunda ofensiva neste mesmo mês, junto com um suposto chefe de segurança da Agroindustrial Camaragibe chamado Girlênio, para destruírem o que ainda restava no local.

Ainda neste turbulento março de 2008, no dia 17, os moradores de Areia Grande se reuniram em resistência para retomar as terras e o criatório que havia ficado no local, quando sofreram a terceira ofensiva do mês, promovida por jagunços. Segundo declarações registradas na Promotoria de Justiça de Casa Nova (TERMO DE OITIVA, 2009), após os moradores chegarem ao local, chegou uma caminhonete com cerca de 11 pessoas, todos encapuzados, indagando quem era o líder dos produtores. Diante destas perguntas, os membros da comunidade responderam que

[15] Major Ubiratan, segundo informações extraída de um termo de oitiva registrado por um integrante da Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores de Riacho Grande no gabinete da Promotoria de Justiça de Casa Nova – BA em abril de 2009.

não havia líder, foi então que os jagunços iniciaram disparos de arma de fogo e avançaram a caminhonete sobre as pessoas, tomando-lhes suas ferramentas de trabalho.

Diante dessa situação crítica, um morador contactou a Polícia Militar da Bahia, que enviou para Areia Grande uma viatura com um Tenente a partir de Juazeiro, chegando horas depois que o tumulto havia terminado. De acordo com mais relatos dos termos de oitiva, o Tenente ao chegar se dirigiu em direção aos jagunços agindo como se conhecesse todos, chegando a cumprimentar cada um, de modo que "todo o tempo dava a entender que os policiais faziam a segurança dos jagunços e não dos moradores" (TERMO DE OITIVA, 2009). A partir disso gerou-se diversos questionamentos entre os moradores de Areia Grande acerca do quanto se poderia confiar na Polícia Militar para protegê-los nas circunstâncias desse conflito, diante de possíveis relacionamentos desta com os interessados no despejo da população local.

Nove dias depois, em 26 de março, houve uma audiência pública com o Ouvidor Agrário na cidade de Casa Nova, quando este conferiu a posse de terra para os produtores de Areia Grande e ficou determinado que os mesmos poderiam retornar para seu lugar, embora tivesse os aconselhado a esperar a retirada dos jagunços, que a princípio não quiseram sair, passando mais alguns dias no local. Diante disto, os moradores/produtores de Areia Grande se dirigiram à Promotoria de Justiça de Casa Nova para apresentar a situação, até que o juiz determinou um mandado para a retirada dos jagunços, cujo prazo foi cumprido. A partir deste momento, os moradores retornaram às suas terras, embora o jagunço Girlênio tenha continuado a transitar pelo local ao longo de quase um ano mais.

Após as tensões de março de 2008, os habitantes de Areia Grande passaram a retomar suas atividades tradicionais e se reorganizaram politicamente em seu território, de modo que obtiveram uma conquista jurídica em dezembro do mesmo ano, qual seja, a de que o Ministério Público do Estado da Bahia, através do Juiz da Comarca de Casa Nova, deu abertura ao Procedimento Discriminatório Administrativo Rural das terras de Areia Grande, requerido pela CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário), com fins de posteriormente regularizá-la em favor das

comunidades tradicionais de fundo de pasto. Este procedimento foi concluído[16] em 29 de agosto de 2008.

Areia Grande se mostra, assim, como um cenário altamente representativo das constantes disputas entre os dois horizontes civilizatórios aqui apresentados na introdução: de um lado, os grupos empresariais e o Estado, como as combinações entre empresas grileiras, ações policiais, dinâmicas cartoriais – que representam os mesmos poderes moderno-coloniais combinados globalmente – e, de outro lado, as comunidades tradicionais articuladas (Melancia, Jurema, Salina da Brinca, Ladeira Grande e Riacho Grande) que representam localmente os contrapoderes decoloniais.

3.4 A REARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES: ASSUMINDO A IDENTIDADE TRADICIONAL COMO UMA INDISPENSÁVEL FERRAMENTA DE LUTA

Embora a luta conjunta no território de Areia Grande remonte a 1979, somente vinte anos depois, em 1999, as comunidades formalizaram sua união, iniciada com apenas quatro delas: Jurema, Melancia, Riacho Grande e Salina da Brinca, de modo a formarem juntas a UNASFP[17] – União das Associações de Fundo de Pasto do município de Casa Nova, Bahia. Novamente em entrevista a nossa pesquisa, ainda em meados de 2017, Zacarias, do Riacho Grande, situou que tudo começou com a associação comunitária do Riacho Grande:

> acho que um dia como o de hoje é pra gente, acho que talvez trazer um pouco a memória, né, do porque a gente tá aqui até agora. E quais os desafios né, que foram enfrentados a partir né, da, da conjuntura passada, né, hoje a gente vive uma nova conjuntura, mas a gente teve uma conjuntura passada que foi todo esse processo né, desde lá dos anos início dos anos 80, iniciou-se a luta

[16] No entanto, ao longo do ano de 2008, essas famílias continuaram se sentindo inseguras com as eventuais e suspeitas aparições de jagunços, até que no dia 26 de janeiro de 2009, os moradores foram prestar nova queixa em Casa Nova. Nove dias depois, em 04 de fevereiro de 2009, foi encontrado morto nas caatingas de Areia Grande, a tiros de espingarda, o morador José Campos Braga, conhecido como Zé de Antero, de 56 anos de idade, que já não era visto na comunidade a cerca de cinco dias. Desconfia-se entre os moradores, que o autor do homicídio tenha sido um dos capangas de Girlênio, em represália às articulações comunitárias. Zé de Antero foi uma importante liderança dos fundos de pasto de Areia Grande. É considerado por muitos como um mártir das lutas no território. Recomendamos um documentário que conta sua história:<https://www.youtube.com/watch?v=CHLfMSe1gIc>. Acesso em: 10 nov 2018.

[17] Atualmente possui mais de mil famílias associadas. Tem como campo de atuação principal (segundo a CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas), as “Atividades de associações de defesa de direitos sociais” (código CNAE 9430800).

> com a Camaragibe que era no período ditatorial como era difícil pra uma comunidade, hoje a gente mencionou aqui o nome de quatro comunidades juntas fazendo a luta pela defesa do território e lá naquele período a gente tinha uma comunidade sozinha enfrentar o período ditatorial. O qual era difícil e a gente se for dá uma olhada teve sucesso. Pra que hoje né, nós estamos aqui hoje. E ao invés de uma comunidade mais três né?

A UNASFP tem como sede uma casa localizada em um ponto geometricamente central em Areia Grande, onde ao longo dos anos vieram se congregando membros das quatro comunidades em reuniões que nos remetem às memoráveis contribuições de Seu Quinquim[18] (figura 7). Em suas falas, ele sempre exaltava a importância da união e da resistência.

Figura 7 – Seu Quinquim durante uma fala na sede da UNASFP, em Areia Grande

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

[18] Joaquim Ferreira da Rocha, carinhosamente conhecido como Quinquim, nasceu em 18 de agosto de 1940 e faleceu na mesma data, no ano de 2017, aos 77 anos. Seu Quinquim era considerado pelas comunidades de Areia Grande como um conselheiro e orientador. Ele fazia a abertura das reuniões gerais que ainda hoje se realizam na sede da UNASFP (local também chamado de "guarita"), constantemente incentivando toda a comunidade a buscar o caminho da união nas lutas sociais de Areia Grande. Em uma homenagem *in memoriam* sobre ele, é dito: "Casado com Luzia da Rocha, pai de 9 filhos, 27 netos e 16 bisnetos e 'irmão da luta' de milhares de pessoas. Com sua morte ele surpreendeu a todos, assim como quando ele iniciava a fazer um pronunciamento e da sua boca saiam, claras como o sol do sertão, ideias e propostas de ação. A palavra de Quinquim era profunda, franca e aderente à realidade. Seu horizonte era sempre o da transformação justa deste mundo onde ele e seus companheiros e companheiras viviam permanentemente ameaçados. E jamais buscou isso sozinho, mas sempre com a comunidade e outros aliados da sociedade e da igreja" (Folheto de homenagem, 2017).

Após mais quase vinte anos, em setembro de 2018, a Comunidade de Ladeira Grande aderiu formalmente como integrante da UNASFP a partir de uma reunião realizada na sede da mesma, embora já estivesse efetivamente presente na luta pelo território comum há muitos anos[19]. Assim, território significa para as comunidades de Areia Grande um "fator de identificação, defesa e força", em que os "laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum e inalienável" e, no qual, a "rede de relações sociais é reforçada politicamente frente a antagonismos e situações de extrema adversidade" (ALMEIDA, 2006).

A adesão tardia de Ladeira Grande – e o fato de outras comunidades do entorno ainda não terem aderido formalmente até o presente – faz parte do caráter processual do autorreconhecimento identitário como comunidades tradicionais e da paulatina tomada de entendimento sobre os significados jurídicos da denominação fundo de pasto perante as relações com a terra e o território. Isto, porque a própria denominação tradicional fundo de pasto, em sua essência, sempre surge e se apresenta como tal em decorrência e reação de/a contextos de conflito. Desse modo, os sujeitos sociais do fundo de pasto são, em sua essência, camponeses, mas sua luta, em termos de “reforma agrária”, por assim dizer, se distingue em relação à luta de outras formas do campesinato pelo fato de não se encaixar na busca pela redistribuição de terras ociosas, mas na busca pelo reconhecimento de seus territórios de vida.

No contexto histórico da formação das associações, destaca-se que, antes mesmo da constituição da UNASFP, cada uma das comunidades que integram esta entidade já havia se constituído enquanto associações locais, sendo elas: a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Grande, aberta em agosto de 1986; a Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores de Sítio da Melancia, aberta em maio de 1996; a Associação de Fundo de Pasto dos Agricultores e Moradores de Salina da Brinca, aberta em julho de 1997; e, finalmente, a Associação

[19] Cabe aqui registrar que, há alguns anos, Ladeira Grande vinha recebendo apoio do programa não governamental “PPP-ECOS” - Programa de Pequenos Projetos Ecossociais. Este programa é financiado pelo Global Environment Facility (Fundo Mundial para o Ambiente) e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1993, sendo executado no Brasil pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) desde o ano de 1994.

dos Produtores Rurais da Jurema, cuja data de abertura não foi publicizada devido ter sido aberta como pessoa jurídica de direito privado.

Vale ressaltar que no caso da Comunidade de Salina da Brinca, sua associação não possuía a denominação “fundo de pasto” em seu título quando aberta, em 1997. Tal inserção foi feita posteriormente, como fruto do fortalecimento das articulações socioculturais relacionadas ao autorreconhecimento identitário no território de Areia Grande.

Deve-se considerar, ainda, que para além destas comunidades organizadas por meio de suas associações, existem algumas famílias sertanejas “avulsas” e outros pequenos povoados[20] pontuados no entorno de Areia Grande, que também possuem relações em comum com a população das cinco comunidades articuladas juridicamente entre si, e que, com o passar dos anos, é possível que venham a aderir à UNASFP.

As articulações já trouxeram diversas conquistas para Areia Grande. No entanto, até o presente momento, as comunidades de fundos de pasto da Bahia ainda não alcançaram a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que é a vigente forma de regularização fundiária, estabelecida por lei para essa denominação tradicional. Tal Concessão passa, obrigatoriamente, pela decisiva etapa técnica da demarcação, executada pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), do estado da Bahia.

Dessa forma, sendo a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades de fundos de pasto um processo iminente, faz-se crucial e necessário o estabelecimento de discussões – a partir da academia em geral e da disciplina geográfica – acerca de instrumentos técnicos, metodológicos e conceituais de assessoramento à sua realização. Já a demarcação em si, para além dos assessoramentos, deve ser conduzida fundamentalmente pelos próprios camponeses que habitam tais terras. É nesse ensejo que abrimos passagem ao próximo capítulo.

[20] Usamos aqui o termo “povoado” para aludir às áreas onde geralmente se concentram as moradias de determinada comunidade. Já a própria comunidade, por sua vez, possui áreas para muito além se seus povoados, incorporando as caatingas, fontes de água etc. Assim, elencam-se aqui como comunidades adjacentes a Areia Grande: Lagoinha, Tanquinho, e Caldeirão, além de algumas outras cuja alcunha desconhecemos.

4 FATORES CULTURAIS NO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO: OS GEOSSÍMBOLOS EM SUA CORRELAÇÃO COM A IDEIA DE PATRIMÔNIO

Considerando a identidade tradicional como ferramenta de luta, este capítulo emana da necessidade de se abrir as discussões em torno das dinâmicas tradicionais do fundo de pasto de Areia Grande, com ênfase às particularidades culturais contidas em suas territorialidades. Contudo, nossa abordagem sobre as dinâmicas tradicionais vem acompanhada de uma preocupação com o caráter de aplicabilidade deste trabalho perante a devolutiva que será apresentada às próprias comunidades pesquisadas. Assim, após reflexões metodológicas a esse respeito, chegamos ao tema das demarcações de terra que farão parte do processo de regularização fundiária das mesmas.

Assim, mesmo reconhecendo que o debate sobre “aspectos técnicos” é secundário em face do debate das lutas necessárias à conquista da regularização fundiária em si mesma, entendemos a grande importância de se dedicar a este tema, pois consideramos que se faz decisivo diante de diversas situações litigiosas, em que empresários do campo, principalmente dos ramos de fazendas e loteamentos, ao defenderem seus interesses por meio de suas estratégias advocatícias diversas, ameaçam lesar tais comunidades, impedindo às mesmas, em processos de demarcação, a inclusão de áreas que se configuram como cruciais ao equilíbrio de suas dinâmicas socioeconômicas, como ocorre no caso de Areia Grande com relação às áreas mais propícias às práticas agropastoris.

Nesse sentido, o presente capítulo aborda as paisagens de Areia Grande em sua perspectiva simbólica e afetiva, sendo assim, escrito no intuito de localizar ao leitor os seus geossímbolos, descobertos através do contato direto com percursos por lugares dos diversos povoados e das caatingas de seu entorno, guiados pelos próprios habitantes, por meio de um olhar direcionado à materialidade das expressões culturais diversas das comunidades que compõem o território. É importante destacar que, previamente e durante cada campo, as próprias comunidades escolhiam por si mesmas cada lugar que queriam nos apresentar, contemplando nesses caminhos, as diversas paisagens que povoam seus imaginários, afetos e sonhos.

Temas como moradia, sacralidades, festividades e memórias são aqui sugeridos, também, como expressões do patrimônio cultural material[21] e imaterial das comunidades tradicionais. Assim, sinalizamos que a ideia de "patrimônio cultural" pode ser apropriada pelos sujeitos sociais como mais uma ferramenta de luta, uma vez que, perante a sociedade em geral, tal termo demonstra agregar um valor simbólico. Diante disso, sugerimos que, diante de uma valorização cultural do bem comum das comunidades, mais visibilizadas se tornariam quaisquer ameaças à destruição de seus símbolos, a exemplo das diversas depredações que houveram em 2008, relatadas no capítulo anterior. Contudo, há de se ressaltar que a narrativa sobre a cultura das comunidades tradicionais, por serem grupos sociais vivos e em movimento, precisa ser feita com o cuidado de se evitar estigmatizações, imobilizações e aprisionamentos estéticos das referidas simbologias. Por esse motivo, embora demarquemos que os geossímbolos aqui expostos são em sua maioria aqueles associados à cultura vernacular, julgamos importante frisar que nas paisagens de Areia Grande também existem diversos símbolos associados a modernidades, como por exemplo os painéis solares, as novas casas de mel, dentre outros.

Além disso, destacamos que a temática específica da "cultura material imóvel" possui forte essência geográfica, pois representa a materialidade da cultura de um povo alicerçada no território, muitas vezes apresentada em forma de fixos. Por este motivo, essa discussão pode e deve ser cada vez mais associada aos critérios de demarcação de terras dos povos e comunidades tradicionais, como reforçaremos ao final deste compêndio de percepções e também no próximo capítulo, de cunho ecológico.

Por isso, embora também falemos neste tópico sobre relações de vizinhança, diversões, crenças e memórias, que representam elementos da cultura imaterial, atribuímos centralidade à relação dessas imaterialidades com o meio físico, que em

[21] Conceito adotado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para se referir a objetos de reconhecido valor cultural. Sobre esses objetos, existem os móveis e os imóveis, sendo que esses últimos, por sua vez, podem ser correlacionados ao conceito de geográfico de "fixos". Segundo o site IPHAN (2020):
"O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: *arqueológico*, *paisagístico e etnográfico*; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. (...) *Os bens de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais*; ou móveis (...)" (grifo nosso).

si é material. Para Meneses (1983, p.23), podemos entender a cultura material como sendo “aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”.

Nesse sentido, o conceito de paisagem na ótica da Nova Geografia Cultural permite se pensar as diversas formas de vivência cotidiana de uma comunidade. Assim, quando os lugares são apropriados simbolicamente por grupos de pessoas, se tornam centros de significados, expressos na paisagem por meio de muitos símbolos aparentes, entendidos pelo conceito de geossímbolos. Nas palavras de Bonnemaison (2002, p.109),

> um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.

Assim, por envolverem tantas relações subjetivas, as paisagens e geossímbolos apresentados neste tópico não apresentam uma delimitação espacial rigorosa, variando em escalas e feições, podendo se apresentar como pontos localizados, ou até como extensas áreas de vivência coletiva em calendários específicos.

Por se tratarem de geossímbolos, decidimos transmitir nas fotografias, referências de posicionamento geográfico no contexto da respectiva comunidade e do território de Areia Grande. Para isto, adicionamos dois pequenos mapas abaixo de cada retrato, compondo um tipo de mosaico “cartofotográfico”.

4.1 VIZINHANÇAS E QUINTAIS COMO GEOSSÍMBOLOS DA MORADIA

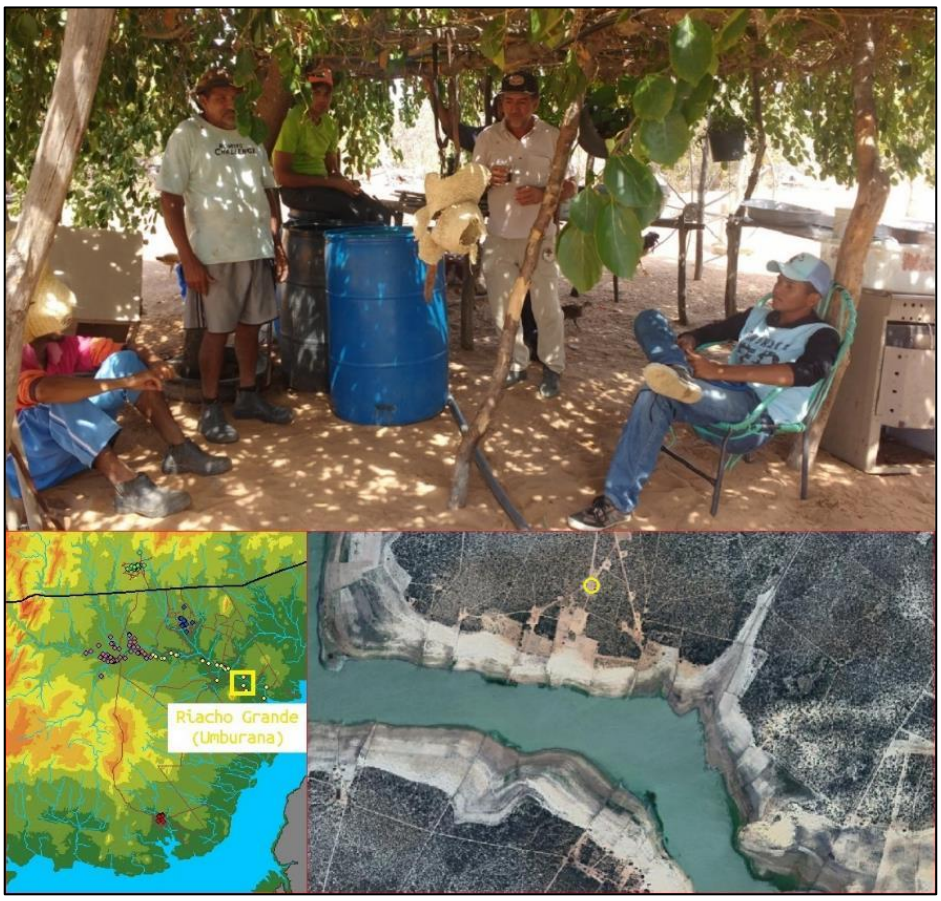
A realização de percursos a pé pelos povoados das comunidades de Areia Grande ao lado de alguns de seus habitantes nos trouxe ricas percepções, ao mesmo tempo em que foi aprazível observar a percepção própria dos habitantes em relação ao seus espaços de vivência, a forma como eles se enxergam seu universo cotidiano, principalmente por terem a consciência de que grande parte do que lhes é corriqueiro provoca notável estranhamento aos que vem da cidade e do universo acadêmico.

Neste sentido, para este tópico, construído no âmbito das percepções dos habitantes (mas que não deixam de tocar nas percepções do pesquisador) sobre as espacialidades dos diversos povoados do fundo de pasto estudado, elegemos a

moradia como tema inicial para nossa exposição textual. Isto, porque falar de moradia é uma forma de começar por dentro, pelo espaço mais íntimo das famílias, sendo os lugares onde se abrigam, se alimentam, descansam, realizam atividades domésticas (nas cozinhas e nos quintais) e convivem com a vizinhança, reforçando os laços comunitários no dia-a-dia, nas tradicionais prosas do final de tarde, sob os alpendres ou sob as copas das árvores crescidas no entorno próximo das casas.

Seguindo na observação dos quintais, percebe-se também a existência de um marcante geossímbolo, as "latadas[22]", geralmente cobertas por uma espécie trepadeira chamada de "pé de cola", no entorno de várias casas. Devido a forte insolação e temperatura da região, essas coberturas, muito comuns nos povoados da comunidade do Riacho Grande, proporcionam espaços sombreados para descanso e facilitam realização de atividades domésticas nos quintais, conforme é retratado na figura 8.

Figura 8 – Habitantes do povoado Umburana (no Riacho Grande) reunidos sob uma latada, no intervalo de uma atividade de mutirão.



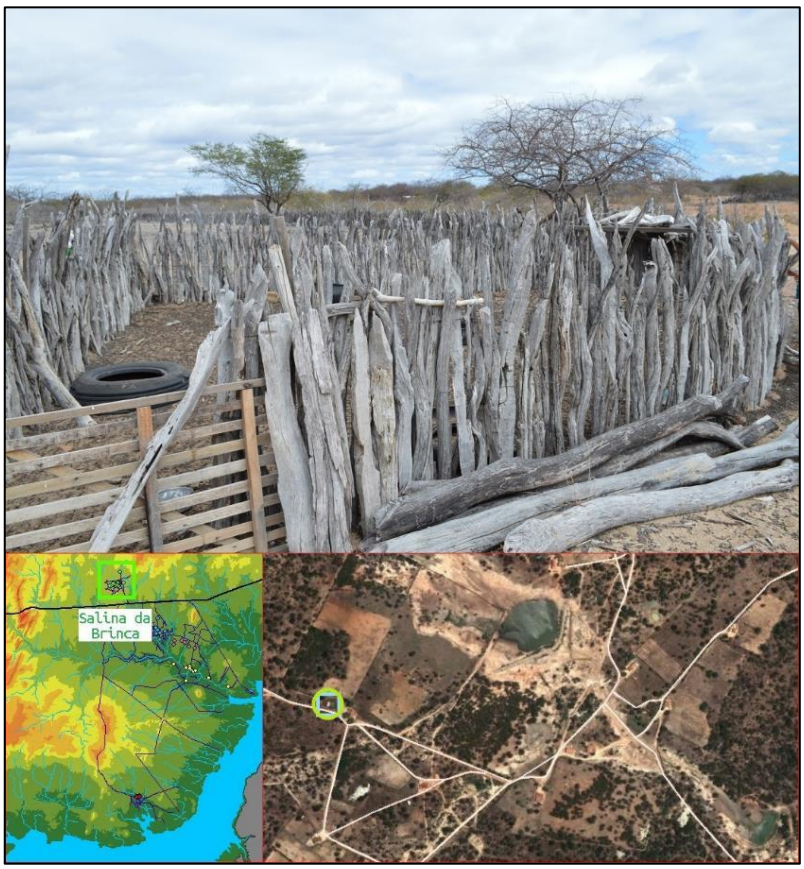
Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2018.

[22] Denominação regional para um tipo de estrutura artesanal em forma de pergolado feita com paus nativos.

Outro geossímbolo que marca os quintais nas comunidades de fundos de pasto são os cercados rústicos, adensados, feitos de toras e mourões de árvores da caatinga, como a jurema, por exemplo. Em toda Areia Grande, tais cercas permeiam o cotidiano de seus habitantes, e fazem parte de sua identidade, uma vez que as paisagens “apresentam geossímbolos, fixos, que, por serem dotados de significados identitários, fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam” (CORREA, 2008, p. 12).

Cabe destacar que esses cercados não desempenham função de demarcação imobiliária, distinguindo-se em essência das cercas que dividem os latifúndios do campo brasileiro. Tais cercados rústicos são construídos com finalidades agropastoris, como proteger pequenas plantações dos caprinos que pastam soltos e separar alguns animais diante das necessidades habituais de manejo e controle, sendo comumente encontrados em todas as comunidades de Areia Grande. A figura 9 expressa a feição típica desses cercados.

Figura 9 – Cercado de troncos de caatinga na comunidade Salina da Brinca



Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Com relação às construções observadas em Areia Grande, estas são bastante diversificadas, podendo-se observar: casas construídas com blocos de concreto sem reboco; casas feitas de tijolos de adobe[23], geralmente cobertas por reboco de cimento (que em uma ou outra parte já se encontra caído, revelando o adobe); casas feitas com mais de um tipo de bloco, sendo parte em concreto, parte em cerâmica, parte em adobe, emendadas ao longo dos anos, de acordo com as condições das famílias; casas completamente rebocadas e pintadas; dentre outras tipologias, que vão desde as mais rudimentares às mais convencionais, compondo assim, um leque bem variado.

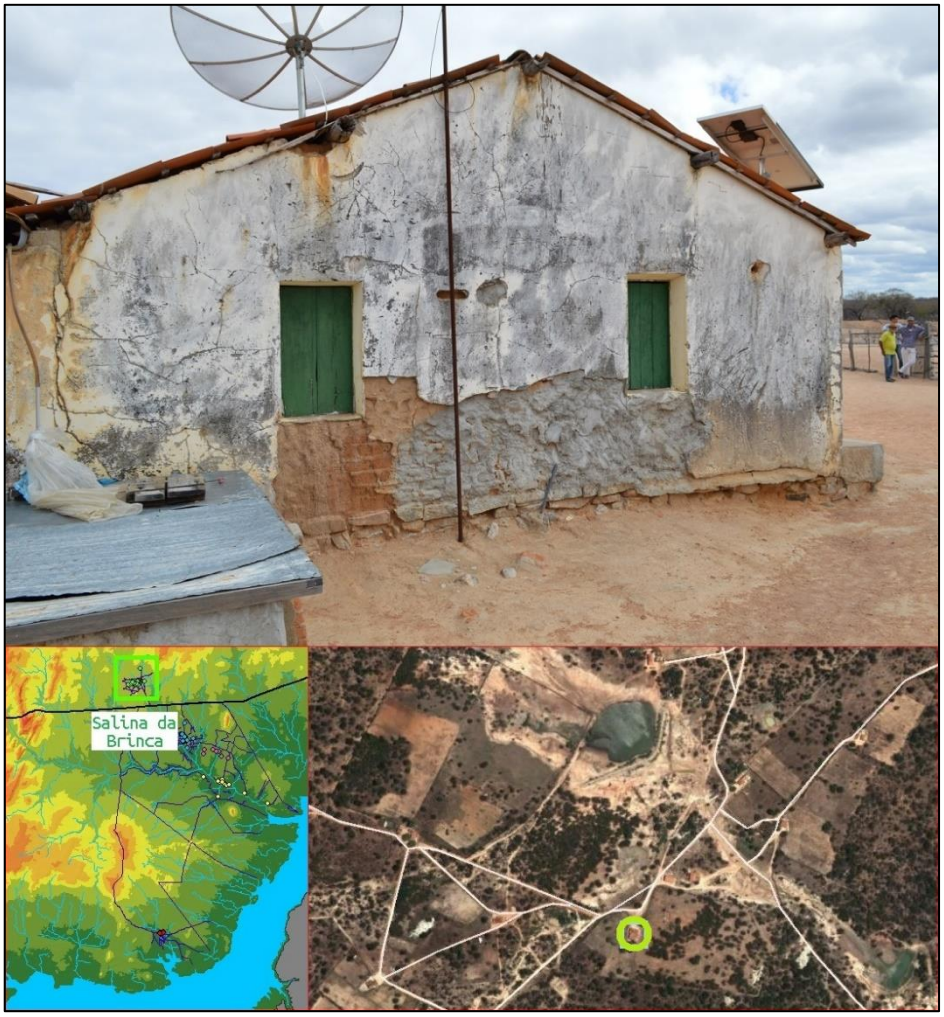
Essa diversidade de tipos de construção e a presença de casas erguidas com materiais convencionais (com tijolos de cerâmica e reboco de cimento) é uma realidade nas diversas comunidades tradicionais do Brasil, inclusive indígenas e quilombolas. Isso, frisamos, porque as comunidades tradicionais não são apartadas da sociedade em geral, nem congeladas no tempo de seus antepassados. Esse reforço é importante para que tenhamos o cuidado de evitar as já mencionadas estigmatizações, que só servem para imobilizar um grupo social, por meio de conceitos aplicados a ele, inclusive por parte dos próprios pesquisadores, que de certo modo podem ser entendidos também como sujeitos forasteiros, mesmo que do meio acadêmico.

Contudo, entendemos a importância de evidenciar neste trabalho os elementos vernaculares, por serem representativos da cultura material da comunidade tradicional fundo de pasto, considerando que, como afirma Ferraro Júnior (2008, p. 155), “a ideia de tradição implica peculiaridade, algo que surja em um grupo social e possa caracterizá-lo, aspectos próprios que identificam um grupo e sua cultura”.

Assim, elegemos uma imagem para exemplificar esta diversidade de tipologias construtivas, acumuladas ao longo do tempo em uma mesma construção. A figura 10 apresenta como geossímbolo a casa mais antiga da comunidade Salina da Brinca (pertencente à família Castro dos Santos), construída em mutirão, com tijolos de adobe, coberta em parte com reboco de terra, reboco de cimento e sapata de pedras.

[23] Adobe é um tipo de tijolo de terra crua, moldado em processo artesanal, sendo, portanto, um material vernacular utilizado por muitas comunidades tradicionais em suas construções.

Figura 10 – Casa de construção vernacular em Salina da Brinca



Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Sobre a história e os significados desta casa, Seu Ivo nos situou durante o trabalho de campo em sua comunidade, já que foi um dos guias do percurso:

> a primeira casa que existiu aqui. (...) que é essa aqui hoje ta sendo casa de Lula. Ai nós viemos pra cá. O velho veio viemos os filhos. Vei eu, esse aqui que samo irmão. A Eliete... chegamo aqui em seis. Três muié e tres homes (...) A casa é é o dono da casa era Bartolomeu Ferreira dos Santos (...) Bartolomeu era o pai dele era meu avô. (...) inclusive eu mais ele, as nossa casa ficava mais junto perto um do outro nós fizemo até os adobe nesse tempo era feito de adobe num era feito de bloco não foi feito no adobe, nós fizemo os adobe junto. Nós fizemo o da casa dele depois ele veio me ajudar eu fazer de minha casa e ai a construção mermo o levantamento da casa foi eu. Foi feito num tempo só ele trabalhando na casa dele e eu em minha casa.

Outro morador do povoado de Salina da Brinca complementou:

> pra acabar de encurtar a história as casa tudinha que tem aqui, a minha dele, a dele e a dele é tudo feito no adobão ou num adobe. Não disso aqui de bloco não. Não tem nenhuma feito com bloco. (...) ai a prefeitura começou a ajudar, ai mudou aquelas porta pro outro do lado, ai fez a cobertura porque a outra

> que já tava com as madeira num vale nada que de primero as madeira veia da gente era de carnauba. E grande parte era de carnaúba ai voce fazia pronto ai durava a vida toda.

Por fim, ainda no ensejo dos quintais e vizinhanças, é indispensável mencionar as casas de farinha, geossímbolo muito significativo aos habitantes locais, além de fazer parte das representações arquetípicas sobre o fundo de pasto. Nessas casas, frequentemente ocorrem as farinhadas, que não se tratam simplesmente de uma antiga tradição dos povos do campo no Nordeste, mas em Areia Grande representam uma ocasião de encontro entre as famílias e fortalecimento de vínculos comunitários.

Durante nossos campos, conhecemos as casas de farinha de Salina da Brinca e da Jurema, ambas construídas com armações de telhado feitas com paus e troncos da caatinga, contendo um grande forno a lenha em formato circular, peneiras, cochos e uma notável prensa, composta por um fuso (espécie de parafuso gigante) de madeira no topo, para prensar a massa de mandioca. A figura 11 apresenta uma visão geral da casa de farinha da comunidade de Salina da Brinca, reunindo membros da comunidade.

Figura 11 – Casa de farinha de Salina da Brinca

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Além dos quintais e moradias, elencamos outras temáticas que nos permitem trabalhar de uma forma mais abrangente os aspectos identitários das comunidades de Areia Grande, como veremos a seguir.

4.2 RELIGIOSIDADES E CRENÇAS EM GEOSSÍMBOLOS DO SAGRADO

Outra temática essencial para abalizar a percepção das paisagens e geossímbolos de terras tradicionalmente ocupadas é a questão das sacralidades. Isto, porque o sagrado está diretamente ligado a grande parte dos simbolismos coletivos, sejam eles na forma dos ritos e das celebrações comunitárias, sejam na forma da transmissão de costumes, crenças e histórias relacionadas à vida e à morte. Assim, o sagrado ocupa um papel central nas tradições de um grupo social e se reflete também na paisagem. Para a autora Rosendahl (2007, p. 214), “a paisagem é uma estrutura visível, na qual a mensagem que nela se escreve em termos geossimbólicos reflete o peso do sonho, das crenças dos homens e de sua busca de significação”.

No que tange ao olhar sobre as espacialidades, a identificação de paisagens simbólicas com a participação dos habitantes da comunidade é um procedimento metodológico fundamental. Assim, nosso processo de oficinas se iniciou em Salina da Brinca, com o tema da religiosidade.

A religião predominante em toda Areia Grande é a católica, aparentemente contemplando a maior parte de seus habitantes. É fundamental destacar que o catolicismo de Areia Grande tem relação direta com as lutas sociais, com valores fortemente influenciados pela Teologia da Libertação. A origem desta relação pode ser relacionada ao apoio de Dom José Rodrigues[24] às lutas das comunidades em 1979. Este apoio foi ao longo das últimas décadas sempre lembrado e enaltecido nas assembleias comunitárias pelo Seu Quinquim, o já mencionado ancião de Areia Grande, falecido em agosto de 2017.

Em Areia Grande, a religiosidade católica se manifesta nas lutas, mas também nas frequentes procissões e novenas, além dos festejos populares que serão enfatizados no subtópico seguinte. Na comunidade da Jurema, por exemplo, ocorre

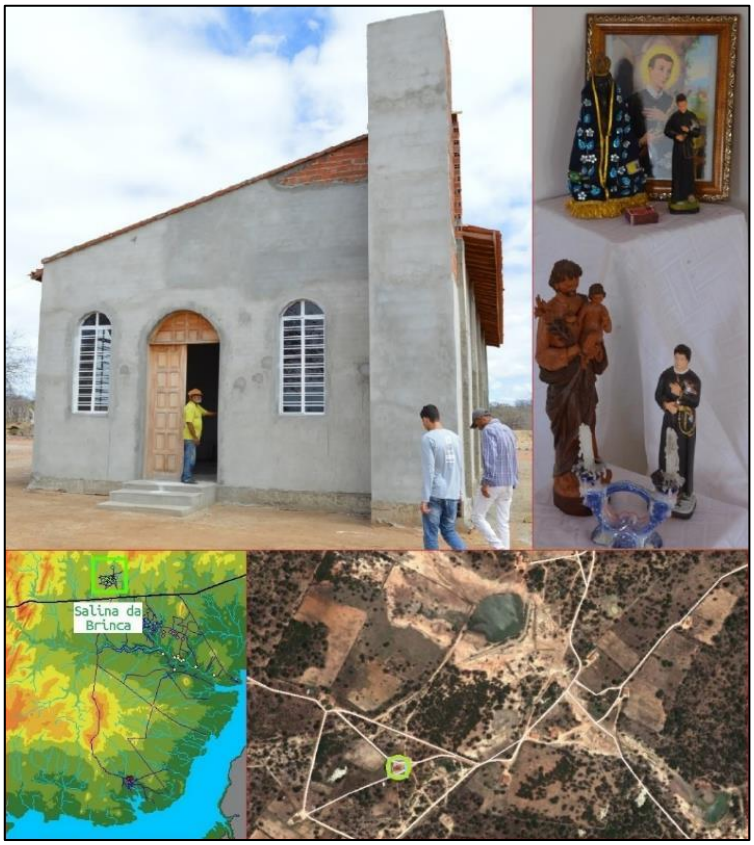
[24] Foi o segundo bispo da Diocese de Juazeiro. Ficou conhecido como o "bispo dos excluídos". Exerceu um papel importante na defesa da população atingida pela Barragem de Sobradinho.

uma procissão de São José, em 19 de março, com nove dias de novenário. No mês de maio, geralmente, ocorre na comunidade de Riacho Grande uma comemoração em nome da padroeira do povoado, Nossa Sra. do Perpétuo Socorro. Essas tradições religiosas são melhores explicadas por um dos participantes:

> [Em Riacho Grande] a gente tem a festa da padroeira Nossa Senhora do Perpetuo Socorro. (...) E ai gente tem também a novena dos santos que acontece por exemplo a Laurinda faz uma promessa de rezar tres dia a novena de Santa Luiza, o outro faz uma promessa lá de rezar a novena de São Sebastião. Agora a santa padroeira mermo do Riacho Grande é Nossa Senhora do Perpetuo Socorro. (...) ai sempre a gente comemora no dia 27 de junho, é tem dia que é no 31 de maio que nunca teve assim, quando a gente só rezava a novena era a ultima noite era no dia 31 de maio. Mas depois que passou a festejar a celebrar a missa da santa padroeira acontece que nunca dá certo com padre o dia 31 de maio. (...) ai as vez é no dia 27 de junho outa vez é no dia 27 de maio. Assim mas a gente tem a festa da santa padroeira. (grifo nosso)

Já na comunidade de Salina da Brinca, foi recentemente concluído o primeiro templo católico, importante geossímbolo para os habitantes locais, a Igreja de São Geraldo, como podemos ver na figura 12.

Figura 12 – Igreja da Salina da Brinca e imagens dos santos devotados



Fontes: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Embora recente, o significado dessa igreja para os moradores de Salina da Brinca é muito grande, pois, como Seu Ivo afirmou durante o percurso guiado, a devoção a São Geraldo se trata de uma tradição muito antiga de sua comunidade:

> Desde quando a vó de Nina veio de lá, ela veio de lá. Que ela já..., já... (...) grupo de catequese também teve (...) a novena de São Geraldo (...) na Carnaubeira que era o nome de nosso lugar onde a gente morava (...) antes da barragem. (...) antes da barragem, já festejava essa novena já era tradição. Já tinha. Sei nem quantos anos essa novena já era tradição sei nem quantos anos tem (...) sabe quantos anos tem? Eu vou dar assim mais ou menos. Tem setenta e tantos anos. De lá pra cá. (...) essa tradição. Tem setenta e setenta e tantos anos assim um tanto pode ser setenta e cinco, seis.

Seguindo no ensejo das interfaces entre religiosidade e cultura popular, consideramos importante destacar outros aspectos. Percebemos que, mesmo com o forte catolicismo, existem muitas práticas e crenças vindas de outros tempos, de influência dos antigos sertanejos e indígenas. Assim, é indispensável abordar aqui algumas anedotas sobre curandeiros (benzedeiras e rezadores), encontradas durante nosso percurso de pesquisa em Areia Grande. Uma dessas foi contada por Valério, da comunidade de Melancia, sobre algumas rezas que seu pai, Seu Jorjão, chegou a fazer há muitos anos atrás:

> Uma vez chegou uma senhora trazendo a neta, pálida, magra, trouxe aqui para casa, Jorjão suspendeu a menina na porta da casa pelo tornozelo, rezou ligeirinho depois desceu a menina para o chão. Depois, com o passar dos dias, a menina já estava se alimentando melhor, engordando.

Nesta mesma roda de conversa, Valério e outros habitantes de Areia Grande dão prosseguimento às narrativas, mencionando outra reza bastante inusitada, usada no contexto do alastramento de queimadas.

> Antigamente, quando ocorreu uma queimada descontrolada aqui nas veredas, os mais velhos pegaram uns ramos de árvore, fizeram a reza, correram para a direção de onde vinha o fogo e colocaram um ramo de árvore no meio do caminho por onde o fogo vinha seguindo, e daquela parte onde o ramo foi colocado, o fogo não ultrapassava.

Acreditamos ser importante considerar tais apontamentos no presente trabalho, por entendermos que fazem parte da cultura imaterial de Areia Grande, de modo a compor a oralidade popular. No entanto, carecem de maiores registros, para que venham a ser trabalhados na valorização histórico-cultural das comunidades. Em síntese, ficamos com o olhar de que a religiosidade em Areia Grande é permeada por

uma ligação íntima entre a tradição cristã, o espírito de luta social e um conjunto de crenças e saberes provenientes de ancestralidades indígenas e sertanejas.

Por conseguinte, após esse passeio pelas percepções sobre o sagrado, trataremos do tema das festividades e diversões populares, no item a seguir. Embora entendamos que a religiosidade continua relacionada, já que grande parte das festas são relacionadas aos santos e às tradições católicas populares, não daremos enfoque ao aspecto sagrado em si, mas ao festivo[25], além de outas paisagens que envolvem a recreação no território em estudo.

4.3 FESTAS E DIVERTIMENTOS POPULARES EM GEOSSÍMBOLOS DA RECREAÇÃO

Na observação da cultura de um grupo social, as temáticas da ludicidade também são aspectos essenciais a serem considerados, pois relacionam-se diretamente ao encontro e ao fortalecimento dos laços entre os indivíduos e, no caso de comunidades, a aproximação entre os núcleos familiares. Além disso, são expressões das preferências artísticas do grupo observado e representam, de forma reunida, diversos aspectos da sua identidade.

Em Areia Grande, foram identificados diversos pontos como paisagens e geossímbolos da recreação popular de seus habitantes, entre eles, os campos de futebol, os bares e os espaços de realização de eventos. No entanto, entendemos também que o ato em si de brincar e se divertir ocorre em qualquer lugar, inclusive nas residências, nas casas de farinha, nas ribeiras, nas igrejas, nas roças e em tantos outros.

O primeiro geossímbolo elencado para ilustrar a questão dos festejos foi observado dentro de em uma temporalidade específica. Trata-se de um popular recinto de festas comunitário no Terreiro de Raspa de Mandioca da Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores do Sítio Melancia, visitado durante a realização da Festa da Mandioca (figura 13). Conforme afirmou o entrevistado Valério, a Festa da Mandioca da comunidade de Melancia foi originada em 2006 devido à

[25] Na Antropologia, determinadas abordagens teóricas sobre religião fazem uma distinção entre dois tipos principais de manifestações religiosas, sendo estas, as manifestações “sagradas” e as “profanas”. Este último tipo se refere muitas vezes aos aspectos festivos da religiosidade.

inauguração desta infraestrutura produtiva e já em 2017, ano em que participamos do evento em trabalho de campo, a comemoração chegou a alcançar a sua 18ª edição, demonstrando assim já ser uma verdadeira tradição cultural de Areia Grande.

Figura 13 – Festa da Mandioca de 2017, na Melancia

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Este evento, em suas diversas edições, tem contado com a exposição de produtos agrícolas e comidas, principalmente as derivadas da mandioca (como beiju, sequilho, peta, cambraia, farinhada etc.), além de manifestações artístico-culturais tradicionais como forró pé-de-serra, samba-de-véio, roda de São Gonçalo, repentes e apresentações de vaqueiros com cantos de aboio e corridas de cavalo. Estas são algumas das brincadeiras populares mais comuns dos fundos de pasto baianos, sendo também, atualmente, bastante valorizadas em Areia Grande através de iniciativas das associações.

Além disso, a programação da Festa da Mandioca também é fortemente marcada por atividades de formação política e organização comunitária. Entidades

como a CPT[26], o IRPAA[27], o SASOP[28] e a EMBRAPA[29], dentre outras, tem se dedicado a ministrar, neste evento, oficinas sobre a questão ambiental nos fundos de pasto e sobre a importância da proteção do modo de vida das comunidades, além de temáticas relacionadas à produção agrícola.

Cabe, ainda, destacar que, de modo semelhante ao local de realização da Festa da Mandioca, existe também o "Clube do Jeová", situado na Jurema, onde se costuma realizar a Festa do Vaqueiro.

Uma outra paisagem de recreação que consideramos crucial para ilustrar nossas descrições, por ter se tornado conhecido em escala regional, consiste nas "Dunas do Velho Chico", como é chamado por muitos. Diferentemente do que ocorre no Terreiro de Raspa de Mandioca, que proporciona diversões estimuladas por apresentações artístico-culturais, as vivências nas paisagens das dunas são estimuladas essencialmente pelos atrativos naturais, como a balneabilidade do Lago de Sobradinho e a beleza desses depósitos de areia que permeiam a localidade. Dessa forma, as Dunas, como outras formas pontuais do relevo, também podem ser consideradas como um geossímbolo, já estes são

> representados por pontos fixos, como construções, caminhos, formas do relevo, rios, árvores, estradas, e itinerários reconhecidos, traçando na superfície uma semiografia engendrada por símbolos, figuras e sistemas espaciais (BONNEMAISON, 2002, p. 105).

As comunidades de Areia Grande em geral, mas especialmente os habitantes do povoado do Umbuzeiro (que pertence à comunidade do Riacho Grande), por ser situado no segmento mais próximo da desembocadura deste Riacho nas águas do Lago, vivenciam tradicionalmente o ambiente dessas dunas (figura 14) e ribeiras em seu cotidiano, tanto com a finalidade de trabalho, por ainda ser rota de pastoreio de caprinos e de realização da pesca artesanal, como também com a finalidade de lazer, para banhos.

---

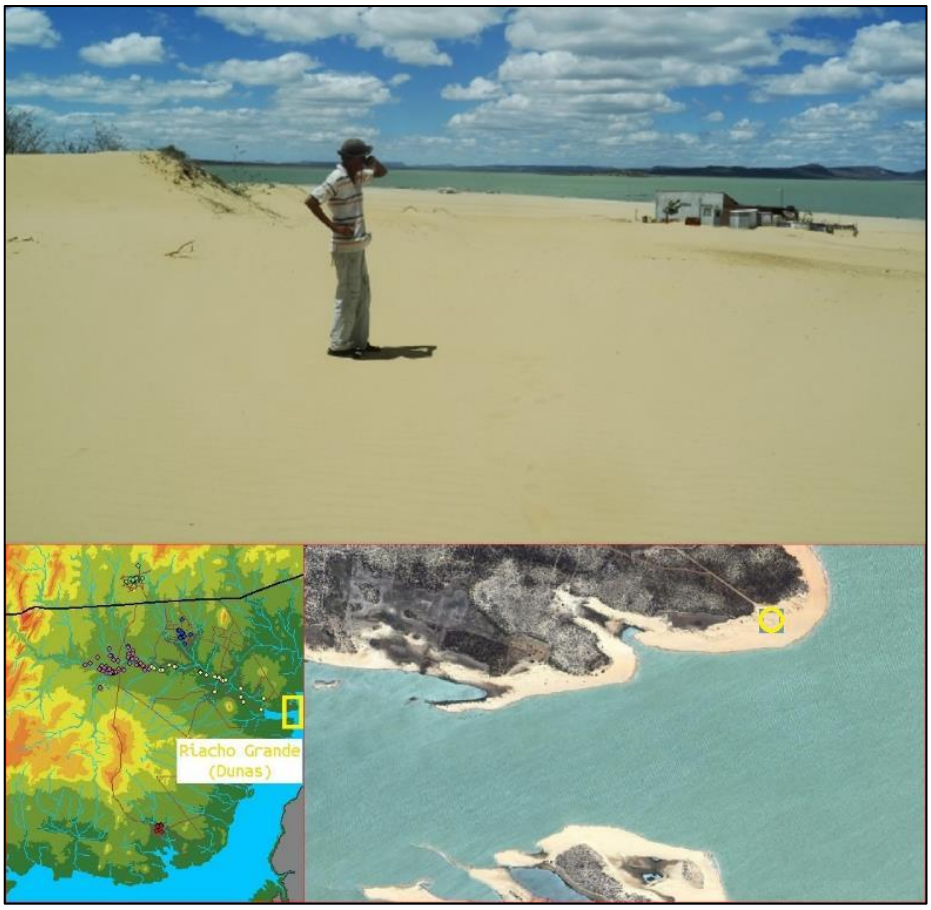
[26] A Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de sua unidade de Juazeiro, Bahia, atua junto às comunidades do fundo de pasto de Areia Grande, em Casa Nova, além de comunidades de outros municípios baianos como Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Sento Sé, Curaçá e Uauá.

[27] Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), instituição do 3º setor sediada em Juazeiro – BA.

[28] Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, instituição do 3º setor sediada em Salvador com escritório em Remanso – BA.

[29] A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a partir de sua unidade em Petrolina, Pernambuco (EMBRAPA SEMIÁRIDO), também conta com alguns pesquisadores que conduzem seus projetos ao benefício de comunidades rurais, incluindo os fundos de pasto de Areia Grande.

Figura 14 – Praia das Dunas do Velho Chico, próxima à foz do Riacho Grande



Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2018.

4.4 MARCAS ANTIGAS E RUÍNAS COMO GEOSSÍMBOLOS DA MEMÓRIA

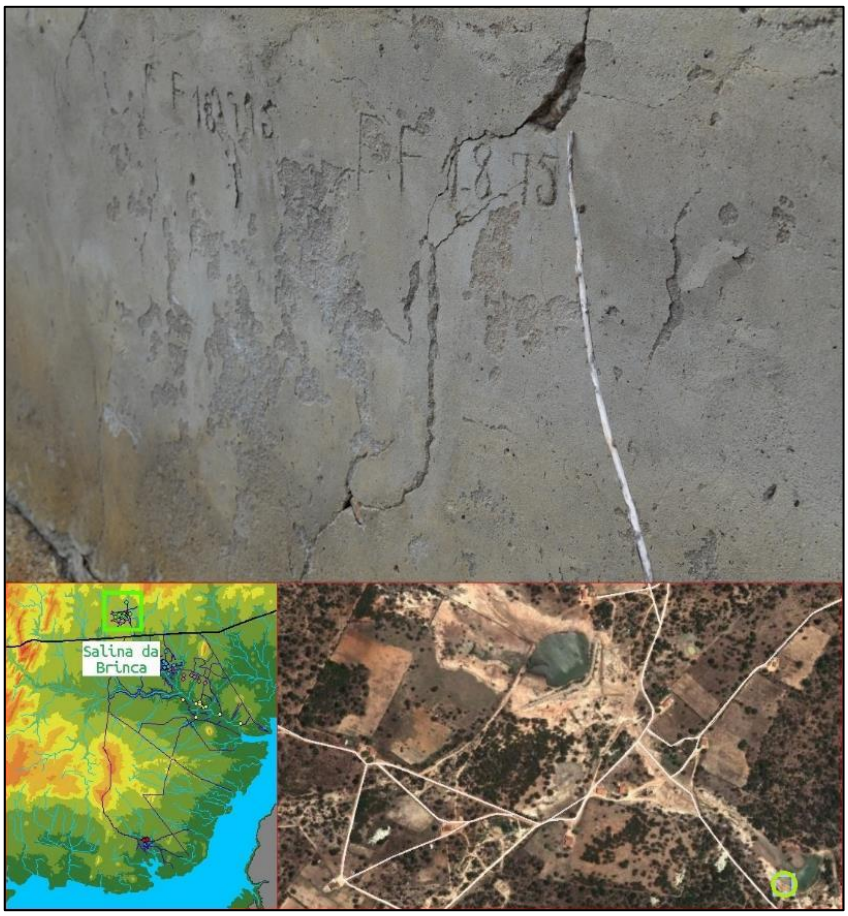
Esta temática, como a última trazida para nossa discussão sobre as paisagens, os geossímbolos e o patrimônio cultural em geral de Areia Grande é discorrida por um olhar um tanto arqueológico. Isto porque a observação dos vestígios que determinada comunidade tradicional deixa, ao longo de sua história, auxilia significativamente no entendimento sobre as relações que a mesma já estabeleceu com o território em momentos pretéritos e vem para reforçar as argumentações sobre os contornos cartográficos que integram a vida das comunidades, desde os tempos de seus antepassados.

Nesse sentido, elencamos duas marcas deixadas pelos mesmos, as quais se apresentam como importantes geossímbolos de Areia Grande. Elas foram feitas pelos primeiros refugiados (da inundação do Lago de Sobradinho) na área que se consolidou como povoado da Salina da Brinca. Nessa porção de terra, as pessoas vindas do antigo povoado da Carnaubeira buscaram refazer suas vidas. Segundo um dos moradores, “nós chegamo em dezembro de 74. (...) da Carnaubeira. (...) la a gerencencia da gente já moravam lá, nossos bisavós, nós não conhecemos. (...) ai, era tataravô”. Uma das participantes relembra como faziam o sal naquele tempo:

> mas, tambem, a coisa tambem é eu mesmo cheguei a ajudar minha madrasta a fazer sal. Aquele sal caseiro sabe? Aquela salina e ai juntava aquelas terra fazia bangue bangue. Pegas as estera custura naqueles pau (...) e ali enche abre um buraquinho assim, bem no meio da da esteira, coloca assim um pau pra ficar pingando aquela agua. Coloca aquela. A gente pegava aquela areia daquelas salina assim meio salobra. Colocava la cabá molhava e ficava molhando e ficava pingando aquela agua. (...) ai colocava a vasilha assim embaixo mais um metro que é sal se a gente coloca outa coisa comia, colocava panela no pau e a gente pegava e minha madrasta perdeu muito, a gente pegava aquela agua e colocava nos caldeirão. Ai la no sol ele coalhava. Ficava aquela, aquela pedra aquela capa assim grossa encima a aquela agua embaixo. Que era o sal subia e a agua ficava assim em baixo. (...) a gente pega aquele sal, agora não faço mais, pegava aquele tirava ai dentro e coloca em baixo da peda e pegava agua tem que ser agua boa. É sal tem que lavar com agua boa. E pegava assim um horrô de caldeirão, lavava aquele sal bem lavadim e tirava aquele salitre se não lavar direito ele fica travando. E lavava bem lavado ficava bem alvim e colocava nas pedra pra secar ai pisava, pra colocar na comida, pa dá pa gado comer.

Os referidos vestígios, atualmente com cerca de 45 anos desde que foram gerados, representam parte importante da história das comunidades de Areia Grande. O primeiro deles, se refere à primeira barragem, erguida pela comunidade recém-chegada (figura 15), para suprir sua carência de recursos hídricos, após sua migração para uma área consideravelmente mais distante do curso d’água do Rio São Francisco. Cabe destacar que junto a essa barragem encontram-se vestígios, ainda mais antigos, de uma parede na “vereda da Salina” (riacho intermitente), secular, construída pelos salineiros que habitaram a localidade no passado.

Figura 15 – Gravuras de quase meio século em barramento na Salina da Brinca



Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Percebe-se, pela imagem, que as inscrições na parede da barragem, já desgastada pela ação do tempo, indicam “F.F. 1-8-1975”, em que estas iniciais, de acordo com alguns participantes do percurso de campo, significam “foi feito em 1º de agosto de 1975”, um ano após o início do enchimento do Lago de Sobradinho.

Outro geossímbolo importante à memória dos habitantes dessa comunidade, que se configura como um segundo vestígio deste período de busca por recursos hídricos para fins de sobrevivência em Salina da Brinca, se refere à presença de antigos amontoados de uma espécie de argamassa vernacular (figura 16), deixadas pelos salineiros para modelar os caldeirões naturais que acumulam água em períodos de chuva, em meio aos afloramentos rochosos lá encontrados.

Figura 16 – Antigos vestígios de argamassa vernacular, em Salina da Brinca

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020). Imagem de 2017.

Dessa forma, essas marcas representam a história coletiva de uma comunidade materializada nas paisagens, pois “mantêm em sua estrutura elementos de uma tradição iniciada pelos seus antepassados” (TEIXEIRA, 2009, p. 131). Estas são, portanto, importantes marcas do esforço histórico dos antepassados desses sujeitos em sua busca pela permanência no seu território.

Em suma, este tópico veio apresentar alguns dos geossímbolos apontados pelos habitantes de Areia Grande, discorrendo sobre as relações cotidianas dos mesmos e enfatizando sua materialização na paisagem. Julgamos que este tema, em específico, além de permitir diálogos com a ideia de patrimônio cultural, propicia aplicações pragmáticas perante o debate da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas.

5 FATORES ECOLÓGICOS NO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO: A PAISAGEM FÍSICA EM SUA CORRELAÇÃO COM AS PRÁTICAS AGROPASTORIS

Reservamos para fundamentar esse início de capítulo, algumas frases pronunciadas por Zacarias, membro da comunidade do Riacho Grande e filho de seu Quinquim. Este, em alusão à importância da criação de caprinos no fundo de pasto, afirmou: “nosso território vai até onde o bode vai”. Em outro momento, Zacarias se referiu à vegetação de Areia Grande: “nós temos a caatinga como nosso espaço de liberdade”. É nessa perspectiva que o conceito de terra e a ideia de manejo da terra vêm mediar os diálogos entre os estudos físicos e agrários. Partindo desse entendimento sobre a importância do pastoreio comunitário nessas caatingas, ilustramos na figura 17 os pastores/vaqueiros de Areia Grande reunidos em montaria.

Figura 17 – Pastores/vaqueiros de Areia Grande encourados e montados

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020).

Por esse ponto de partida, afirmamos que a abordagem física aqui realizada sobre Areia Grande também possui uma essência política, uma vez se baseia na

realidade econômico-ecológica para observar suas paisagens e identificar a maneira com que a disposição da vegetação, dos solos e da hidrografia assegura a prática da pecuária extensiva e de outras produções agrícolas. Nessa perspectiva concordamos com Little, que compreende a “territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela especifica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2002, p.3).

Ainda, em complemento a essa visão, entendendo o papel dos saberes tradicionais desses pastores/vaqueiros sobre as caatingas, suas trilhas, localização de aguadas, conhecimentos sobre plantas diversas e considerando a importância da pecuária extensiva para sua soberania alimentar, tudo isso também é considerado nas palavras de Raffestin, para quem a territorialidade é “a maneira pela qual as sociedades se satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Salientamos, ainda, que os rebanhos de pequenos ruminantes de Casa Nova estão entre os maiores da Bahia, com 510.194 caprinos e 442.512 ovinos (IBGE, 2018). Com base no laudo de Silva e Farfán (2008, p.15), as médias estatísticas sobre os tamanhos dos rebanhos das comunidades de Areia Grande indicam que, dentre os três principais tipos de gado criados, o caprino apresentou uma proporção de 59%, o ovino apresentou 33,5% e o gado bovino com 7,5%. Esses números evidenciam como a criação de bode em Areia Grande se sobrepõe às demais.

É nesse contexto de destaque às caatingas, que consideramos importante esclarecer a concepção e a significação que dirigimos ao conceito de paisagem no olhar da Geografia Física. Assim sendo, ressaltamos que nos referimos a essa perspectiva de paisagem como o conceito geográfico que exprime a materialidade espacial e realidade concreta da formulação teórica dos geossistemas, de Sotchava (1977). E em se tratando do estudo sobre Areia Grande, as paisagens, entendidas por essa ótica, são fruto das relações que seus habitantes estabelecem com o meio físico para a obtenção de seu sustento, tendo como exemplos, as variantes (trilhas retilíneas) abertas na caatinga e as pequenas áreas de vegetação ciliar cercadas para uso em períodos de estiagem.

Assim, é basilar demarcar que a teoria dos geossistemas possui fundamental importância epistemológica e metodológica à geografia física, principalmente por permitir o estudo das dinâmicas ecológicas em suas mais variadas escalas. Para Mateo Rodriguez e Vicente da Silva (2019, p.41),

> A interação das esferas geográficas se concentra de maneira significativa nas ideias correntes sobre os geossistemas. O geossistema, de maneira resumida, pode ser definido como o espaço terrestre de todas as dimensões, onde os componentes individuais da natureza se encontram em uma relação sistêmica uns com os outros e, com uma integridade determinada, interatuam com a esfera cósmica e com a sociedade humana.

Ademais, o conceito de geossistemas desenvolvido por Sotchava (1977) já inclui no bojo de sua perspectiva as atividades produtivas, como respaldam, novamente, Mateo Rodrigues e Vicente da Silva (Op. Cit., 2019, p. 46 e 47),

> Ainda que o geossistema seja uma formação natural, a correta construção de seus modelos e gráficos reflete nos parâmetros econômicos sociais, que impactam nas relações principais no interior do geossistema. (...) As chamadas paisagens antropogênicas não são outra coisa senão os estados variáveis dos geossistemas naturais originais. A sua análise refere-se ao problema da dinâmica na esfera da paisagem.

Diante disso, precisamos esclarecer desde já que, embora a paisagem e o olhar sistêmico sejam fios condutores essenciais à nossa abordagem, não procederemos aqui a uma aplicação dos procedimentos metodológicos mais estritos da teoria dos geossistemas, mas faremos uma caracterização geoambiental sistêmica sobre as paisagens de Areia Grande, principalmente centrada nos aspectos da vegetação, solos e rede hidrográfica, em suas relações com as dinâmicas do pastoreio. Com os mapeamentos aqui expostos, demonstra-se, ainda, que a geografia física também faz contracartografias.

5.1 O MAPEAMENTO DAS CAATINGAS PERANTE A PECUÁRIA EXTENSIVA

Entendendo a importância de uma descrição física do território fundo de pasto de Areia Grande, resolvemos iniciar pelas ponderações acerca das suas caatingas, dada sua importância central às atividades agropastoris, mas de forma articulada com outros elementos da paisagem como o clima, a hidrografia e os solos, concebidos nas mais diversas escalas de observação possíveis. Nossa ideia é que estas informações

possam também servir de subsídio para a autogestão territorial de Areia Grande, podendo ser usadas pelas comunidades tradicionais pesquisadas.

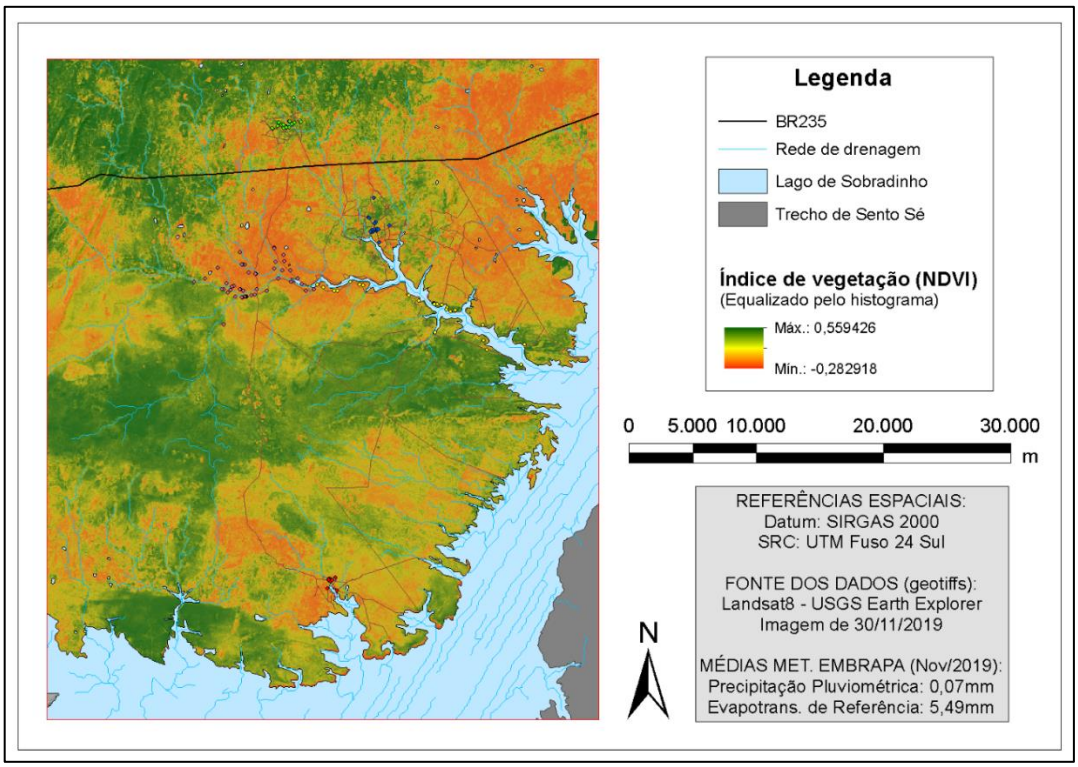
Nesse sentido, é fundamental argumentar o porquê de usarmos o vocábulo “caatingas”, no plural. Entendemos que a ideia de caatinga – do tupi *ka'a* (mata) e *tinga* (branca) – muitas vezes tratada como uma formação completamente homogênea, ao contrário disso, possui uma rica diversidade fitofisionômica (os aspectos vegetacionais), que precisa ser destacada.

Em Areia Grande, a diversidade fitofisionômica é essencial à caprinocultura, considerada uma das principais – senão a principal – atividades econômicas das comunidades. A importância dessa diversidade se deve ao fato de os caprinos se deslocarem livremente pelo território para se nutrir de acordo com a dispersão espacial da vegetação e com as variações sazonais do vigor foliar da mesma.

Para uma melhor visualização desta relação espacial, procedemos à elaboração do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (*NDVI*[30]). Neste caso, procedemos à obtenção do *NDVI* de Areia Grande referente ao final de novembro de 2019, após uma estiagem de mais de seis meses – e em um mês que obteve média pluviométrica de apenas 0,07mm e uma média de evapotranspiração de 5,49mm, de acordo com dados do portal de agrometeorologia da Embrapa Semiárido – para entender como se comportam suas caatingas, correspondendo assim à figura 18.

[30] Corresponde a uma metodologia de geoprocessamento que reflete o vigor foliar e, assim, é capaz de demonstrar em transições contínuas a variabilidade espacial da vitalidade do dossel vegetativo referente ao respectivo dia e horário da geração da imagem de satélite utilizada, com toda as suas significações sazonais perante o contexto estudado.

Figura 18 – Mapa do “Índice de Vegetação” (*NDVI*) de Areia Grande



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do LandSat8.

Interpretando as informações contidas no mapa acima, cabe esclarecer que as cores representam uma escala em que os índices mais baixos contidos no recorte de área trabalhado correspondem ao vermelho, passando pelo amarelo em seus níveis intermediários e, ao atingir os índices mais altos da referida área, de maior vigor foliar, a escala se aproxima dos tons do verde, até o mais escuro. Ao mesmo tempo em que abordamos a informação vegetativa, trazemos a informação da rede de drenagem, em escala abrangente, obtida por meio de um procedimento geoinformacional capaz de extrair de talvegues a partir da base altimétrica do sistema *SRTM (Shuttle Radar Topography Mission)*. Assim, podemos correlacionar vegetação e drenagem, para entender a distribuição das áreas com caatingas em melhores condições de serem consumidas pelos rebanhos.

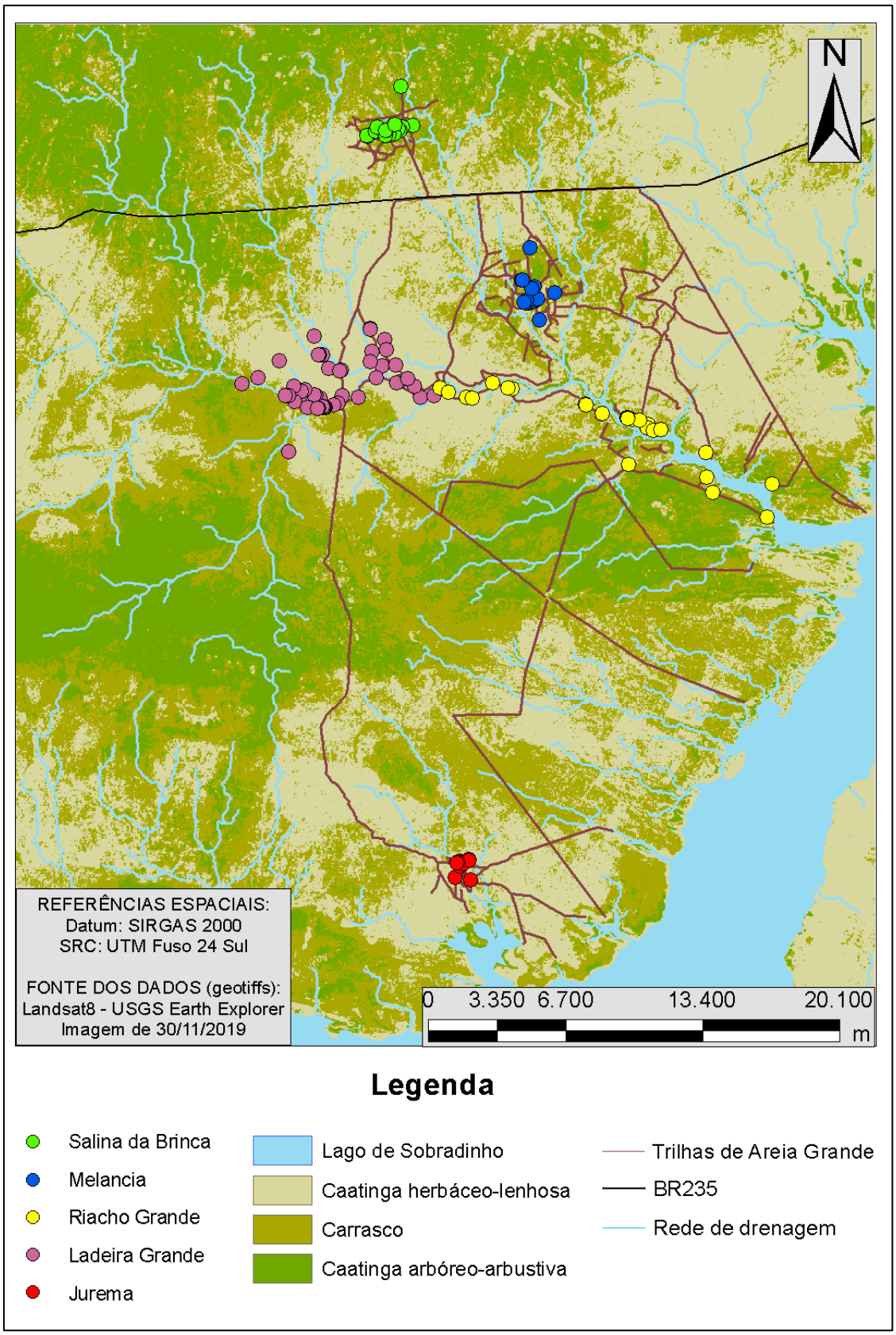
Nesse sentido, percebe-se a presença de uma faixa vegetativa longitudinal que se estende a partir da foz do Riacho Grande, atravessando o território de Areia Grande em direção a oeste. Esta “faixa vegetativa central”, por sua topografia mais elevada, dá origem aos leitos de drenagem que se dispersam para todas as direções, alimentando tanto o próprio Riacho Grande, quanto o trecho do Lago de Sobradinho que margeia o território em questão. É importante observar que esses leitos de

drenagem conectam as diversas áreas com maior vigor foliar, representadas pelos tons verdes.

Assim, é essa faixa central que fornece a principal fonte nutricional para a caprinocultura extensiva de Areia Grande, sendo, portanto, uma unidade paisagística estratégica para se pensar a autogestão do território por parte de seus habitantes, tanto na esfera ambiental, como econômica e sociopolítica.

Nesse sentido, no intuito de melhor delimitar as tipologias das caatingas de Areia Grande, procedemos à elaboração de um outro mapa, exibido em tamanho maior, para o qual se usou como base o próprio “índice de vegetação” apresentado, gerando um número de tipologias demarcadas, sem escala de transição gradual. Sendo assim, esse próximo mapa, referente à figura 19, apresenta três classes das caatingas de Areia Grande e sua distribuição espacial ao longo do território fundo de pasto.

Figura 19 – Mapa de classificação das caatingas de Areia Grande



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do LandSat8.

As áreas representadas pelo tom verde escuro são constituídas, em sua maior parte, das fitofisionomias da “caatinga arbóreo-arbustiva” e da “caatinga arbórea”, comunicando nos termos de uma nomenclatura mais popular, trabalhada por Carvalho e Pinheiro Jr. (2005). Se traduzidas aos termos técnicos utilizados pelo IBGE[31], correspondem, respectivamente, à “Savana Estépica Arborizada” e à “Savana Estépica Florestada”. Estas fitofisionomias, por possuírem estratos mais elevados e, assim, raízes mais profundas, conseguem se manter com considerável vigor foliar mesmo nos períodos de maior estiagem. Além disso, reforçamos que se trata da vegetação preferida pelos caprinos.

Nas áreas representadas pelo tom oliva, encontra-se o predomínio fitofisionômico do “carrasco”, ou seja, as caatingas arbustivas e as matas de transição entre o cerrado e a caatinga, incluindo espécies arbóreas que aparecem de forma mais esparsa. Vale ressaltar que tais características também são encontradas no entorno dos povoados de Salina da Brinca (situada ao norte da rodovia) e de Melancia (situada ao sul da rodovia), podendo configurar-se como um dos fatores locacionais que influenciaram o início dos povoamentos nessas áreas.

Já as áreas representadas pelo tom bege, correspondem a fitofisionomias esparsas que, seguindo o sentido deste gradiente de tonalidades, vão desde a caatinga herbáceo-lenhosa (ou “Savana Estépica Parque”, nos termos do IBGE) até as matas secas, ou caducifólias, que possuem menor disponibilidade nutricional aos caprinos.

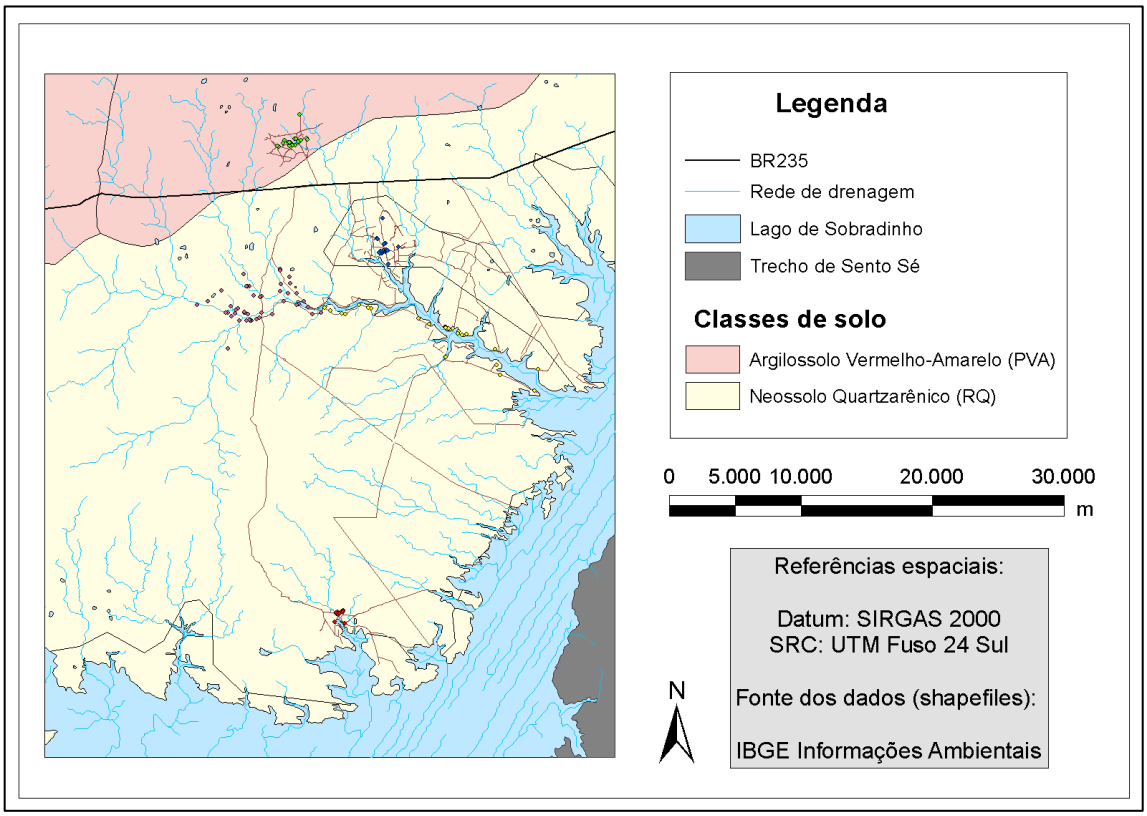
Segundo Santos (2018, não publicado), há uma nomenclatura ainda mais popular, comum entre os camponeses dos fundos de pasto, que atribui às áreas de caatinga arbóreo-arbustiva o termo de “caatinga mole” e para as áreas de caatinga herbáceo-lenhosa o termo de “caatinga dura”.

[31] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de uma publicação de 1992, apresenta tais nomenclaturas. A referência do documento é: Veloso, H.P., L.C. Oliveira-Filho, A.M.S.F. Vaz, M.P.M. Lima, R. Marquete & J.E.M Brazão (1992). *Manual técnico da vegetação brasileira*. 1a. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 92p. (Manuais técnicos em geociências, n.1). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=223267>

5.2 O MAPEAMENTO DE SOLOS E DRENAGEM PERANTE A AGRICULTURA FAMILIAR

Além da vegetação em si, que é uma expressão da integração entre vários elementos da paisagem, faz-se mister abordar a diversidade das classes pedológicas que permeiam o território de Areia Grande e se configuram como base para a distribuição das caatingas, para a realização da drenagem em períodos de chuva e para a prática da agricultura familiar pelas comunidades tradicionais deste território. A figura 20 apresenta um mapa de classificação macroescalar dos solos de Areia Grande.

Figura 20 – Mapa das (macro)classes de solo de Areia Grande



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do LandSat8.

Observando o mapa acima, com dados do IBGE, percebe-se que a maior parcela do território estudado é constituída pela classe dos Neossolos Quartzarênicos (RQ), o que justifica sua designação popular como “Areia Grande”. Contudo, segundo esse mapeamento, o povoado de Salina da Brinca é constituído também pelos

Argissolos Vermelho-Amarelos (PVA). Cabe destacar que essas duas classes são predominantes nas áreas mais distantes das margens. Nas margens do Riacho Grande e do Lago de sobradinho, os solos são mais argilosos, favorecendo a agricultura de vazante, o que também aponta para a importância das faixas ribeirinhas para a reprodução da vida dos habitantes desse fundo de pasto e a necessidade de estarem incluídas em seus limites territoriais oficializados.

Para além das linguagens mais tecnicistas, entendemos a importância de construir uma discussão sobre o meio físico que possibilite contribuições diretas perante seus usos feitos pelas comunidades, analisando as recomendações e as contraindicações de manejo, entendendo que os mapeamentos deste trabalho também deverão ser consultados pelos próprios sujeitos pesquisados. Nesse sentido, citamos uma caracterização da classe dos Neossolos Quartzarênicos disponível em material da Agência Embrapa de Informação Tecnológica (AGEITEC), elaborada por pesquisadores de ciência dos solos, da Embrapa,

> Esta classe de solo [RQ] ocorre em relevo plano ou suave ondulado, apresenta textura arenosa ao longo do perfil e cor amarelada uniforme abaixo do horizonte A, que é ligeiramente escuro. Considerando-se o relevo de ocorrência, o processo erosivo não é alto, porém, *deve-se precaver com a erosão devido à textura ser essencialmente arenosa*.
> Por serem profundos, não existe limitação física para o desenvolvimento radicular em profundidade, mas a presença de caráter álico ou do *caráter distrófico limita o desenvolvimento radicular em profundidade, agravado devido a reduzida quantidade de água disponível* (textura essencialmente arenosa). Os *teores de matéria orgânica, fósforo e micronutrientes são muito baixos*. A lixiviação de nitrato é intensa devido à textura essencialmente arenosa.
> Solos *mais apropriados para reflorestamento*, sendo porém, nos estados de São Paulo, Ceará e Bahia, utilizados para cultura de cana-de-açúcar. No nordeste, verificam-se grandes áreas cultivadas com cajueiro. (ALMEIDA; ZARONI; SANTOS, 2019 – grifo nosso)

Conforme a explanação dos pesquisadores da Embrapa, o Neossolo Quartzarênico é, em geral, susceptível à erosão e recomendado para o reflorestamento, com o objetivo de alcançar a conservação ou, se for o caso, a regeneração das matas. No caso de Areia Grande, essa recomendação é contemplada com o uso para pastagens extensivas, uma vez que a proporção entre a área disponível e a quantidade de caprinos garante um baixo nível de exploração, como veremos mais adiante, ainda neste tópico.

Já com relação às características e utilizações dos Argissolos Vermelho-Amarelos (PVA), que constam nas terras correspondentes a Salina da Brinca, mais ao norte, citamos novamente alguns estudos da Embrapa via portal da AGEITEC,

> Os Argissolos Vermelho-Amarelos (PVA) são solos também desenvolvidos do Grupo Barreiras de rochas cristalinas ou sob influência destas. Apresentam horizonte de acumulação de argila, B textural (Bt), com cores vermelho-amareladas devido à presença da mistura dos óxidos de ferro hematita e goethita. (...) Apresentam também *baixa a muito baixa fertilidade natural*, com reação fortemente ácida e argilas de atividade baixa (SILVA; OLIVEIRA NETO, 2019 – grifo nosso).

Assim, de modo semelhante aos comentários e às recomendações direcionadas às áreas mais arenosas, os pesquisadores citados apontam que, em geral, há uma baixa fertilidade natural associada aos Argissolos Vermelho-Amarelos, recomendando a aplicação de matéria orgânica no horizonte superficial, além da calagem.

Mas, conforme já anunciamos, para além das áreas mais interiores, ou seja, mais distantes dos corpos hídricos principais de Areia Grande, devemos considerar as terras situadas às margens do Riacho Grande e do Lago, que possibilitam a prática da agricultura de vazante ao longo do ano inteiro, praticada pela comunidade da Jurema e pelos habitantes dos seis povoados da comunidade homônima ao riacho: Cacimba da Pedra, Cacimba do Meio, Poço (também chamado de Porto), Vereda, Umburana e Umbuzeiro.

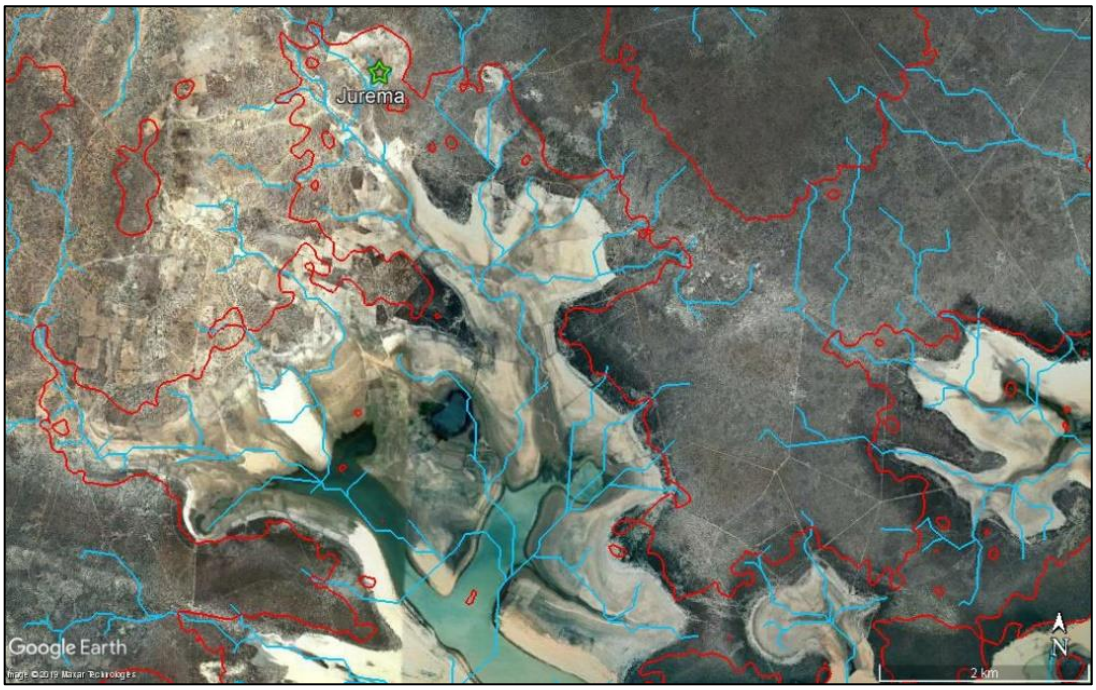
Em geral são utilizadas áreas de solo arenoso-argiloso, onde são cultivados principalmente capim, mandioca, feijão, milho e, de modo mais expressivo, o cultivo de melancia. Ilustramos a agricultura de vazante das margens do Riacho Grande com a figura 21.

Figura 21 – Agricultura de vazante da comunidade Riacho Grande, na localidade de Umburana

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020).

Também em condições ribeirinhas, o povoado da Jurema se encontra situado em um interflúvio topograficamente sutil, por onde cruza o acanhado “Riacho da Jurema”, curso d’água intermitente que deságua em um “braço de reentrância” do Lago de Sobradinho, no extremo sul de Areia Grande, conforme se observa no mapa apresentado como figura 22.

Figura 22 – Mapa de isoípsas e linhas de drenagem da Jurema



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do Google Earth, de 2019.

Devido essa reentrância do Lago e suas subdivisões, a paisagem habitada pela comunidade está envolta de extensas faixas de rebordos fluviolacustres, cuja disponibilidade hídrica perene possibilita agricultura vazanteira para o ano todo. No entanto, verifica-se que em períodos com maiores índices pluviométricos, o nível da água do Lago sobe em direção às reentrâncias e as áreas agricultáveis precisam recuar para os níveis topográficos mais elevados. Cabe destacar, ainda, que o ponto em que se localiza o centro do povoado está em uma posição específica que garante proximidade às reentrâncias, mas não se permite atingir pelas cheias.

5.3 A FRAGILIDADE DA COBERTURA VEGETAL SOBRE O SOLO ARENOSO

Em Areia Grande, as atividades de pecuária extensiva – ou mesmo “ultraextensiva”, nos termos da Embrapa (2000) – ocorrem ao longo de seus mais de 70 mil hectares, com uma reduzida densidade populacional de caprinos que possibilita que o pastoreio não degrade a vegetação nativa. Caso ocorresse a intensificação do uso dessas terras a partir de uma redução de área disponível para as pastagens, seria muito provável que isso culminasse em um processo de sobrepastoreio, com

destruição da cobertura vegetal e séria ameaça à reprodução social das comunidades em questão (SILVA e FARFÁN, 2008).

Para compreender melhor a sustentabilidade da criação animal de modo extensivo ou ultraextensivo, nos valemos novamente da leitura de pesquisas da Embrapa (ARAÚJO FILHO, 2002):

> O pastoreio combinado de bovinos e caprinos constitui em longo prazo a melhor opção de uso de áreas cobertas com vegetação arbórea-arbustiva de caatinga. A produção de massa verde da folhagem e ramos herbáceos da parte aérea da vegetação da caatinga perfaz cerca de 4,0 toneladas por hectare/ano, porém, com variações significativas em função da estação do ano, do ano, da localização e do tipo de caatinga. Ademais, a composição florística da forragem produzida, mormente pelos componentes herbáceos anuais dominantes varia fortemente em virtude dos fatores acima mencionados. Durante a estação das chuvas, a maior parte da forragem é proporcionada pelo estrato herbáceo, com baixa participação da folhagem de árvores e arbustos. No entanto, à medida que a estação seca se pronuncia, a folhagem das espécies lenhosas decíduas, passa a constituir praticamente a única fonte de forragem para os animais.

Portanto, com base nos argumentos acima, verifica-se que a prática das comunidades de Areia Grande é sustentável a longo prazo, por provocar baixíssima entropia no ambiente. Cabe destacar que, nesse sentido de sustentabilidade, as comunidades de Areia Grande venceram o "Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais", em junho de 2018, fruto do reconhecimento do caráter conservacionista de suas práticas agropastoris.

No entanto, devastações realizadas por atores sociais forasteiros[32] demonstraram o quão frágil é a cobertura vegetal de Areia Grande, por se estabelecer sobre solos tão arenosos. Assim, no intervalo de apenas três anos (1980-1983) em que a empresa Agroindustrial Camaragibe permaneceu dentro desse território, foi desmatada uma área de aproximadamente 2000 hectares (segundo medições realizadas com o software *Google Earth*) para a implantação da monocultura de mandioca e de uma usina de produção de álcool. Esta realidade nos remete novamente à leitura de Raffestin (1993, p.234):

> Os exploracionistas, uma vez tomada sua decisão, só tem interesse em produzir o máximo possível, sem nenhuma preocupação com o ritmo de esgotamento. É um comportamento autocentrado, "autista" de certa forma, se nos permitem essa transferência de terminologia.

[32] Tratamos aqui pelo termo de atores sociais forasteiros, todos aqueles que não vivem com as comunidades, ou seja, os atores não-tradicionais, vindos de fora e que geralmente estão apenas de passagem, sem a mínima relação de pertencimento para com essas terras.

O desmatamento e o uso agrícola intensivo realizado pela Camaragibe (figura 23) resultou em considerável perda de estabilidade ecodinâmica[33] e consequente degradação de grande área arenosa. A persistência dessa degradação por mais de três décadas revela a fragilidade sistêmica da cobertura vegetal de Areia Grande e sua susceptibilidade à desertificação. Sobre isso, o entrevistado Jeová, morador da Jurema, complementa:

> Mas, no local da milhor parte da Areia Grande que fazia parte do do São Francisco, o rio, entao essas empresas ai de Camaragibe desmatou a milhor caatinga, que era o araçá, que era cagaiteira, era era era cacoicaba, angico de bezerro, angico verdadeiro, era era ameixinha, era imburana, entao quer dizer que tudo a gente pode replantar essa planta tudo. Entao essa planta todinha se acabou e num vai mais se replantar lá, por que ta difice, a chuva tá meia tá meia, meia, meia fraca pra gente, e outa coisa a gente tambem tem a o criatório nessa area, então, tudo vai difiultar e até mermo o vento devido essa área não ter mato o vento fica aqui jogando, entao, quer dizer se tem um pezim de pau ele tá miudim mas o vento tá batendo nele todo dia ele num vai em frente né?

Figura 23 – Imagem de satélite do estado do desmatamento já em 2017, após 35 anos

Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do Google Earth, de 2017.

A partir da imagem acima podemos entender que as atividades agropecuárias praticadas pelas famílias do fundo de pasto ao longo de quase 17 décadas (desde

[33] Metodologia elaborada por Jean Tricart (1977) para a classificação do ambiente com base no estudo da dinâmica dos ecótopos. A grosso modo, o equilíbrio ecossistêmico, que leva uma larga escala de tempo para se estabelecer, pode ser comprometido com breves ações entrópicas.

1860) têm impactado bem menos que uma intervenção forasteira realizada durante apenas três anos, demonstrando como há uma convivência harmoniosa entre as comunidades tradicionais e o meio habitado, atestada pelo estado de conservação da cobertura vegetal nas demais áreas.

Considerando então que as ameaças de desmatamento oferecidas por determinados atores sociais forasteiros ocorrem nas terras onde as comunidades do fundo de pasto realizam suas atividades de autossustento, com destaque ao pastoreio dos rebanhos, tais questões ambientais são alarmantes para as lutas territoriais.

5.4 PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DOS MAPEAMENTOS ECOLÓGICOS (E CULTURAIS) DIANTE DA URGÊNCIA PELA DEMARCAÇÃO DE TERRAS EM AREIA GRANDE

Os debates deste capítulo se apresentam como uma forma de contracartografia a mais, vinda a contribuir com as comunidades de fundo de pasto, principalmente em termos metodológicos, uma vez que os aspectos jurídico-institucionais da regularização fundiária dos fundos de pasto estão em contínuo processo de reformulação – conforme será discutido no próximo capítulo – e que, diante disso, são válidas as contribuições provenientes de estudos que apresentem evidências e argumentações diversas atinentes ao alcance territorial das dinâmicas de reprodução física, social e cultural da vida dessas comunidades.

É, portanto, pelo sentido específico desse alcance territorial, que entendemos a possibilidade de operacionalização dos debates sobre temas como o dos geossímbolos (do capítulo anterior) e o das rotas de pastagem dos caprinos, enquanto importantes parâmetros de orientação às etapas iniciais da regulamentação fundiária em Areia Grande.

No entanto, precisamos frisar que, em termos práticos, essas duas discussões tão somente se limitam a ser tentativas de contribuição, a partir da ciência geográfica, às ações que serão dirigidas efetivamente pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Governo do Estado

da Bahia. Assim, de acordo com a Lei 12.910/2013, no inciso II do seu Artigo 9º, a SEPROMI, através da CDA, procederá:

> II - à identificação e ao mapeamento das comunidades de que trata esta Lei no território do Estado da Bahia, *devendo desenvolver e manter sistema intersetorial e integrado de informações, envolvendo os órgãos e as entidades da Administração Direta e Indireta do Estado*. (grifo nosso)

Com base na citação acima, com destaque ao grifo, reforça-se o papel que as universidades e os grupos de pesquisa podem /devem assumir perante as ações de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas na Bahia. Além disso, consideramos que os geógrafos também podem integrar, como membros técnicos, as "Comissões Especiais de Discriminação de Terras Devolutas", que operam ações semelhantes de mapeamento em terras ocupadas por comunidades tradicionais.

Assim, partindo da geografia, para além das abordagens técnicas, metodológicas e conceituais que envolvem suas discussões, reforçamos a importância de se assumir uma postura capaz de dar destaque às vozes e expectativas dos sujeitos sociais em questão perante os processos de demarcação de terras. Para isso, é preciso que a condução dos processos seja feita através de reuniões com as lideranças, assembleias comunitárias e visitas de campo, possibilitando que a comunidade apresente suas demandas e expresse suas relações com o território.

No caso de Areia Grande, todas as informações aqui discutidas sobre paisagem na perspectiva cultural e sobre paisagem na perspectiva física/ecológica poderão ser melhor reunidas e sistematizadas para sua utilização argumentativa, a partir do momento que as comunidades do território de Areia Grande – por meio dos processos em andamento em nome de suas respectivas associações e da entidade agregadora (UNASFP) – alcançarem as etapas mais próximas à Concessão do Direito Real de Uso.

Sobre as perspectivas culturais e ecológicas aqui trazidas, devemos primeiramente reconhecer a relação complexa de reciprocidade inerente às duas, ou seja, que existem aspectos ecológicos no interior da perspectiva predominantemente cultural e existem aspectos culturais no interior da perspectiva predominantemente ecológica.

Um exemplo disso está no fato de que existem diversos marcos simbólicos (e assim, integrantes do patrimônio cultural das comunidades), ao longo das matas de Areia Grande, ligados ao pastoreio comunitário dos caprinos, como as cercas feitas de paus, semelhantes às mencionadas no tópico 4.1, distribuidas nas proximidades dos leitos intermitentes e dos pontos de relativa umidade, como forma de lidar com a escassez hidrica que é típica do semiárido.

Muitos desses cercados, feitos de toras da caatinga (figura 24), são posicionados junto às margens de baixadas ou pequenos afluentes do Riacho Grande e do Lago de Sobradinho, onde é possível cultivar espécies capineiras, especialmente o capim mandante e o capim elefante. Essas capineiras são preservadas do pastejo do rebanho até que as caatingas sequem e então, nesse momento quando a oferta de pasto nativo é diminuída, o rebanho passa a ser pastoreado para essas áreas, onde encontra alimento verde e nutritivo. Esses pastos também são imprescindíveis para a alimentação de cavalos, burros e jumentos utilizados no transporte dos vaqueiros e de pequenas cargas, animais essenciais devido ao grande tamanho da área e por se tratar de areia, que dificulta o trabalho do pastor/vaqueiro a pé (SILVA e FARFÁN, 2008).

Figura 24: Cercado de paus em área de aguadas: símbolo cultural e estratégia de manejo

Fonte: Trabalho de campo do autor e equipe (MAIA, 2020).

Essas intervenções pastoris são evidências das íntimas relações de territorialidade entre os camponeses e as caatingas do fundo de pasto em questão e devem ser consideradas nos procedimentos de demarcação de terras. Ademais, essa interação comunidade-ambiente se configura como um requisito basilar para a constituição das relações entre os próprios indivíduos e famílias pertencentes à comunidade, pois como afirma Raffestin (1993, p.160), “a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros”. Desse modo, pode-se afirmar que Areia Grande perpassa, nos termos de Dematteis (2008), por uma “territorialidade ativa”, ou seja, uma territorialidade que resulta da interação estabelecida entre os diferentes atores do território, no intuito de satisfazer suas necessidades a partir dos recursos dispostos no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993 apud CARNEIRO et al, 2013).

Assim, podemos inferir que a delimitação do perímetro de pastagem influencia diretamente nos limites efetivos do território tradicional. Nesse sentido, articulamos neste ponto, as lutas na terra, enquanto práticas de pastoreio, às lutas pela terra, enquanto argumentações nas esferas jurídico-institucionais acerca da importância de garantir às comunidades a posse das áreas viáveis para a nutrição e dessedentação das criações.

É no sentido dessa segunda forma de lutas, as lutas pela terra e pelo território, que, no capítulo a seguir, debateremos os principais desafios de ordem política, econômica e jurídica que vieram se apresentar perante as comunidades de Areia Grande na atualidade, tendo se intensificado notavelmente, pelo menos, desde 2016.

6 DA RECORRÊNCIA DOS DESAFIOS AO AVANÇO DA RESISTÊNCIA: CONJUNTURAS ATUAIS E HORIZONTES DE AREIA GRANDE

Entendendo que a narrativa do presente trabalho foi arquitetada a partir de uma estrutura sequencial em que se buscou partir da temática dos conflitos e das lutas socioterritoriais, passando em seguida para as discussões sobre as dinâmicas tradicionais, para depois retornarmos ao debate dos conflitos munidos de entendimentos sobre a vida das comunidades em sua dimensão cultural e cotidiana (capazes de nos aproximar melhor dos sujeitos pesquisados), chegamos ao nosso desfecho narrativo buscando evocar os desafios territoriais que passaram a se intensificar nos últimos anos, oriundos de recentes conjunturas político-econômicas.

Assim, a começar pela conjuntura política, é preciso destacar que está em curso um intenso processo de desmonte dos programas sociais criados em favor dos povos do campo de um modo geral, incluindo os povos e comunidades tradicionais, desmonte esse que começou a se realizar principalmente a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e do consequente início do mandato de Michel Temer em 2016, ganhando dimensões avassaladoras a partir do governo do presidente Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019.

Em termos mais específicos, ainda no governo de Temer, esse desmonte teve início por meio da transferência do INCRA[34] e das cinco secretarias[35] da reforma agrária de então para a Casa Civil, passando tais pastas a ficar sob a administração do Ministro-Chefe Eliseu Padilha, político com claras inclinações ruralistas.

Já no mandato de Bolsonaro, logo no decorrer de seus primeiros dias, houve uma estruturação do governo em “superministérios”, ou seja, ministérios agregadores de múltiplos setores e pastas antes distribuídas em diferentes arranjos ministeriais e de suas secretarias. Foi o caso da estruturação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério da Cidadania (sem sigla) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), que respectivamente ficaram

[34] O Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Tem, em termos oficiais, a missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

[35] São elas: a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Secretaria da Agricultura Familiar, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

responsáveis pelo INCRA, pela Fundação Cultural Palmares[36] e pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), de maneira fragmentada e sob o domínio geral dos ruralistas e das demais bancadas conservadoras, como é demonstrado no diagrama (figura 25) intitulado “Mapa dos superpoderes dos grandes produtores rurais”, elaborado pelo Instituto Socioambiental e disponível no site do Instituto Ethos (ETHOS, 2019).

Figura 25 – Diagrama sobre a nova estruturação das políticas para povos do campo

Fonte: ETHOS, 2019 (recorte nosso).

Como pode ser visto no diagrama acima, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) ficou inicialmente sob a administração do MDH. No entanto, este conselho – juntamente com um conjunto de colegiados criados em governos anteriores no intuito de garantir participação social nas decisões do Executivo – foi extinto com o decreto 9.759/2019, assinado pelo presidente Bolsonaro em abril de 2019.

[36] Órgão responsável pelas políticas nacionais relacionadas às comunidades quilombolas.

Essa medida política de desarticulação dos movimentos dos povos e comunidades tradicionais foi uma das expressões do quanto a hegemonia ruralista tem buscado dominar as questões agrárias no governo atual. O foco desta bancada se concentra em apoiar os projetos de megaempreendimentos no campo, com destaque ao agronegócio e à mineração. No entanto, como já dissemos, não se trata de uma novidade na história brasileira, mas do retorno de uma onda ultraconservadora semelhante à que ocorreu durante o Regime Militar (1964-1985), contexto no qual, como já discutimos no capítulo 3, foi criado o Proálcool e, no qual, a empresa Agroindustrial Camaragibe buscou se instalar nas terras de Areia Grande, no final dos 1970.

Assim, processos semelhantes ao do período mencionado se apresentam novamente diante das comunidades deste fundo de pasto, através do forte impacto que o contexto político provoca sobre as conjunturas econômica e jurídica, que serão discutidas nos tópicos a seguir. Contudo, tais comunidades já acumularam diversas experiências de auto-organização sociopolítica e hoje estão mais preparadas para enfrentar os conflitos com o desenvolvimentismo e com o Estado tecnocrático. Ao longo das últimas quatro décadas, reconheceram a importância estratégica do conceito de território, aplicando-o em suas lutas por diversos caminhos, incluindo as batalhas judiciais e as mobilizações públicas.

Neste sentido, o entrincheiramento popular que se apresenta contra a expansão dos poderes hegemônicos sobre as terras consideradas devolutas pelo Estado são as resistências das comunidades. Os contrapoderes são das comunidades. As saídas para se furar o cerco dos processos globais de cunho econômico e político são sobretudo saídas locais, através do fortalecimento da articulação e da autonomia territorial, onde deve-se destacar, mais uma vez, que o entendimento do território nesse contexto é o de um conceito que traduz as diversas relações de posse, controle e disputas do espaço pelos distintos grupos sociais.

6.1 NA TRILHA DAS INTRIGANTES CONEXÕES CARTOGRÁFICAS ENTRE O AGRONEGÓCIO, A MINERAÇÃO E A ENERGIA EÓLICA EM AREIA GRANDE E SEU ENTORNO

No ensejo da ausência de regularização fundiária em Areia Grande e diante dos focos desenvolvimentistas da bancada ruralista, cujo domínio sobre o cenário político no campo se encontra, hoje, em franca expansão, as comunidades de Jurema, Ladeira Grande, Melancia, Riacho Grande e Salina da Brinca se deparam, 40 anos após o aparecimento da Camaragibe na área do fundo de pasto, com o surgimento de novos atores relacionados a intentos de instalação de megaempreendimentos agrários em seu território.

Tais megaempreendimentos agrários são assim chamados por serem representativos das ações do capital no campo de um modo geral, abrangendo setores diversos, com destaque à "corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis ", ao agronegócio, à mineração e à geração de energia. Contudo, o que se verifica em Areia Grande é que estes distintos setores possuem suspeitas vinculações entre si e que têm penetrado neste território através de uma nova investida de grilagem de terras, assim como se sucedeu no fim dos anos 1970.

Tal ação também se apresenta como um reflexo das mudanças legislativas iniciadas já no mesmo ano do *impeachment* de Dilma Rousseff, durante o Governo Temer, com a aprovação da Medida Provisória nº. 759 (de 22 de dezembro de 2016) conhecida como "MP da Grilagem", convertida no ano seguinte na Lei n. 13.465/2017 e complementada por mais três decretos em março de 2018 (os decretos 9.309; 9.310 e 9.311). De acordo com o site Brasil Debate (2017), a Medida Provisória citada, desencadeadora das posteriores promulgações, provocou de imediato diversos retrocessos às conquistas sociais atinentes à reforma agrária:

> A começar pelo rompimento dos regimes jurídicos de acesso à terra construídos com a participação popular, a MP deixa diversos itens para futuras regulamentações, que deverão ser disciplinadas por 'atos' do Poder Executivo. Em relação à regularização fundiária rural, estabelece a ampliação do prazo para a 'regularização' das invasões e grilagens das terras públicas, aceitando inclusive o desmatamento como prova de ocupação.

Nesse contexto, centrando em Areia Grande, a trajetória da evidenciação da nova investida de grilagem será aqui explanada a partir de dois momentos-chave aos

quais, para que sejam melhor compreendidos, atribuímos as denominações: 1) o "momento do prenúncio", ocorrido em 2017 e marcado pela correlação "imóveis *versus* mineração"; e 2) o "momento do cúmulo", ocorrido em 2019 e marcado pela correlação "imóveis *versus* eólicas".

O momento do prenúncio, em março de 2017, se deu a partir da obtenção e sistematização de documentos de registro de empresas pela UNASFP e pela CPT, que tornou possível o acesso[37] aos dados atualizados do INCRA contendo a geoinformação de parcelas imobiliárias – com suas respectivas datas de cadastro no SIGEF/INCRA[38] – ocupando densamente a porção oeste do município de Casa Nova, correspondendo, neste momento, a mais de 20% da área total municipal, com um total de 215.444,5 hectares, a partir de medições de área realizadas com o software ArcGIS.

Neste momento inicial foi possível estabelecer nítidas correlações, com base em Sistemas de Informação Geográfica, entre a área reivindicada pela empresa do ramo agrícola[39] detentora da matrícula – cuja razão social é aqui camuflada[40] na sigla "S.C.A.", sendo também conhecida pelo nome fantasia, aqui camuflado na sigla "A.A.P." – e as áreas com registro na Agência Nacional de Mineração (ANM) em função de determinados procedimentos de prospecção mineral em andamento, por sua vez, acessadas a partir de *shapefiles* disponibilizados pelo portal da própria Agência. Assim, do total da área reivindicada pela empresa, 80,47% correspondia a terras com processos de prospecção minerária. Cabe destacar, ainda, que as áreas cadastradas na ANM não estão dispersas por toda a extensão de Casa Nova, mas

---

[37] Este trabalho foi conduzido por um grupo de colaboradores da CPT Juazeiro, demandado pela UNASFP e pela própria CPT, envolvendo estudantes, agentes de pastoral e professores – onde inclui-se o autor da presente tese - e foi inicialmente publicado no artigo de LIMA VERDE et al (2017).

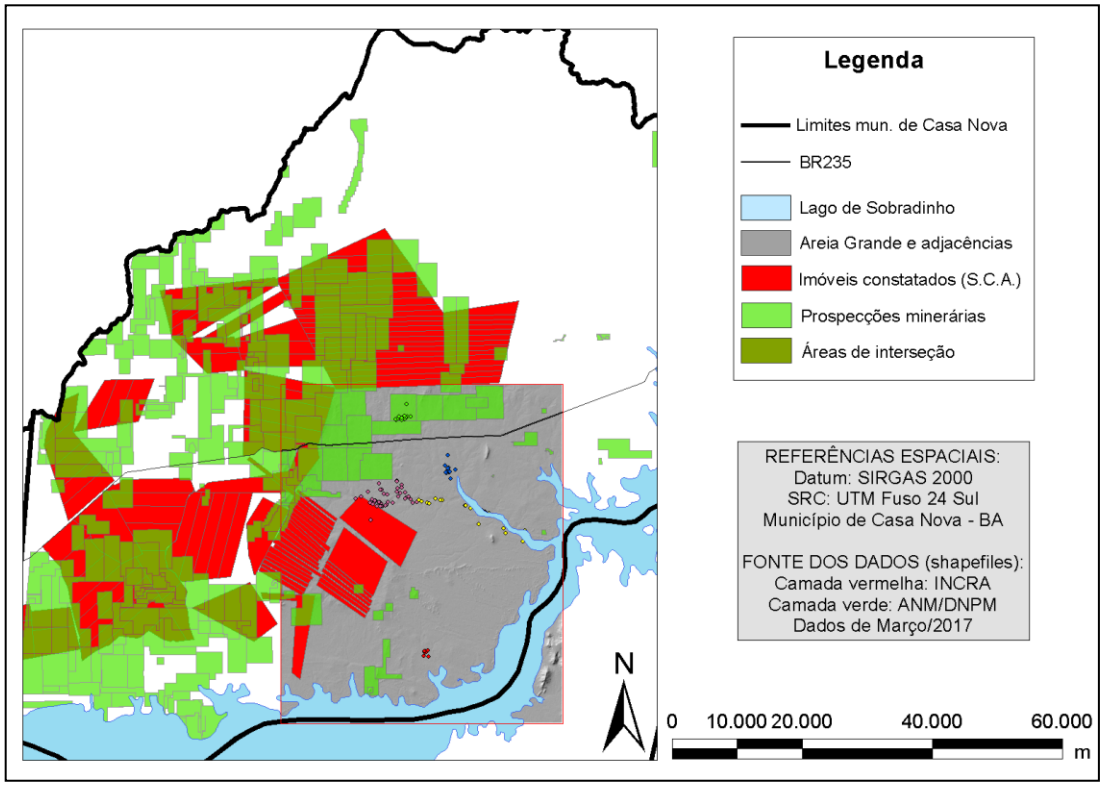
[38] O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo INCRA e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Permite buscas online por parcelas específicas, a partir do CNPJ. O resultado da busca lista todas as parcelas que atendem aos requisitos da consulta. Exibe o nome da parcela, área em hectares, nome do detentor, código do cartório (CNS) e matrícula. O acesso se dá por meio do link: <https://sigef.incra.gov.br/consultar/parcelas/>

[39] Esta empresa (S.C.A.) é uma Sociedade Anônima Fechada, fundada em 2008 e sediada em Casa Nova (BA). Com base nos registros do CNPJ, exerce, como atividade econômica principal, o *cultivo de frutas de lavoura permanente*, e como atividades econômicas secundárias, a criação de caprinos, a *extração de madeira em florestas plantadas* (provavelmente silvicultura de eucalipto) e a horticultura. É registrada com um capital social de dezoito milhões de reais.

[40] Devido à recorrência da criminalização da pesquisa científica crítica, principalmente diante do contexto governamental apresentado no início deste capítulo, resolvemos não explicitar os nomes das empresas envolvidas com essa trama.

coincidentemente também se concentram em torno da porção oeste do município, como se pode verificar na figura 26.

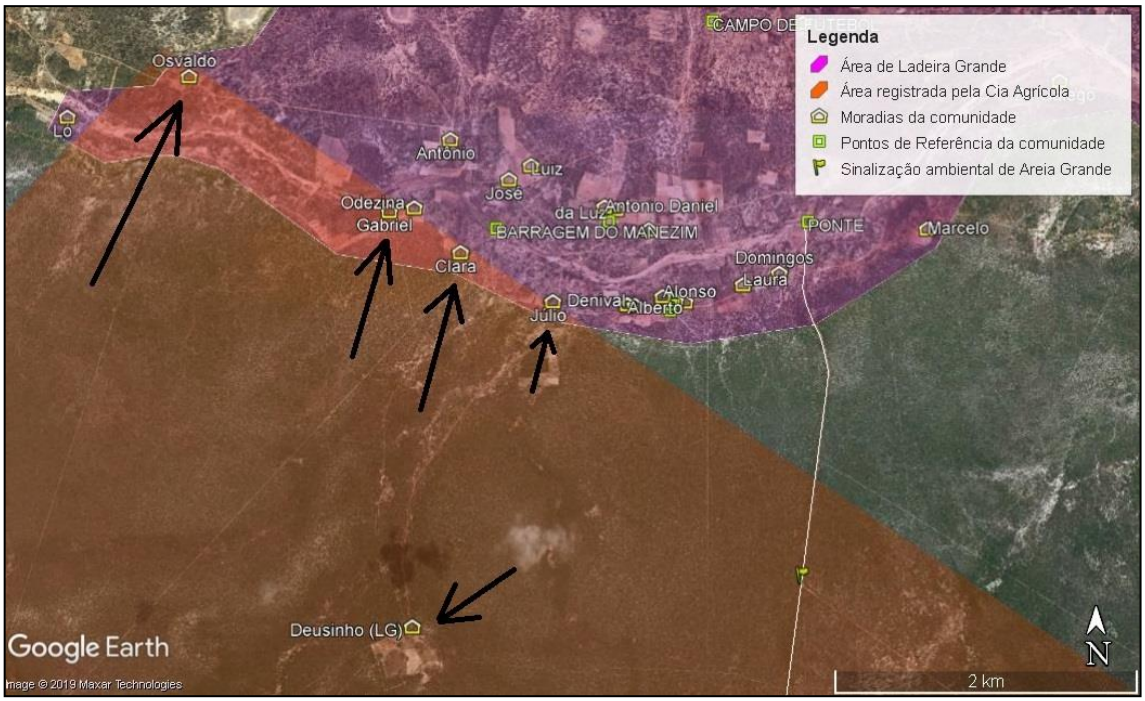
Figura 26 – Mapa da correlação “Imóveis *versus* Mineração” no contexto de 2017



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Baseado em UNASFP & CPT (2017) e LIMA VERDE et al (2017). Dados de INCRA (2017) e SIGMINE (2017).

Dentre este conjunto de parcelas, duas se situariam de fato dentro do contexto territorial de Areia Grande: um mais ao sul, com 4.845,71 hectares e registrado em 4 de janeiro de 2017; e um mais ao norte, com 5.886,38 hectares e registrado em 15 de março de 2017, sendo a maior dentre todas as constatadas a partir dos geodados acessados. Esta última parcela (grande quadrilátero vermelho situado na porção central da área cinza, no mapa acima) ocuparia parte da comunidade de Ladeira Grande, sobrepondo-se às casas de diversas famílias, como demonstra a figura 27.

Figura 27 – Incidência da parcela reivindicada pela “S.C.A.” na comunidade de Ladeira Grande

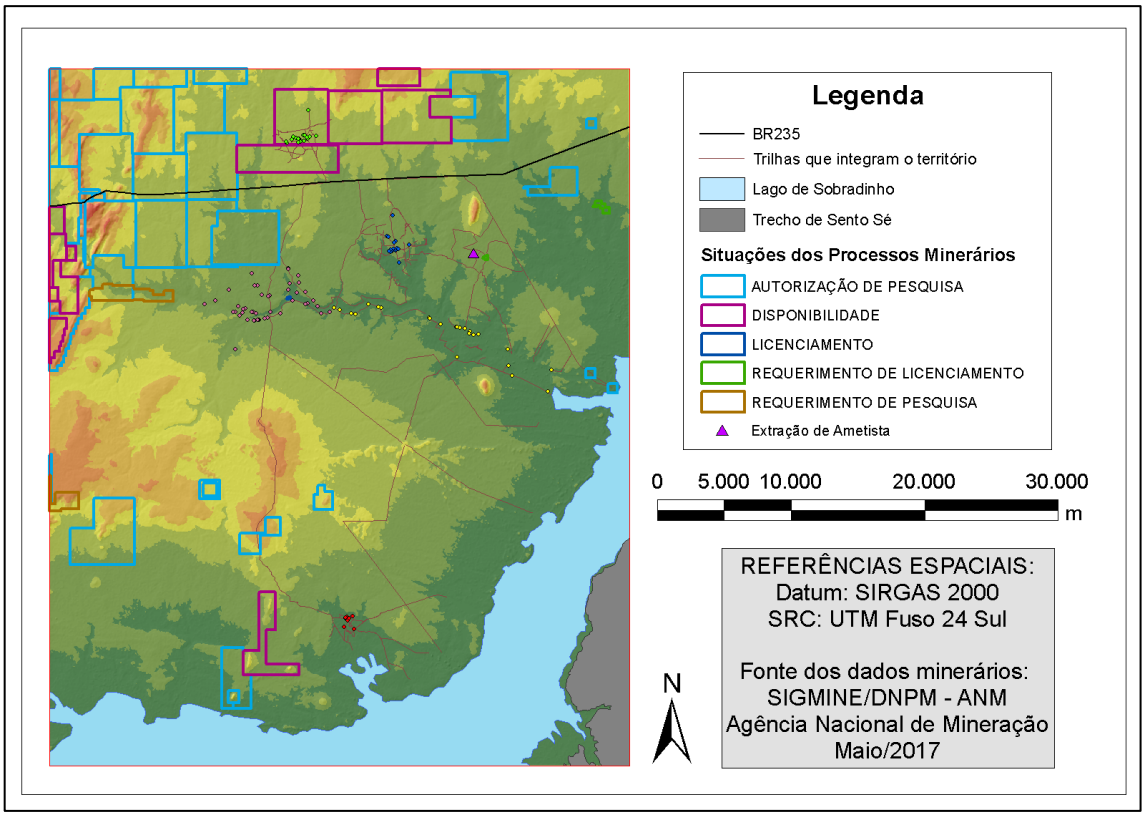


Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do Google Earth, 2017.

Com relação ao contexto geral de Areia Grande, baseados em dados do SIGMINE/DNPM[41], trazemos um outro mapa (figura 28), desta vez sobre as fases/situações dos processos minerários neste fundo de pasto e suas adjacências, a partir do qual se constata a existência de áreas com disponibilidade mineral no entorno de Salina da Brinca (minério de ferro) e nas cercanias da Jurema (granito), ao passo que se verificam áreas com autorização de pesquisa nos arredores de Ladeira Grande (minério de ferro).

[41] Plataforma virtual de acesso a geodados sobre as fases s situações dos processos minerários, com disponibilização de shapefiles para todos os estados brasileiros. O sistema ainda conta com a sigla antiga do órgão brasileiro responsável pela mineração, que era denominada Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), que hoje é a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Figura 28 – Mapa das situações dos processos minerários em Areia Grande em 2017



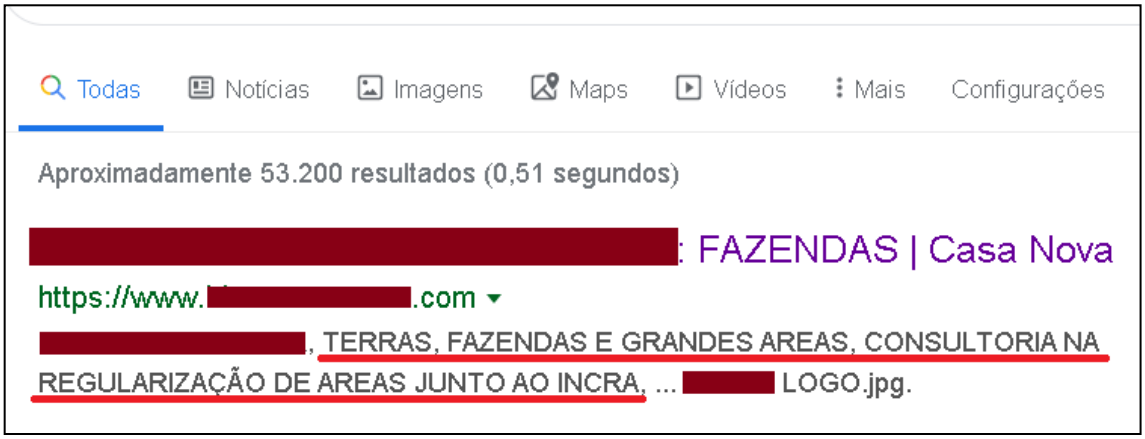
Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Dados de SIGMINE (2017).

A partir deste mesmo ano – 2017 – as comunidades de Areia Grande, juntamente com a CPT, começaram a aguçar suas atenções às movimentações da empresa “S.C.A.” no território. Contudo, transcorridos dois anos após este cenário exposto até aqui, as tramas da grilagem se manifestam com maior intensidade na porção oeste de Casa Nova, envolvendo novos atores e outros ramos de exploração econômica no campo.

Eis, então, que chega o segundo momento-chave anunciado no início do tópico, caracterizado pelo cúmulo da concentração de “imóveis” em um único caso de grilagem, desvelado, em 2019. Desta vez, a correlação que se estabelece é entre os ditos imóveis e os projetos de instalação de parques de energia eólica, além de evidências mais pontuais ligadas à energia solar.

Este contexto de 2019 se inicia com a venda dos "imóveis" registrados em nome da "S.C.A.", mostrados no cenário de 2017, a uma outra empresa[42] agrícola que será aqui identificada pela sigla "B.T.N." (letras iniciais de sua razão social). Conforme esmiuçado na nota de rodapé sobre esta empresa, há uma forte correlação com serviços diversos de tramitação imobiliária, como corretagem, incorporação, compra e venda. Tais serviços são típicos de corporações que detém experiência jurídica no "esquentamento" de transações questionáveis envolvendo latifúndios. Ao inserir as palavras da sigla "B.T.N." na internet, obtém-se como resultado de pesquisa, o que se apresenta na figura 29:

Figura 29 – Informações contidas em resultados de busca para a empresa "B.T.N."



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem adaptada do Google, 2019 (tarjas/grifos nossos).

Além disso, em uma página da internet denominada de "Grupo T. N.", em que esta sigla representa as mesmas palavras trazidas pelas iniciais "B.T.N.", constata-se que há um negócio chamado "T. N. Regularizações Fundiárias", no qual consta a apresentação de uma suspeita metodologia de "mediação conciliatória de demandas

[42] Esta outra empresa (B.T.N.) é uma Sociedade Empresária Limitada, fundada em janeiro de 2019 e também sediada em Casa Nova (BA). Com base nos registros do CNPJ, exerce, como atividade econômica principal, o *cultivo de café*. Como atividades econômicas secundárias, exerce: serviços combinados de escritório e apoio administrativo; aluguel, assim como *compra e venda de imóveis próprios*; *incorporação de empreendimentos imobiliários*; *holdings* de instituições não-financeiras; comércio atacadista de leite e laticínios; e comércio atacadista de animais vivos. Ademais, cabe destacar que foi detectada a existência de uma outra empresa também chamada B.T.N. (mesmas palavras contidas na sigla), com data de fundação registrada com diferença de apenas 7 dias da fundação da empresa anterior, mas com sede em Teófilo Otoni (Minas Gerais), que tem sua atividade principal registrada pelo código CNAE que trata de "outras sociedades de participação, exceto holdings", e como atividades secundárias: a *corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis*, além do aluguel e da *compra e venda de imóveis próprios*.

possessórias", explanada pelo diagrama exposto na figura 30 e por um texto do qual destacamos o seguinte trecho:

> Por meio de um trabalho de mediação, respaldado pelo Código Civil Brasileiro, a [T.N.] promove acordos judiciais entre os proprietários e os ocupantes, representados por suas associações de moradores, nas Ações Possessórias ou Reivindicatórias que pesam sobre áreas ocupadas irregularmente, resolvendo, de forma pacífica, os conflitos relacionados à posse da terra. A metodologia está fundamentada na desapropriação judicial, prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 1.228 do Código Civil Brasileiro, e estabelecida como um instrumento de Regularização Fundiária Urbana no Art. 15 – III da Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho 2017, fazendo prevalecer o princípio da função social da propriedade, mas condicionando a desapropriação ao pagamento de uma justa indenização devida ao proprietário como contrapartida pela perda da propriedade. ("TN", 2019).

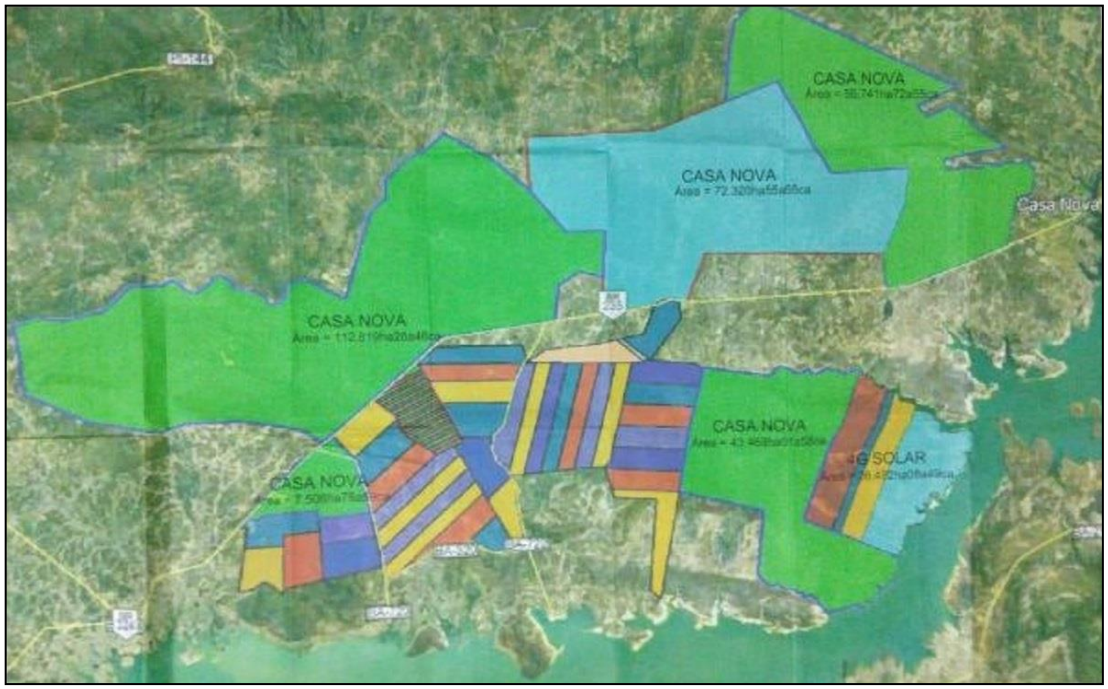
Figura 30 – Diagrama da "mediação conciliatória de demandas possessórias" da "T.N."

Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem adaptada do site do "Grupo T.N.", 2019 (tarja/grifo nosso).

Com todas essas evidências sobre a manipulação de questões fundiárias por parte da "B.T.N.", caminhamos para um entendimento mais apurado – e fundamentado em dados empíricos – sobre a grilagem vista "pelo lado de lá" e os mecanismos gerais de funcionamento das manobras realizadas. Diante dos fatos expostos, nos cabe argumentar sobre os motivos de chamarmos esse segundo

momento de “cúmulo da concentração de imóveis”, no decurso dessa grilagem. Para tal, apresentamos na figura 31 o conjunto das terras que são alvo da nova grilagem, em mapa construído pela CPT a partir de informações da UNASFP e de geodados do SIGEF, em 2019.

Figura 31 – Mapa da grilagem de terras na porção oeste de Casa Nova em 2019



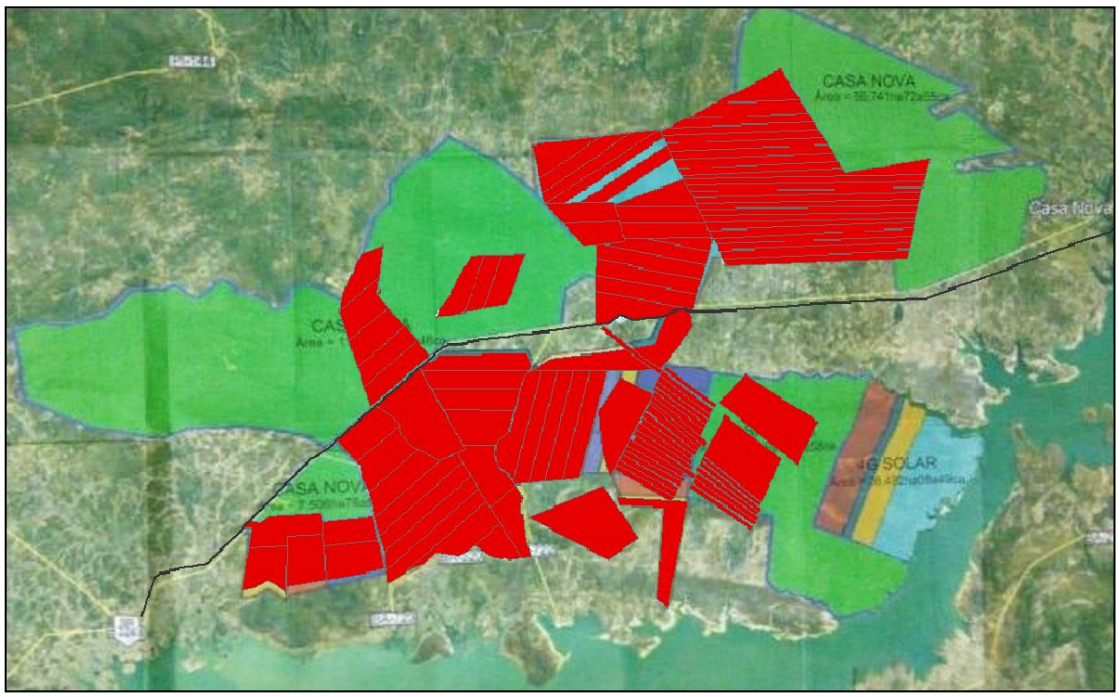
Fonte: Elaboração da CPT (2019) apud ACAOPOPULAR (2019). Dados de UNASFP & INCRA (2019).

O mapa acima expressa as dimensões dessa grilagem, se observado o Lago de Sobradinho ao sul das áreas sinalizadas. Através de medições realizadas em *software* de geoprocessamento, o somatório das áreas alcança 301.330 hectares. Devido à ausência de legenda no mapa original, assinalamos que todas as áreas em verde, juntamente com a área em azul claro ao norte, constam nos registros do SIGEF como em nome da empresa agrícola “B.T.N.” Já os polígonos com tarjas coloridas – que também fizeram parte das parcelas registradas pela “S.C.A.” em 2017 – constam em nome de uma outra firma, aqui abreviada como “4GS”, e foram registradas em

mesma data que as parcelas em nome da “B.T.N.” Tal firma, de acordo com o debate[43] popular ocorrido em maio de 2019 em Casa Nova, atua na área de geração de energia eólica e solar.

Abaixo, na figura 32, vemos o contraste – transmitindo uma noção do nível de ampliação das áreas – entre a reivindicação de 2017 feita pela “S.C.A.” (em vermelho) e a de 2019 feita em conjunto pela “B.T.N.” e “4GS” (ao fundo).

Figura 32 – Contraste entre a situação da grilagem em 2017 e em 2019

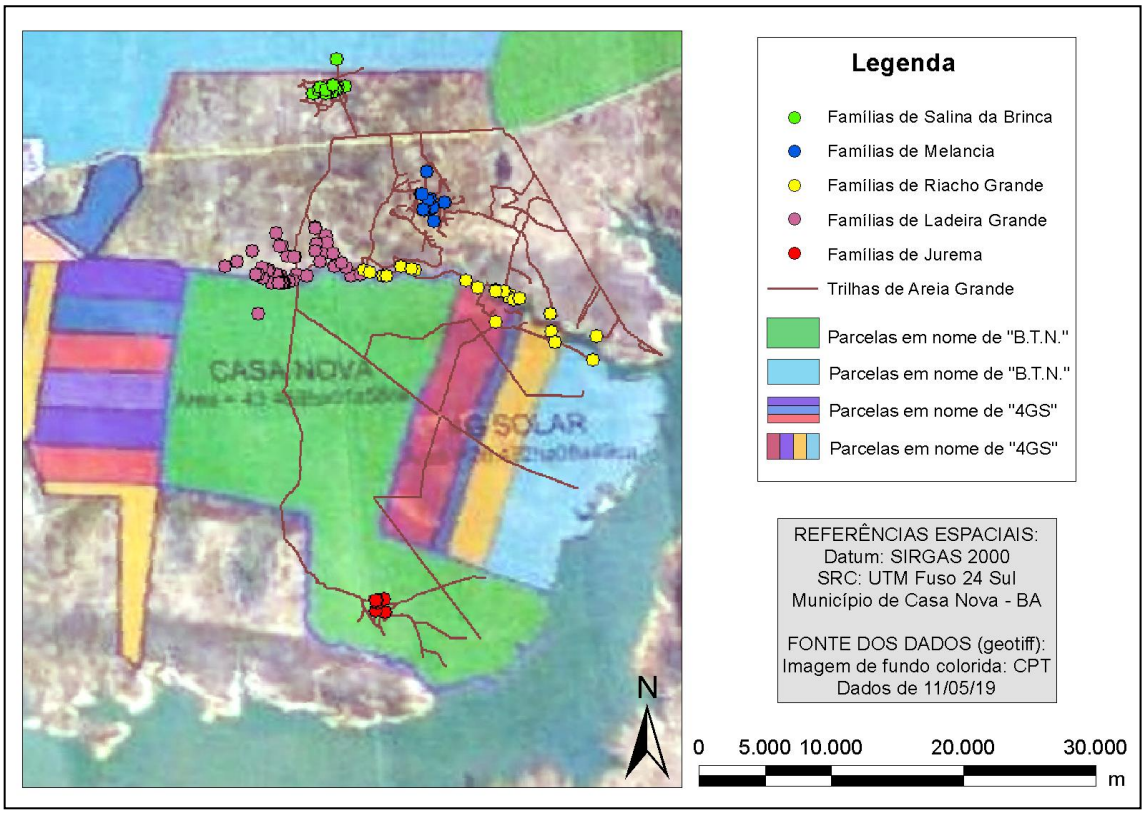


Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Adaptado de CPT (2019) apud ACAOPOPULAR (2019). Dados de INCRA (2017) e UNASFP & INCRA (2019).

Aproximando mais uma vez o olhar para o território de Areia Grande, recorte central do presente estudo, trazemos um cenário, na figura 33, de como os pretensos imóveis registrados pelas duas empresas citadas afetariam as comunidades desse fundo de pasto, evidenciando a audácia dos grileiros.

[43] Em 11 de maio de 2019, na localidade de Rancho Alegre, Casa Nova, milhares de pessoas se reuniram em uma audiência para debater estes novos casos de grilagem, onde ressaltou-se que o caso de “Casa Nova pode ser o de maior proporção, mas não é o único” (ACAOPOPULAR, 2019).

Figura 33 – Cenário da impactação da nova grilagem sobre Areia Grande



Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Adaptado de CPT (2019) apud ACAOPOPULAR (2019).

Neste cenário absurdo, pode-se verificar que a comunidade de Salina da Brinca seria sobreposta pela parcela em azul ao norte, em nome da “B.T.N.” Já as comunidades de Ladeira Grande e Jurema, na faixa oeste do território, seriam sobrepostas pela parcela verde, também em nome da “B.T.N.”, que é calculada em 43.468 hectares. A maior parte da comunidade do Riacho Grande, por sua vez, seria sobreposta pelas terras reivindicadas pela “4GS”, parcela esta, calculada em 26.482 hectares, tendo a maior extensão de contato com a borda do Lago de Sobradinho, dentre todas as terras griladas, possivelmente visando a instalação de painéis solares flutuantes, como já é a realidade das cercanias da Barragem de Sobradinho, a uma distância linear de 36 quilômetros de borda a borda. As intenções reais dos grileiros ainda permanecem como incógnitas e cabe às resistências conjecturá-las com base na realidade concreta do entorno.

É no sentido de tais conjecturas que se estabelecem as vigilâncias dos movimentos sociais e das associações dos fundos de pasto do entorno do Lago de

Sobradinho como um todo. Sabe-se que essas terras possuem um elevado potencial eólico, principalmente nas vertentes a oeste, devido a direção dos ventos e a velocidade alcançada ao cruzarem a superfície do Lago sem obstáculos. Ademais, as formações arenosas de Areia Grande, assim como as Dunas do Velho Chico são testemunhos deste fator natural, visto por muitos especuladores como vantagem locacional e recurso a ser explorado.

A 35 quilômetros de Melancia no sentido Leste, em trajeto por estradas vicinais e pela própria rodovia BR 235, chega-se ao parque eólico Ventos de Casa Nova (figura 34) localizado no povoado Malvão, que também é zona rural de Casa Nova e faz parte do entorno do Lago. Este parque possui em torno de 150 torres aerogeradoras e ocupa uma área de aproximadamente 4.500 hectares, entremeada por pequenas áreas de fruticultura irrigada. A realidade atual vivida pela comunidade de Malvão serve de alerta para as comunidades de Areia Grande.

Figura 34 – Relação de proximidade entre o parque eólico e o território de Areia Grande

Fonte: Elaboração do autor (MAIA, 2020). Imagem do Google Earth, 2019.

Diante de todas essas complexas conexões entre a negociação de terras por empresas agrícolas, as áreas cadastradas para a prospecção minerária e a instalação

de parques de geração de energia nas suas adjacências, as comunidades do fundo de pasto de Areia Grande fortalecem suas articulações sociopolíticas em defesa da terra e do território.

Tal defesa se faz possível através das lutas territoriais, que são conduzidas no seio popular e que se utilizam de diversas frentes de resistência, por dentro e por fora da máquina estatal. Por dentro da máquina, são lamentavelmente necessárias as lutas no âmbito jurídico. Isto, porque ironicamente, são um caminho estratégico fundamental para a garantia legal de permanência nas terras que já lhes pertence, e sobre as quais já habitavam os seus antepassados.

6.2 A CONTÍNUA CONSTRUÇÃO JURÍDICA SOBRE OS FUNDOS DE PASTO E O DESENROLAR DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO EM AREIA GRANDE

Como já anunciamos na apresentação deste capítulo, está em curso, para os órgãos públicos que tratam dos povos tradicionais em geral, uma crise político-administrativa em escala nacional, manifestada no não funcionamento da SEPPIR (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

Todavia, dirigindo os olhares por uma aproximação à escala estadual, por conta de singularidades da legislação da Bahia, segue operando a SEPROMI (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), criada em 2006, órgão que abrange a Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais. É nesse âmbito[44] institucional que as comunidades do fundo de pasto de Areia Grande vêm se mobilizando em torno de seus processos de certificação, juntamente com outras comunidades baianas, reunidas por meio da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto (AEFFP).

No entanto, antes de abordarmos os impasses mais atuais, faz-se necessário entender a trajetória de embates jurídicos sobre a construção das leis sobre os fundos de pasto na Bahia, iniciada nos anos 1980.

Diamantino (2007) em sua dissertação elaborada no mestrado em Direito, pela Universidade de Brasília, faz uma minuciosa descrição histórica do processo de

[44] Contudo, vale destacar que atualmente existem impasses administrativos e ameaças de transferência da pasta dos fundos de pasto para a Casa Civil do Governo do Estado da Bahia.

construção jurídica sobre os fundos de pasto na Bahia, que remonta a 1982, "demarcação temporal que assinala um período de mudanças políticas e econômicas no país refletidas nas gerações de projetos de desenvolvimento concebidos para a região nordeste, através da SUDENE" (p.76). Contudo, após anos de embates e discussões entre os movimentos sociais e os juristas, somente em 1989, com a Constituição do Estado da Bahia, houve o reconhecimento legal da existência dos fundos de pasto, em seu Artigo 178:

> Art. 178 – Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras disposições. Parágrafo único – No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas Fundos de Pasto ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este a transferência do domínio.

Embora tenha ocorrido esse reconhecimento, o mesmo não foi capaz de engendrar transformações concretas na realidade das comunidades. Nesse sentido, Diamantino (Op. Cit.) critica a ineficácia desta formulação jurídica:

> É como se a Constituição estadual, neste dispositivo, apenas abrisse mais uma possibilidade de procedimento e não declarasse, explícita e constitucionalmente, a presença de um direito comunitário, mas tão somente sua expressão social, às terras tradicionalmente ocupadas que, como tal, fica, numa primeira impressão, sem sua condição fundamental que é, justamente, a exigibilidade jurídica de que se investe seu titular.
>
> Noutras palavras, *é como se apenas a expressão social dos fundos de pasto tivesse sido incorporada ao texto constitucional estadual, restando a inscrição das comunidades e seus membros como sujeitos de direitos, uma vez que a exigibilidade jurídica do direito parece interditada no dispositivo*, atando as comunidades de fundos de pasto à vontade estatal, cuja conveniência é definida num plano governamental de formulação e execução de políticas públicas. (p. 133, grifo nosso).

As limitações apontadas acima por Diamantino (2007), com destaque ao grifo, só foram resolvidas, no âmbito da legislação, depois de passadas mais de duas décadas do lançamento da Constituição da Bahia, após intensas lutas das comunidades pela terra (e pelo território), com a promulgação da Lei Estadual 12.910/2013, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas ocupadas por comunidades remanescentes de Quilombos e por Fundos e Fechos de Pastos. Nesse sentido, a referida lei veio sistematizar a "exigibilidade jurídica", nas palavras de Diamantino, sobre a qual o Artigo 178 da

Constituição do Estado da Bahia se omitiu, ou seja, a regulamentação dos passos para a titulação. Assim, foi definido que esta operaria a partir de um contrato de Concessão de Direito Real de Uso às comunidades de fundos e fechos de pasto, de acordo com o que a lei promulgada em 2013 determinou, em seu Artigo 3º:

> Art. 3º - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade. § 1º - *O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos*. § 2º - *Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018*. § 3º - Nos casos de comprovação de desvio de finalidade na utilização da área concedida, nos termos dos incisos I, II e IV do art. 2º desta Lei, por meio de regular processo administrativo, operar-se-á a resolução do contrato, com retorno do bem à posse do Estado da Bahia, com acessões e benfeitorias existentes e sem necessidade de nova notificação. § 4º - Na hipótese descrita no parágrafo anterior, será devida indenização pelas acessões e benfeitorias, necessárias e úteis, erigidas exclusivamente durante o tempo de real duração, sem, porém, reconhecimento do direito de retenção à concessionária ou a seus associados. (grifos nossos)

Desse modo, a Lei Estadual 12.910/2013 vem, em síntese, para definir os procedimentos jurídicos de duas garantias fundamentais para as referidas denominações de povos e comunidades tradicionais (Quilombolas, Fundos e Fechos de Pasto), sendo a primeira um pré-requisito da segunda: 1) a certificação das comunidades, feita através da SEPROMI; e 2) a regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades (entendidas juridicamente como ocupações em terras públicas estaduais e terras devolutas), feita através da CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário).

Entretanto, mesmo representando estes avanços iniciais, a referida lei trouxe consigo novos entraves específicos para as comunidades de fundos e fechos de pasto. O primeiro deles, a ser mencionado, está expresso em nosso primeiro grifo (Parágrafo 1º) feito no Artigo 3º, ou seja, a prescritibilidade do contrato da concessão de direito real de uso em um prazo de 90 anos, que demonstra como o Estado tecnocrático continua a ser o detentor, de forma centralizadora, do poder e controle sobre o destino das terras ditas públicas.

O segundo entrave trazido pela Lei Estadual 12.910/2013 diz respeito ao prazo estipulado para a autoidentificação das comunidades de fundos e fechos de pasto e a sua entrada com o pedido de certificação na SEPROMI, destacado em nosso segundo

grifo (Parágrafo 2º), que foi determinado para 31 de dezembro de 2018. Assim, o estabelecimento de um prazo como este representa um grande aviltamento à dignidade dos povos de fundos e fechos de pasto, tendo em vista que existem diversas comunidades que vivem no sistema de terras de uso comum mas ainda não entraram em processo de autorreconhecimento, inclusive muitas delas nem ao menos tomaram conhecimento sobre essa exigência da legislação.

Sobre este parágrafo, que define o prazo abordado, foi aberta, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 5.783, por parte da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR). A referida Ação encontra-se atualmente em tramitação[45] no STF sob a relatoria da Ministra Rosa Weber. Em um documento de despacho (STF, DJE nº 225), a Ministra afirma:

> Esclareço, em face do pedido de medida cautelar, que o rito procedimental aqui determinado não põe risco de existência às comunidades de fundo e fecho de pasto, uma vez que, se julgada procedente a ação, os efeitos da decretação de invalidade do ato normativo opera, como regra, de forma retroativa (alínea 5).

Um outro entrave a ser mencionado refere-se ao fato de que, enquanto outras denominações de povos e comunidades tradicionais podem ter sua regularização fundiária realizada a partir de unidades territoriais, como os quilombolas por meio do título de Reconhecimento de Domínio, situação que permite reunir uma maior quantidade de grupos em um mesmo processo discriminatório, os fundos e fechos de pasto só podem ter sua regularização fundiária feita a partir de unidades comunitárias isoladas, através do referido contrato de Concessão de Direito Real de Uso, ou seja, cada comunidade será delimitada de modo independente, mesmo que se configurem em um arranjo territorial com origem comum, como é o caso do fundo de pasto de Areia Grande.

---

[45] As principais movimentações desta Ação, disponíveis no portal do STF, são as seguintes: Recebido em 19/09/2017; Despachado pela Ministra em 29/09/2017; Publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) em 03/10/2017; Expedição de Ofício ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia em 04/10/2017; Expedição de Ofício ao Governador do Estado da Bahia em 06/10/2017; Petição de Informações em 25/10/2017; Petição de Manifestação em 13/11/2017; Vista ao Advogado Geral da União em 17/11/2017; Vista à Procuradoria Geral da República em 27/11/2017; Petição de "Amicus Curiae" pelo IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) recebido em 20/11/2018; Deferimento do Amicus Curiae do IRPAA em 07/02/2019; Novamente Publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) em 11/02/2019; Nova Petição de "Amicus Curiae" por outra instituição (não informada) em 13/03/2019, sem mais encaminhamentos publicados no portal desde então.

Mas para além dos entraves da referida Lei, a certificação em si tem sua importância reconhecida pelas comunidades e pela AEFFP como parte crucial do caminho para a garantia de direitos. Após a obtenção desta conquista, o passo seguinte deverá ser a reivindicação do contrato de Concessão de Direito Real de Uso das áreas coletivas, o que garantirá, como já vimos, a permanência da comunidade na terra pelo período de apenas 90 anos, sendo este um outro ponto a ser debatido e refutado pelos movimentos sociais em um momento posterior, em busca de um modelo de regularização fundiária mais digno.

Nesse sentido, no que concerne à situação das certificações das comunidades de Areia Grande, seus avanços são recentes. Através de buscas na plataforma do Diário Oficial do Estado da Bahia (DOEBA), encontramos que a primeira a conquistar foi a comunidade da Jurema, ainda por meio de Portaria, a de nº 15, de 18 de junho de 2014, publicada no DOEBA no dia 27 do mesmo mês. Sobre a comunidade de Salina da Brinca, a mesma garantiu sua certificação pela publicação no DOEBA em 3 de fevereiro de 2018, referente ao Processo nº 2025160010975 da SEPROMI. Por sua vez, a comunidade de Melancia teve a emissão de seu certificado publicada há apenas alguns meses, no dia 28 de junho de 2019, com o Processo nº 2025180005587 da SEPROMI.

Já com relação às comunidades de Riacho Grande e de Ladeira Grande, não conseguimos localizar registros sobre certificações até o presente momento. Assim, para que o fundo de pasto de Areia Grande siga se fortalecendo, é preciso que todas as suas comunidades alcancem suas conquistas de modo consonante entre si, visto que, embora os processos ocorram de forma juridicamente isolada para cada uma delas, o intermédio exercido pela UNASFP, que congrega todas as suas associações, permite que se realizem de forma socialmente articulada.

É provável que, por enquanto, novos despachos continuem a ser emitidos, o que se deduz pela entrega de 54 certificações de comunidades de fundos de pasto ocorrida em agosto de 2019, realizada pela atual titular da SEPROMI, a Secretária Fabya Reis, entrega essa que contemplou também algumas comunidades do município de Casa Nova, onde Areia Grande se situa (SEPROMI, 2019).

Contudo, é preciso se atentar ao fato de que a regularização fundiária, assim como as próprias certificações, que são frutos das persistentes lutas e articulações

territoriais, ainda estão na alçada da garantia de direitos, ou seja, de conquistas sobrevivenciais dentro do contexto de uma sociedade desenvolvimentista e tecnocrática, precisando, para isso, que as comunidades se debrucem continuamente em mediações com o Estado e muitas vezes contra o Estado. Em uma alçada diferente, no horizonte da caminhada que não cessa, estão as conquistas verdadeiramente emancipatórias, para além do Estado, ligadas à liberdade de habitar, comer, sonhar e morrer com plena soberania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a construção deste trabalho, partimos do entendimento de que os diversos conflitos sociais, sejam eles mais diretamente ligados a aspectos político-econômicos, culturais ou ecológicos, seriam passíveis de ser cartografados e de ter suas materialidades percebidas no território. Essa ideia inicial nos conduziu ao encontro com Areia Grande e ao posterior desafio de articular, em uma unidade narrativa, sua história, seus aspectos identitários e ecológicos e os conflitos sociais que cruzam tal território.

A territorialização dos conflitos agrários em Areia Grande, para além da disputa por terras, está associada à disputa pela grande disponibilidade de água, que, por um lado, representa um recurso escasso no contexto de semiaridez e imprescindível para a manutenção de empreendimentos no campo, mas por outro, representa o bem comum das comunidades estudadas e seus povoados.

Nossa hipótese inicial, de que as diversas dinâmicas tradicionais do fundo de pasto de Areia Grande exercem fortes influências sobre suas lutas pela resistência territorial (ao passo em que, reciprocamente, a necessidade das lutas influencia suas dinâmicas tradicionais) se confirma com a observação dos resultados da pesquisa, segundo os quais, mesmo com o recente processo de intensificação da grilagem nessas terras, verifica-se que as comunidades de Areia Grande têm avançado na obtenção de suas certificações, o que é reflexo do fortalecimento histórico de suas resistências.

Relembrando a questão norteadora da pesquisa, sobre como se configuram as territorialidades do Fundo de Pasto de Areia Grande, ao se considerar as dimensões da cultura, da ecologia e da política e as suas correlações, podemos ensaiar uma resposta a partir do olhar em síntese sobre o conjunto dos capítulos de nossa narrativa, observando que o território estudado é materialmente marcado por diversos elementos simbólicos e identitários do povo que o habita, pelos vestígios de atividades pastoris continuamente deixados por suas matas, além das histórias de conflitos e das novas estratégias de luta que agregam todas as comunidades.

Relembrando que esta pesquisa partiu de oficinas iniciais em que as comunidades definiram seus anseios e expectativas, acreditamos ser propício construirmos aqui, diante daquelas definições, um balanço sobre nossos alcances. Assim, acreditamos que conseguimos contemplar a maior parte de tais deliberações, que compreenderam: as denúncias de conflitos; os levantamentos de fomento à auto-organização; a visibilização às expressões culturais; e o levantamento de argumentos científicos e evidências que possam ser usados judicialmente em favor das mesmas.

Na perspectiva das denúncias sobre conflitos socioterritoriais, tal discussão ficou demarcada em nossa contextualização feita no capítulo focado na história pregressa do fundo de pasto em questão, além da exposição realizada no capítulo final, sobre a recorrência atual dos desafios socioterritoriais, especificamente centrados nas ações de grileiros sobre as terras de Areia Grande e suas adjacências. Assim, foi necessária uma profunda pesquisa documental para a realização desta primeira discussão, e uma investigação cuidadosa em fontes virtuais para a realização desta última.

Já nossa discussão voltada ao fomento à auto-organização comunitária foi realizada basicamente com o auxílio de mapeamentos físicos, nos quais assinalamos a existência de três grandes tipologias de caatingas em Areia Grande (percebidas inicialmente a partir do contato com as comunidades) e assim, mapeou-se sua distribuição espacial, apontando onde se situam as mais favoráveis à nutrição dos rebanhos. Além disso, demonstrou-se a importância dos rebordos fluviolacustres para a promoção da agricultura de vazante, que já é um traço cultural agrícola das comunidades. Com esses levantamentos, espera-se que as comunidades possam tomar o presente trabalho como mais um recurso a contribuir com o planejamento de suas atividades.

Com relação à demanda por uma discussão capaz de promover a visibilização das expressões culturais do fundo de pasto de Areia Grande, tal aspecto ficou embutido em nossa abordagem sobre geossímbolos, que se deu após visitarmos os diversos lugares a nós apresentados pelos próprios habitantes dos diversos povoados. Nesse quesito, concluímos que Areia Grande é una no sentido das origens históricas, da articulação socioterritorial e da integração do pastoreio comunitário em meio às caatingas. Contudo, é múltipla, no sentido das singularidades contidas nos

símbolos e nas relações cotidianas de cada comunidade, em cada um dos seus povoados.

Assim, defendemos que as discussões do referido tópico devam se transformar posteriormente em um tipo de álbum ilustrado, de modo a ficar em posse das comunidades para que possa ser apresentado a organizações do governo e do terceiro setor, facilitando ações de fomento ao patrimônio cultural das mesmas, nas formas que interessarem aos próprios sujeitos sociais.

Além disso, consideramos importante a inclusão dos debates sobre o mapeamento da agropecuária e dos símbolos identitários nos planos curriculares dos diversos cursos de educação do campo e de educação contextualizada (e principalmente na matéria de geografia e temas interdisciplinares) em contextos de comunidades de fundos de pasto. As nossas buscas pela inclusão de perspectivas culturais e físicas diante do mote da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas se deram a partir do reconhecimento da interdisciplinaridade como um dos caminhos de pesquisa possíveis, a exemplo dos esforços de unificação paradigmática evidenciados nas últimas décadas.

Sobre o capítulo final, acreditamos que sua maior contribuição foi a revelação metodológica das investigações, na forma dos mapeamentos sobre as correlações entre os negócios de especulação imobiliária, mineração, agricultura irrigada e geração de energia eólica e solar. Contudo, entendemos que se fazem necessárias constatações ainda mais sólidas sobre os novos mecanismos de grilagem que atuam sobre essas terras.

Faz-se oportuno, ainda, declarar a necessidade de mais estudos que aprofundem o olhar de interface sobre as discussões ecológicas e as socioterritoriais nos fundos de pasto. Areia Grande, nosso recorte, ao passo em que é rica em recursos naturais (minerais, hídricos e eólicos), é permeada pela persistência da ação histórica de grileiros em torno de terras devolutas na região, que se estende até hoje. É um exemplo de como os fundos de pasto se constituem como cenários férteis para a realização de investigações na área de ecologia política. Há uma demanda dos próprios sujeitos por pesquisas nessa área, assim como, por uma maior aproximação de apoiadores sociais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D. M. de; GERMANI, G. I. **Fundo de Pasto**: um conceito em movimento. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, 8, 2009, Curitiba, Anais... Curitiba, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: Uso comum e conflito. In. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto**: Terras Tradicionalmente Ocupadas. PPGSCA-AFAM/Fundação Ford, Manaus, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n.1, maio, 2004.

ALMEIDA, Eliane de Paula Clemente; ZARONI, Maria José; SANTOS, Humberto Gonçalves dos. **Neossolos Quartzarênicos, Solos Tropicais.** Ageitec-agenciaembrapa, 2019. Disponível em: < https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn230xho02wx5ok0liq1mqtarta66.html > Acesso em: 15 de novembro de 2019.

ARAÚJO FILHO, J. A.; CRISPIM, S.M.A.; **Pastoreio combinado de bovinos, caprinos e ovinos em áreas de caatinga no nordeste do Brasil**. Conferência virtual global sobre produção orgânica de bovinos de corte, 1., 2002, Corumbá. Anais.

ARRAES, Esdras. **Rio dos currais**: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. Anais do Museu Paulista: história, cultura e material (impresso), v. 21, p. 47-77, 2013.

BARROS, L., KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS et. al. (orgs). **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. Pista 5, p.52-75.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BRIERLEY, Gary; et al. **Landscape connectivity**: The geographic basis of geomorphic applications. Journal compilation - Royal Geographical Society (with The Institute of British Geographers) 2006.

CAMPANHA, M. M.; HOLANDA JUNIOR, E. V.; GOMES, T. O. **Sistemas Agroflorestais**: uma alternativa para criação de caprinos em comunidades

tradicionais do sertão baiano do São Francisco. VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. Anais.

CARNEIRO, L.; ITABORAHY, Nathan Zanzoni & GABRIEL, Rafaela Alves. **Territorialidades e Etnografia**: avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 7, n. 1 Abr. 2013, p.81-101.

CARVALHO, V. C. de; PINHEIRO JÚNIOR, O. J. Diagnóstico do estado atual da cobertura vegetal em áreas prioritárias para conservação da caatinga. In: ARAÚJO, F. S. de; RODAL, M. J. N.; BARBOSA, M. R. de V. (Org.). **Análise das variações da biodiversidade do bioma caatinga**: suporte a estratégias regionais de conservação. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005. p. 38-80. (Biodiversidade, 12)

CASA NOVA: Audiência Pública reúne milhares para protestar contra grilagem. **AcaoPopular**, 2019. Disponível em: <https://acaopopular.net/jornal/casa-nova-audiencia-publica-reune-milhares-para-protestar-contra-grilagem/ >. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

CDA - COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Ação discriminatória de bem imóvel situado na zona rural do Município de Casa Nova**. Procuradoria do Interior/Procuradoria Regional de Juazeiro. Juazeiro, BA, 2008.

CECEÑA, Ana Esther. No queremos desarrollo, queremos vivir bien. In: **Renunciar al bien común:** extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina. Buenos Aires: Mardulce, 2012.

CORRÊA, R. L. Região cultural: um tema fundamental. In CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Espaço e cultura**: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 11-43.

COSGROVE, D. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CUNHA, T. J. F.; SA, I. B.; OLIVEIRA NETO, M. B. de; SALVIANO, A. M.; TAURA, T. A.; GIONGO, V.; MAIA, I. C. **Caracterização dos Solos do Entorno das Jazidas do Parque Eólico do Município de Casa Nova, Estado da Bahia**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2019. 164 p.

DIAMANTINO. Pedro Teixeira. **"Desde o raiar da aurora o Sertão tonteia"**: caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de fundo de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Brasília, 2007.

DULCI, Luiza. A MP da grilagem ou como vai custar caro o apoio dos ruralistas ao golpe. Brasildebate, 2019. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/a-mp-da-grilagem-ou-como-vai-custar-caro-o-apoio-dos-ruralistas-ao-golpe/>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

ELLIOT LITTLE, P. **Ecologia política como etnografia**: um guia teórico e metodológico. Horiz. antropol. [online]. 2006, vol.12, n.25, pp.85-103

ESCÓSSIA, L., TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: Passos E, Kastrup V, Escossia L, organizadores. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2009. Pista 5, p.92-108

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antônio Carlos. "Princípios de geografia humana", de Paul Vidal de La Blache. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 9, n. 1, p. 76-79, 2015.

FERRARO JÚNIOR, L. A. F.; BURZTYN, M. **À margem de quatro séculos e meio de latifúndio**: razões dos fundos de pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982). IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília – DF. 2008.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável**: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia. 2008. 484f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

GERMANI, Guiomar; OLIVERA, Gilca Garcia de. **Assentamentos Rurais no Médio São Francisco**: Políticas Públicas, Conflitos e Resistências. VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Quito, 2006.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. RJ: Bertrand Brasil, 2014.

HOUTART, François. **Dos bens comuns ao "bem comum da humanidade"**. Fundação Rosa Luxemburgo Bruxelas. Bruxelas: Novembro de 2011.

IBGE [Veloso, H.P., L.C. Oliveira-Filho, A.M.S.F. Vaz, M.P.M. Lima, R. Marquete & J.E.M Brazão] (1992). **Manual técnico da vegetação brasileira**. 1a. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 92 p. (Manuais técnicos em geociências, n. 1). Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=223267 > Acesso em: 05 de novembro de 2019.

IBGE CIDADES. **Histórico de Casa Nova**, 2019. História e Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/casa-nova/historico>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: 2004.

IRPAA. **Cabras e ovelhas**: a criação do sertão. 4º Edição revista e ampliada. Cartilha - Juazeiro, outubro de 2001.

KOLLEKTIV ORANGOTANGO+. **This is not an atlas**: a global collection of counter-cartographies. 1ª Edição. Transcript Verlag: Bielefeld, 2018.

LANDER, Edgardo. CiÍncias sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**.** In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005. p.8-23

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 400 p., 2012.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2006. p.221-266

LIMA VERDE, Diego C.A.; ALMEIDA, Lucas R.S.; BRAGA, Marina R.; CARDOSO, Ícaro M.; FREITAS, Helder R.; MACHADO, Priscila H. **Mapeamento de Ameaças aos Territórios das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto de Casa Nova e Remanso – Bahia**. CIIERD, UNIVASF. Juazeiro – BA. 2017.

LITTLE, P. E. **Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil**. Brasília: UNB, 2006.

MAIA, Í.C.; PEREIRA, M.C. de B. **Cartografias da resistência**: mapeando conexões entre questão agrária, modos de vida e entropia ambiental no semiárido brasileiro. VII SINGA, UFC. Goiânia - GO. 2015

MAIA, Í.C.; SÁ, A.J. **A abordagem regional como base para o entendimento histórico-geográfico dos conflitos territoriais nos fundos de pasto do entorno do Lago de Sobradinho, Bahia**. IX SINGA, UFPE. Recife – PE. 2019

MATEO RODRIGUEZ, José Manuel; SILVA, Edson Vicente da. **TEORIA DOS GEOSSISTEMAS: o legado de V. B. Sochava**. Volume 1: fundamentos teórico metodológicos. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História – USP - São Paulo, Nº. 115, - JUL. – DEZ. 1983. p. 112.

MESQUITA FILHO, André. **Mapas dissidentes**: contracartografia, poder e resistência. São Paulo: Editora Humanitas, 2019.

MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005. p.33-49

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas conceituais e diagramas V**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Instituto Piaget, 1990.

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Fascículo 2 – Fundos de pasto, nosso jeito de viver no sertão, Lago do Sobradinho, Bahia**. 2007. 11p.

NUNES PEREIRA, Sergio. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO,

Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012).

O QUE muda (ou sobra) para os quilombos com a reforma de Bolsonaro? **Ethos**, 2018. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/o-que-muda-ou-sobra-para-os-quilombos-com-a-reforma-de-bolsonaro/#.XimHPDJKgup> Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA NETO, Manoel Batista de; SILVA, Maria Sonia Lopes da. **Neossolos Quartzarênicos, TMSPE**. Ageitec-agenciaembrapa, 2019. Disponível em: < http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7k02wx7ha087apz2rpqi7zu.html > Acesso em: 15 de novembro de 2019.

PASSOS, Cláudio Roberto Farias. OS GÊNEROS DE VIDA NA GEOGRAFIA HUMANA (P. V. de LA BLACHE). **Revista OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 120-124, 2017.

PINHEIRO, André Fialho Abrantes; SANTOS, Lara D'Assunção dos. A geografia de Paul Vidal de La Blache: releituras da história do pensamento geográfico. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias: Um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E.; CECEÑA, A. E. (orgs.) **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005. p.107-130

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Volume 29, São Paulo: Ática, 1993.

ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 35-60.

SANTOS, Alvori Cristo dos. **Relatório sobre resultados**: estudo sobre a aplicação do conceito de fundo e fecho de pasto e das estratégias econômico-produtivas acompanhantes. Juazeiro, setembro de 2018. Não publicado.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **Fundo de Pasto**: Tessitura da resistência, rupturas e permanência no tempo-espaço desse modo de vida camponês. FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo, SP, 2010.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Disputas cartográficas e lutas sociais**: sobre representação espacial e jogos de poder. 2012. Disponível em: < www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf > Acesso em: 28 set 2014.

SEPROMI. Sepromi entrega mais 54 certificações de comunidades de fundo de pasto. **SepromiBA**, 2019. Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/2019/08/2245/Sepromi-entrega-mais-54-certificacoes-de-comunidades-de-fundo-de-pasto.html>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

SILVA, A. S.; FARFÁN, S. J. A. **Laudo técnico**: Produção agropecuária familiar em Areia Grande, envolvendo as comunidades de Jurema, Salina da Brinca, Riacho Grande e Melancia, Casa Nova – BA. Agrorgan: 2008. Não publicado.

SILVA, Maria Sonia Lopes da; OLIVEIRA NETO, Manoel Batista de. **Argissolos Vermelho-Amarelos, TMSPE**. Ageitec-agenciaembrapa, 2019. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7k02wx7ha087apz2axe8nfr.html > Acesso em: 15 de novembro de 2019.

SOTCHAVA, V. B. **O estudo dos geossistemas**. Métodos em Questão. São Paulo, n. 6, 1977. 50p.

SOUZA, Ferdinando de. **O salto do Sobradinho e a construção de uma das mais polêmicas usinas hidrelétricas do Brasil**. Ferdinandodesousa, 2019. Disponível em: < https://ferdinandodesousa.com/2019/05/21/o-salto-do-sobradinho-e-a-construcao-de-uma-das-mais-polemicas-usinas-hidreletricas-do-brasil/ >. Acesso em: 30 de maio de 2019.

SOUZA, Ferdinando de. **O salto do Sobradinho e a construção de uma das mais polêmicas usinas hidrelétricas do Brasil**. Ferdinandodesousa, 2019. Disponível em: <https://ferdinandodesousa.com/2019/05/21/o-salto-do-sobradinho-e-a-construcao-de-uma-das-mais-polemicas-usinas-hidreletricas-do-brasil/ >. Acesso em: 30 de maio de 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **PortalSTF**, 2019. Acompanhamento processual ADI 5783. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5266042>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril, 1997.

TEIXEIRA, J. P. **Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de candomblé em Goiânia**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1903>. Acesso em: 10/02/2015.

TERMO DE OITIVA. **Gabinete da Promotoria de Justiça de Casa Nova – BA.** Registro feito por um integrante da Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores de Riacho Grande. Abril de 2009.

TERRITÓRIO do Sertão do São Francisco. **Idesabjuazeiro**, 2011. Disponível em: <http://idesabjuazeiro.blogspot.com/2011/06/territorio-do-sertao-do-sao-francisco.html >. Acesso em: 15 de maio de 2017.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A Etnoecologia**: uma Ciência Pós-normal que estuda as Sabedorias Tradicionais. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20. Curitiba: Editora UFPR, 2009. p.31-45

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.